



NOSSOS RESULTADOS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS | 2011

Índice

EMBRAER - EMPRESA BRASILEIRA DE AERONÁUTICA S.A.

3	Relatório da Administração
17	Balancos Patrimoniais Individuais e Consolidados
18	Demonstrações Individuais e Consolidadas do Resultado
18	Demonstrações Individuais e Consolidadas do Resultado Abrangente
19	Demonstrações Consolidadas das Mutações do Patrimônio Líquido
20	Demonstrações Individuais e Consolidadas do Valor Adicionado
21	Demonstrações Individuais e Consolidadas do Fluxo de Caixa
22	Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis
69	Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras
69	Parecer do Conselho Fiscal
70	Relatório do Comitê de Auditoria e Riscos
70	Deliberação do Conselho de Administração
70	Diretoria



Prezados Acionistas,

Em um ano repleto de desafios, a Embraer continuou a crescer e a se aprimorar, firmemente sustentada em seus valores empresariais - Clientes, Pessoas, Inovação e Ousadia, Excelência, Atuação Global e Sustentabilidade.

Diante de um cenário econômico internacional de incertezas, a Empresa apresentou bom desempenho de vendas em suas três áreas de negócios - aviação comercial, aviação executiva e defesa e segurança, bem como em suas operações industriais e nas atividades de desenvolvimento tecnológico e de produtos.

Em 2011, a Embraer entregou 216 aeronaves, sendo 105 jatos comerciais, 99 jatos executivos e 12 aviões militares. O negócio de aviação comercial representou 64% da receita líquida de US\$ 5,8 bilhões, com a aviação executiva respondendo por 19% e defesa e segurança por 15%, complementados por 2% derivados de outros negócios. Ao final do exercício os pedidos firmes em carteira contabilizavam US\$ 15,4 bilhões.

Na aviação comercial, a venda de 124 E-Jets representou um aumento de 30% em relação a 2010 e a Companhia ultrapassou a marca de 1.000 ordens firmes e 800 aeronaves entregues dos modelos EMBRAER 170/175/190/195. No final do ano, a Empresa divulgou sua visão de evolução dos E-Jets, que incluem sua remotorização e outros melhoramentos a serem implantados até o final desta década. Ao mesmo tempo foram adiados os planos para desenvolvimento de uma nova família de jatos, de maior porte, em função do cenário competitivo adverso e do consequente alto risco associado ao investimento. O mercado em geral recebeu esses movimentos estratégicos de forma muito positiva, pois reforçam a bem sucedida história de crescimento seguro que a Companhia vem empreendendo ao longo dos anos.

Na aviação executiva, a frota de aviões Phenom atingiu 300 unidades, incluindo a primeira produzida nos Estados Unidos, que representou um marco histórico para a Embraer. Além disso, o Legacy 650 obteve as certificações FAA (EUA) e CAAC (China), país onde planeja-se fabricar o modelo a partir de 2013. Apesar do adiamento do primeiro voo do Legacy 500 por conta de atrasos no desenvolvimento do sistema de controle de voo, o primeiro protótipo teve sua montagem completada e seu lançamento realizado no mês de dezembro. A campanha de testes no solo foi iniciada e o primeiro voo está previsto para o terceiro trimestre de 2012.

O ano de 2011 foi de grande evolução para o negócio de defesa e segurança, iniciando-se pela criação de uma unidade empresarial dedicada - Embraer Defesa e Segurança, em janeiro. Merece destaque especial as importantes aquisições de participações societárias nas empresas Orbisat (90% do capital), Atech (50%) e AEL (25%), além da criação de empresas *joint ventures* com AEL, para Veículos Aéreos Não Tripulados (VANTS), e Telebrás, para o Sistema de Satélite Geo-estacionário Brasileiro. Quanto ao programa KC-390, em 2011 completou-se a seleção e contratação de todos os principais parceiros e fornecedores e deu-se início à fase de projeto detalhado. O programa segue no prazo e orçamento previstos.

Antes das provisões que a Empresa precisou constituir para fazer face a garantias financeiras associadas a financiamentos de aeronaves no passado, como detalhado mais à frente, a Embraer superou os resultados econômico-financeiros do exercício anterior, bem como suas próprias provisões divulgadas ao mercado, registrando um resultado operacional de US\$ 504 milhões e uma margem de 8,7% (versus US\$ 392 milhões e 7,3%, respectivamente, em 2010).

Esses resultados evidenciam a efetividade do Programa de Excelência Empresarial Embraer (P3E), que tem sido a mola mestra do processo de transformação e busca da excelência e melhoria contínua que a Companhia vem adotando há alguns anos.

Em novembro de 2011, a American Airlines (AMR) e sua subsidiária American Eagle entraram com pedido de concordata, o que possivelmente gerará impacto negativo no fluxo de pagamentos dos financiamentos das 216 aeronaves da família ERJ 145 que se encontram em operação nessa empresa. A Embraer, que tem obrigações de garantias junto ao financiador dessas aeronaves (BNDES), constituiu uma provisão de US\$ 318 milhões para fazer face a essas obrigações.

Além disso, o saldo dos ajustes nas provisões associadas às garantias existentes relativas a valores residuais futuros de aeronaves, da provisão adicional constituída para cobrir eventuais perdas associadas às aeronaves da Mesa Airlines e da reversão de reservas, somou mais US\$ 43 milhões em provisões.

Após essas contingências o resultado operacional da Empresa foi de US\$ 318 milhões, com uma margem de 5,5% sobre a receita líquida. O lucro líquido do exercício foi de US\$ 112 milhões, representando uma margem de 1,9%.

Em meados de 2011, a Embraer recebeu ofício da U.S. Securities and Exchange Commission (SEC) requerendo investigação relativa a possível descumprimento do U.S. Foreign Corrupt Practices Act (FCPA). A Companhia vem prestando pleno suporte à investigação independente que vem sendo conduzida por escritório de advocacia especializado, e está em plena cooperação com a SEC e com o Departamento de Justiça dos EUA (U.S. Department of Justice - DoJ), que também acompanha o processo. A Embraer, que tem compromisso histórico com a ética e integridade na condução de seus negócios, reforça seu compromisso voluntário com os princípios do Pacto Global da Organização das Nações Unidas e proativamente vem aprimorando seus processos de *compliance* e de gestão de riscos, buscando sempre a vanguarda nas melhores práticas de governança corporativa.

No que tange a iniciativas voltadas ao meio ambiente, destaca-se a campanha bem sucedida de ensaios em voo com um protótipo do EMBRAER 170 utilizando bioquerosene de última geração, em cooperação com a GE. Embora em escala laboratorial, esses testes contribuirão para a viabilização da futura utilização de combustíveis de origem renovável de forma ampla na indústria do transporte aéreo.

Em 2011, a Embraer permaneceu no Índice de Sustentabilidade Dow Jones (DJSI), passando, inclusive, a liderar o segmento Aeroespacial e Defesa, dentre as 31 companhias elegíveis. Além disso, pelo sétimo ano consecutivo a Empresa integrou a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBovespa.

Na esfera social, o Colégio Embraer - Unidade Juarez Wanderley, entidade de ensino de 2º grau que busca a excelência e é integralmente mantida pela Empresa, mais uma vez alcançou destaque na classificação de seus alunos no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e nos vestibulares do Brasil. Com base nessa experiência, a Embraer decidiu implantar uma segunda unidade em 2012, para início de atividades em 2013, que será localizada no município de Botucatu, Estado de São Paulo.

A valorização de suas pessoas é um dos principais focos da Embraer e os bons resultados auferidos - índice de satisfação dos empregados superando 81% - atestam a efetividade dessa prioridade empresarial. Em 2011, a Companhia foi premiada por três entidades independentes, incluindo o reconhecido Instituto GPTW - Great Place to Work, como uma das melhores empresas para se trabalhar no Brasil, e pela primeira vez, foi eleita como uma das melhores empresas para se trabalhar na Flórida, Estados Unidos.

Ao longo de seus 42 anos de existência, a Embraer vem se solidificando como uma força no mercado aeronáutico mundial, buscando ser uma organização cada vez mais global, diversificada e eficiente. Seu compromisso com a satisfação dos clientes como fonte primária da geração de riqueza para acionistas, colaboradores e sociedade em geral, é uma marca reconhecida da Companhia.

Em 2012, a Embraer prosseguirá em seu caminho de crescimento, investimento e busca da excelência, centrada em seus valores empresariais e consolidando as bases para sua perpetuidade.



→ Aviação Comercial

O tráfego aéreo mundial de passageiros cresceu 5,3% em 2011, segundo estimativas da OACI (Organização da Aviação Civil Internacional), o que confirma a tendência de recuperação pós crise financeira. Como reflexo, de acordo com a IATA (International Air Transportation Association), a indústria de transporte aéreo mundial deverá ter lucro de aproximadamente US\$ 7 bilhões, em 2011.

Diante desse cenário, a Embraer prevê que a demanda por transporte aéreo manterá um crescimento médio de 5,2% por ano durante o período 2011-2030. Esse crescimento poderá significar uma demanda mundial de aproximadamente 7.200 jatos comerciais com capacidade de 30 a 120 assentos e um mercado potencial de US\$ 320 bilhões.

O mercado de jatos de 30 a 60 assentos tem sofrido os impactos do aumento dos preços de combustíveis, da competição e da redução das tarifas. Mesmo assim, essas aeronaves têm sido essenciais para a alimentação dos principais grandes aeroportos (*hubs*) nos EUA e Europa, assim como o desenvolvimento da aviação regional na América Latina, África, CEI (Comunidade de Estados Independentes) e China.

Os jatos de 61 a 120 assentos, segmento em que a Embraer é líder de mercado com quase 45% de participação, continuaram trazendo maior flexibilidade e eficiência operacional às companhias aéreas. Os E-Jets (família EMBRAER 170/190) têm um papel de destaque nesse segmento, sendo reconhecidos como uma plataforma de sucesso por companhias aéreas de diversos modelos de negócio, no mundo inteiro.

Em 2011, o sucesso dos E-Jets no mercado mundial de aviação comercial foi refletido em dois importantes marcos: suas vendas ultrapassaram 1.000 ordens firmes bem como foi ultrapassada a marca de 800 aeronaves entregues ao mercado mundial, em apenas sete anos após a sua primeira entrega em 2004. O 800º E-Jet, um EMBRAER 190, foi entregue para a empresa chinesa CDB Leasing Co., Ltd. e será operado pela China Southern Airlines, a maior companhia aérea da Ásia e a quarta no mundo em volume de tráfego.

Empresas de leasing têm reconhecido cada vez mais os benefícios dos E-Jets e a sua grande aceitação pelo mercado. As 64 encomendas dessa aeronave em 2011 por empresas de leasing como Air Lease Corp., CDB Leasing Co. Ltd., CIT Aerospace, BOC Aviation e GECAS confirmam seu elevado nível de atratividade para a comunidade de investidores.

A substituição de frota antigas e remoção da capacidade excessiva, fenômenos típicos da América do Norte e Europa, têm se tornado mais evidente em outros mercados nos últimos anos. Companhias aéreas na África, América Latina, Ásia e Oriente Médio têm descoberto o potencial de voos regionais nas suas malhas, introduzindo aeronaves menores, aumentando a eficiência de suas operações e ampliando serviços aéreos para comunidades ou públicos que anteriormente não os tinham. Em 2011, a maioria dos pedidos de jatos de 61 a 120 assentos da Embraer foi de empresas localizadas fora da Europa e América do Norte.

A entrada em serviço do centésimo E-Jet na América Latina e Caribe em 2011, mostra a pujança da aviação nessa região, onde a Embraer detém a liderança de mercado, com 79% de participação no segmento de jatos comerciais de 61 a 120 assentos. Cerca de 150 cidades latino-americanas são atendidas por E-Jets, que já transportaram mais de 37 milhões de passageiros na região.

Após uma década de presença na China, em 2011 a Embraer entregou a centésima aeronave nesse mercado. A entrega deste EMBRAER 190 demonstra o forte desenvolvimento da indústria de aviação na China e a liderança da Empresa nesse país com 70% de participação no mercado de aviação até 120 assentos.

A continuação da recuperação da indústria de transporte aéreo em 2011 foi refletida pelo anúncio de novos pedidos e/ou conversão de opções de E-Jets aos clientes: Alitalia (Itália), Air Astana (Cazaquistão), Air Lease (Estados Unidos), Airnorth (Austrália), Azul (Brasil), BOC Aviation (Singapura), China Development Bank, CIT (Estados Unidos), Fuji Dream Airlines (Japão), GECAS (Estados Unidos), Hebei (China), Jetscape (Estados Unidos), Kenya Airways (Quênia), KLM (Países Baixos), Lufthansa (Alemanha) e Trip (Brasil).

Seis novos clientes iniciaram suas operações com E-Jets: Air Astana (Cazaquistão), China Southern Airlines e Hebei Airlines (China), Oman Air (Omã) e People's Vienna Line (Áustria), e RAK Airways (Emirados Árabes Unidos).

Em 31 de Dezembro de 2011 a família de E-Jets atingiu 1.051 vendas firmes para 60 operadores em 40 países, 695 opções de compra e 802 jatos entregues. A carteira de pedidos firmes da Aviação Comercial atingiu US\$ 7,7 bilhões, o equivalente a 249 aeronaves, conforme detalhado:

→ Carteira de Pedidos 2011

Modelo de Aeronave	Pedidos Firmes	Opções	Entregas	Pedidos Firmes em Carteira
Família ERJ 145				
ERJ 135	108	-	108	-
ERJ 140	74	-	74	-
ERJ 145	708	-	708	-
Total - Família ERJ 145	890	-	890	-
E-Jets				
EMBRAER 170	188	22	182	6
EMBRAER 175	189	290	143	46
EMBRAER 190	551	355	389	162
EMBRAER 195	123	28	88	35
Total - E-Jets	1.051	695	802	249
TOTAL	1.941	695	1.692	249

→ Aviação Executiva

Em 2011, as entregas da indústria de aviação executiva atingiram aproximadamente 700 aeronaves, representando queda de 8% em relação a 2010, quando foram entregues 763 jatos executivos.

Espera-se que a demanda em 2012 se mantenha no mesmo nível de 2011, sendo que uma recuperação do mercado deverá ocorrer somente a partir de 2013.

De acordo com a expectativa de uma recuperação econômica lenta, para os próximos 10 anos a Embraer estima um mercado de US\$ 205 bilhões, com um volume de entregas superior a 8 mil jatos executivos.

A crise econômica que se estende desde meados de 2008, tem afetado o mercado de aviação executiva com uma das mais agressivas reduções em vendas de sua história. Além disso, a recuperação das vendas de jatos executivos novos vem sendo prejudicada pela grande oferta de jatos usados a preços competitivos. Atualmente, existem cerca de 700 jatos executivos com até 10 anos de uso à venda, negociados com descontos médios de 30% em relação ao valor justo dessas aeronaves, assumindo um mercado em equilíbrio.

Em 2011, a Embraer comemorou dez anos de entrada no mercado de aviação executiva com grandes realizações. Em fevereiro, foi inaugurada a fábrica em Melbourne, Flórida e em dezembro, ocorreu o voo inaugural do primeiro Phenom 100 produzido nos Estados Unidos, além da inauguração do Centro de Clientes da Aviação Executiva. Além disso, a 200ª unidade do jato Phenom 100 foi entregue para o grupo Swift Aviation, em Phoenix, Arizona. Ao final do ano, a frota do Phenom 100 era composta por mais de 220 aeronaves em operação distribuídas em 26 países.

O Phenom 300 teve sua primeira unidade entregue para um cliente de propriedade compartilhada, brasileiro, o Prime Fraction Club. Esta aeronave foi certificada na Austrália e México e recebeu também a certificação para o oitavo assento. Ao final de 2011, a frota do Phenom 300 era composta por mais de 50 aeronaves em operação, distribuídas em 11 países.

Em 2011, o jato Legacy 650, da categoria *large*, obteve as certificações americana e chinesa, e realizou seu voo mais longo, de São Paulo a Miami, em oito horas e quarenta e oito minutos, o equivalente a 6.743 quilômetros (3.641 milhas náuticas). Além disso, em maio, foi fechado um importante negócio com o grupo Comlux, do Cazaquistão, para a venda de três dessas aeronaves, além de mais quatro opções.

Em julho, a empresa chinesa Minsheng Financial Leasing Co. assinou carta de intenção de compra de 20 jatos executivos da Embraer, e em outubro, confirmou a compra de 13 jatos Legacy 650, durante a NBAA, a maior feira da indústria de aviação executiva do mundo. Também neste mesmo mês, a Embraer anunciou a contratação do famoso artista de Hollywood, Jackie Chan, como embaixador da marca Embraer Executive Jets.

O jato super médio Legacy 600 entra em seu décimo ano de produção com uma larga aceitação no mercado, principalmente para clientes europeus e do Oriente Médio, onde concentra quase 51% da frota (94 unidades). Em dezembro de 2011, a frota de jatos Legacy 600 acumulava mais de 185 unidades operando em 36 países.

Os novos jatos *midlight*, Legacy 450, e *midsized*, Legacy 500, foram destaque em julho de 2011, com a junção da primeira fuselagem. As aeronaves se posicionaram entre o Phenom 300 e o Legacy 600, consolidando a gama de produtos Embraer para a aviação executiva como uma das mais amplas ofertadas atualmente. São estimados US\$ 750 milhões em investimentos para o desenvolvimento dos dois programas. O Legacy 500 deverá ser certificado em 2013, seguido pelo Legacy 450.

O jato Lineage 1000, da categoria *ultra large*, foi certificado na China e na Índia, um importante marco para sua comercialização nestes promissores mercados asiáticos.

No final de 2011, a Embraer acumulava em carteira US\$ 4,4 bilhões em pedidos de aviões executivos.

→ Defesa e Segurança

A unidade empresarial Embraer Defesa e Segurança é detentora de soluções integradas que combinam elevado conteúdo tecnológico e eficiência operacional a custos de aquisição e operação competitivos. O seu portfólio de produtos contempla aeronaves e sistemas para diferentes finalidades: comando, controle, comunicação, computação, inteligência, vigilância e reconhecimento (C4ISR); treinamento e combate; e transporte de autoridades civis e militares. Adicionalmente, presta serviços de modernização de aeronaves e de suporte aos clientes. Por meio de parcerias e aquisições realizadas em 2011, expandiu seu portfólio, passando a atuar em segmentos como ARP (aeronaves remotamente pilotadas), também conhecidas como VANTs (veículos aéreos não-tripulados), radares e sistemas de segurança pública.

Encontra-se em desenvolvimento, de acordo com o cronograma do programa, o KC-390, aeronave militar para missões de transporte de cargas e de reabastecimento em voo, que permitirá a entrada da Embraer em um novo segmento de mercado. O primeiro voo do protótipo está previsto para 2014 e a certificação da aeronave para o final do ano seguinte. A aeronave conta com intenção de compra de 60 unidades. Em 2011, foram selecionadas e contratadas empresas nacionais e internacionais para fornecimento dos principais sistemas e segmentos desse novo avião cargueiro.

Este ano foi muito significativo para toda a linha de produtos do segmento de defesa e segurança. O Super Tucano, treinador avançado e de ataque leve, continuou sendo um dos destaques. Nesse período, foram entregues oito aeronaves, sendo duas para o Brasil, três para o Equador e três para um cliente não-divulgado. Além disso, foi efetivado o contrato para fornecimento de oito aviões para a Indonésia, que representará sua entrada na região da Ásia-Pacífico. Ainda em 2011, assinamos contrato de fornecimento de dois Super Tucano para um novo cliente, que deverão ser entregues em 2012. Com esses novos contratos o Super Tucano encerrou o ano com 182 aeronaves contratadas e 156 entregues.

No final do ano, a Força Aérea dos Estados Unidos anunciou que havia selecionado o Super Tucano para o programa LAS (*Light Air Support*), por esse ser o melhor produto disponível, com desempenho em ação já comprovado e capaz de atender com maior eficiência às suas demandas. Após o contrato ter sido temporariamente suspenso por força de uma ação judicial por parte de concorrente desclassificado da concorrência pela USAF, o mesmo acabou sendo cancelado. A Embraer permanece firme em seu propósito de oferecer sempre a melhor solução para o mercado e continuará sua incessante busca na diversificação de sua base de clientes.

Para apoiar os clientes do Super Tucano, foram desenvolvidos sistemas de suporte ao treinamento e à operação (TOSS - *Training and Operation Support Systems*), que podem contemplar simuladores de voo, sistemas computacionais para treinamento (CBT - *Computer Based Training*) e estações de planejamento (MPS - *Mission Planning Stations*) e relato de missão (MDS - *Mission Debriefing Stations*). Em 2011, a Força Aérea do Equador recebeu seu simulador de voo.

No que tange a sistemas ISR (Inteligência, Vigilância e Reconhecimento) destaca-se o pleno andamento do programa AEW Índia, relativo ao contrato com a Defence Research and Development Organization da Índia, para o fornecimento de três aeronaves EMB 145 AEW&C. O voo inaugural da primeira aeronave aconteceu em 2011 e concluiu uma fase importante desse programa, com início da campanha de testes em voo. A primeira entrega está prevista para o primeiro semestre de 2012.

No campo das modernizações, estão atualmente em execução três programas para as Forças Armadas Brasileiras. No programa A-1M, a Embraer é responsável pela revitalização e modernização de 43 caças subsônicos AMX, sendo que as primeiras entregas se iniciarão em 2013.

O segundo programa, F-5M da FAB, abrange um total de 46 caças F-5. Em 2011, foram entregues quatro unidades modernizadas, restando três unidades para o início de 2012. No início de 2011 foi assinado novo contrato para a modernização de 11 caças F-5 adicionais, além do fornecimento de mais um simulador de voo dessa aeronave. O início das entregas deste segundo grupo de caças modernizados está previsto para 2013.

O terceiro programa se refere à modernização de 12 aeronaves AF-1 para a Marinha do Brasil, das quais duas unidades já se encontram na Embraer iniciando a fase de detalhamento das atividades de modificação e modernização a serem implementadas.

A Embraer Defesa e Segurança desempenha papel estratégico no sistema de defesa do Brasil - já forneceu quantitativo superior à metade da frota da FAB - e começa a expandir sua presença em outras regiões, além dos 48 países que já atende com suas aeronaves, serviços e sistemas de defesa.

No final de 2011, a Embraer Defesa e Segurança acumulava US\$ 3,3 bilhões em sua carteira de pedidos firmes.



Gestão Tecnológica e Industrial

→ Gestão Tecnológica e do Conhecimento

Em 2011, a Embraer realizou a 100ª Comunidade de Prática, consolidando o conceito e a importância de práticas de gestão do conhecimento nas mais diversas áreas da Empresa. Foi também promovida a 2ª edição do SETI, Seminário Embraer de Tecnologia e Inovação, onde foram apresentados diversos trabalhos com alto conteúdo tecnológico, produzidos pelos empregados e voltados a sustentabilidade dos produtos e processos. Além disso, foi realizado evento focado na captura e disseminação de experiências de especialistas das mais diversas tecnologias.

→ Desenvolvimento de Tecnologias

A capacidade de gerar soluções tecnologicamente inovadoras é uma competência indispensável para a manutenção da competitividade na indústria aeronáutica. Tendo em vista a importância de novas tecnologias para seu futuro, a Embraer, através de seu programa de desenvolvimento tecnológico, investiga e desenvolve soluções que criam competências internas críticas para seu negócio.

A estratégia do programa de desenvolvimento tecnológico é definida a partir da análise e do monitoramento do cenário tecnológico mundial. A Embraer vem dando continuidade nos seus esforços e investimentos na capacitação para aplicação de tecnologias avançadas no desenvolvimento de aeronaves cada vez mais modernas, seguras e eficientes. Em 2011, diversos avanços foram feitos nessa direção, com a conclusão das iniciativas "Aeronave Silenciosa", com foco em soluções de redução de ruídos de aeronaves e a "Automação da Montagem", onde foi desenvolvido e testado um sistema de automação para montagem estrutural de aeronaves, flexível e de baixo custo.

Outro importante marco do programa está associado à avaliação de novas soluções da matriz energética para aviação, especificamente o voo teste com o bioquerosene de aviação desenvolvido pela UOP Honeywell. Produzido a base de camelina (bioQAV) esse é o primeiro querosene renovável certificado para a aviação comercial no mundo.

→ Conhecimento em Rede

A estratégia de desenvolvimento tecnológico da Embraer é estruturada na forma de um programa capaz de gerenciar e executar projetos multidisciplinares e integrar diversas instituições como universidades, institutos de pesquisa, instituições de fomento e outras empresas que operam como uma rede de parceiros de desenvolvimento. Atualmente, na rede de cooperação tecnológica, colaboram mais de 50 institutos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), envolvendo mais de 250 pesquisadores da comunidade científica.

Em 2011, ocorreram importantes passos no plano de expansão e integração das redes de pesquisa nacionais e internacionais. O primeiro laboratório brasileiro voltado para a pesquisa de estruturas leves - no Parque Tecnológico de São José dos Campos (SP) - iniciou sua operação, em um contrato viabilizado pela parceria que envolve a Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), a Secretaria do Desenvolvimento de São Paulo, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Embraer. Também houve a assinatura entre a Fapesp, Boeing e Embraer, de uma carta de intenção para colaboração em pesquisa e desenvolvimento de biocombustíveis para aviação comercial. Foi iniciada a participação da Embraer no AVSI (Aerospace Vehicle Systems Institute) que aborda questões que afetam a comunidade aeroespacial por meio de pesquisa cooperativa e colaboração internacional, realizado pela indústria, governo e academia. Além disso, foi aprovada a participação da Embraer em novos projetos do programa *Framework Programme 7* da Comunidade Europeia.

Tendo em vista a importância das atividades de P&D para o desenvolvimento nacional e a importância da indústria aeronáutica como estratégia para a inovação tecnológica, a Embraer participa ativamente das discussões com as principais lideranças empresariais e o governo para fortalecer as políticas públicas destinadas a fomentar o Sistema Nacional de Inovação. Dessa forma, a Empresa busca contribuir para a construção de um ambiente que favoreça a inovação tecnológica nas empresas e a intensificação das pesquisas em tecnologias emergentes no País.

→ Propriedade Intelectual

A Embraer reconhece em sua política a necessidade de proteger os direitos e resultados de criações intelectuais provenientes de investimentos em pesquisa e desenvolvimento, representados sob a forma de invenções, desenho industrial, marcas, processos, sistemas, "softwares" ou produtos.

Desde a implantação da sua política de gestão da propriedade intelectual, em 2007, a Embraer teve um aumento considerável no número de pedidos de patentes solicitadas. Em 2011, submetemos 23 depósitos de pedidos de patente e recebemos 17 concessões, de desenhos industriais e invenções.

→ Inovação

A Embraer recebeu, em cerimônia no Palácio do Planalto com a presença da Presidente da República, Dilma Rousseff, o Prêmio FINEP de Inovação 2011, na categoria Grande Empresa. Frederico Curado, Diretor-Presidente da Embraer, recebeu o Troféu Prata de Aloizio Mercadante, Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, em reconhecimento à cultura responsável pelo sucesso que a Empresa tem hoje no mercado global aeroespacial e pelo compromisso de continuar investindo na inovação. A Embraer foi reconhecida por inovar em diversas frentes de seus processos de gestão e desenvolvimento tecnológico, destacando-se o Planejamento Estratégico, o Programa de Desenvolvimento Tecnológico, o Desenvolvimento Integrado de Produtos, o Programa P3E (Programa de Excelência Empresarial Embraer), a Gestão do Conhecimento e o Programa de Inovação Gerenciada.

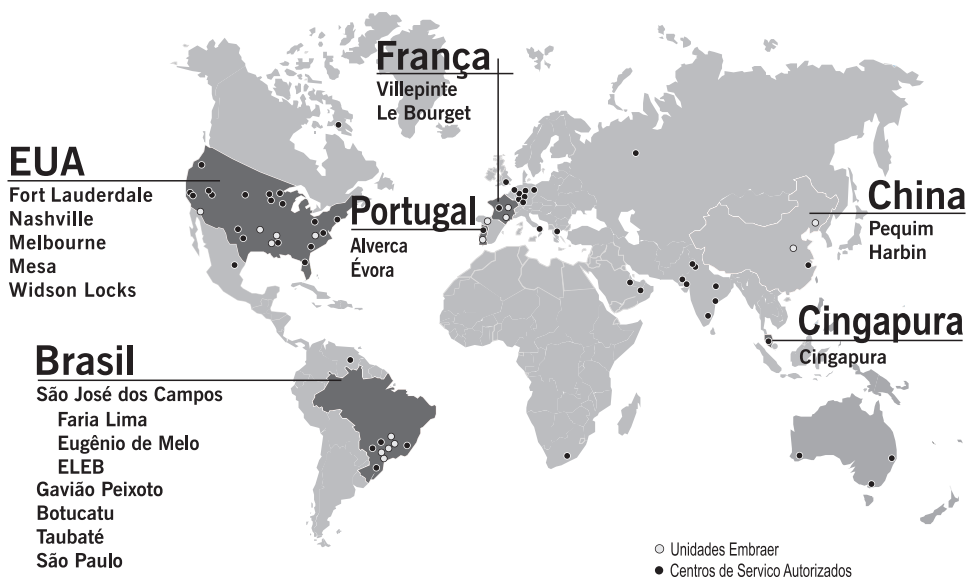
→ Operações Industriais

As operações industriais contribuíram significativamente para o resultado da Embraer, com diversos projetos focados em aumento de produtividade e melhoria de qualidade da manufatura. Tais ganhos foram alcançados com a disseminação dos conceitos de *lean manufacturing* promovida pelo Programa de Excelência Empresarial Embraer (P3E), principalmente através da realização de projetos Kaizen e 3P (Production Preparation Process).

Outro destaque do P3E nas operações industriais foi a evolução de diversas células de melhoria contínua para o nível de certificação prata, e outras alcançaram o estágio de agrupamento de células, fortalecendo a integração entre os diferentes departamentos e aprimorando os processos do fluxo de valor.

Alinhada à estratégia do Programa P3E, a Embraer avançou com seu projeto de automação industrial em 2011. Aos robôs existentes, foram adicionados outros para fabricação de segmentos de fuselagens, asas e pintura de aeronaves, sendo este último o primeiro para esta aplicação na indústria aeronáutica. Também foram adquiridos diversos robôs que entrarão em operação no próximo ano para pintura de peças, junção de fuselagens e fabricação de peças de material compósito no Brasil. Para as novas fábricas em Portugal foram adquiridos robôs para fabricação de asas e estabilizadores.

← Presença Global



A Embraer investe em presença global para oferecer produtos, serviços e atendimento adequados às necessidades dos clientes e dos mercados. Para isso, mantém unidades industriais e operacionais no Brasil e continua expandindo suas operações em diversos países.

A sede da Companhia está localizada no Brasil, na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo que juntamente com as unidades de Eugênio de Melo, ELEB, Gavião Peixoto e Botucatu, concentram as atividades de engenharia, desenvolvimento e fabricação. No ano passado foi inaugurado em Melbourne, Flórida, EUA, o mais novo Centro Global de Atendimento ao Cliente para Jatos Executivos e a primeira linha de produção dos jatos executivos fora do Brasil. Além disso, estão em implantação, duas novas unidades industriais localizadas na cidade de Évora, em Portugal. A Empresa possui também uma fábrica em Harbin, China, em associação com a empresa estatal chinesa AVIC.

Para dar suporte às operações de pós-venda, a Embraer conta com centros de serviço e venda de peças de reposição próprias em São José dos Campos (São Paulo), Fort Lauderdale (Flórida), Mesa (Arizona), Nashville (Tennessee) e Windsor Locks (Connecticut) nos EUA, em Villepinte (próximo ao Aeroporto Roissy - Charles de Gaulle), França e em Cingapura, além da rede especializada que já conta com cerca de 60 centros de serviços próprios e autorizados no mundo. Para prestar apoio aos clientes, a Embraer também mantém centros de distribuição de peças de reposição e equipes de técnicos especializados em Louisville, EUA, Pequim, China e em Dubai, Emirados Árabes Unidos.

O suporte às atividades de comercialização, marketing e promoção é realizado pelos escritórios de São José dos Campos, Fort Lauderdale e Villepinte, bem como pelos escritórios de Cingapura e Pequim.

No início de 2012, a Embraer Defesa e Segurança adquiriu da EADS sua participação na AIRHOLDING, passando então a deter 65% de participação acionária na empresa de manutenção e produção aeronáutica OGMA - Indústria Aeronáutica de Portugal S.A., enquanto o governo português permanece com 35% das ações.

← Financiamento às Vendas

A despeito dos efeitos da crise na disponibilidade e no custo do financiamento de aeronaves, que se agravou na segunda metade do ano, em 2011 as companhias aéreas conseguiram estruturar os financiamentos de suas entregas e as agências de crédito à exportação - ACE suportaram plenamente seus fabricantes. Os clientes da Embraer, em particular, obtiveram amplo sucesso na estruturação dos financiamentos das aeronaves.

A diversificação da base de clientes dos E-Jets e a sua versatilidade de aplicação nos diversos modelos de negócio têm contribuído para a percepção positiva do ativo como garantia e, consequentemente, os valores residuais têm apresentado excelente performance. O sucesso na estruturação de financiamentos para os clientes da Embraer é a prova da ótima avaliação dos E-Jets pela comunidade financeira.

A família EMBRAER 170/190 tem sido financiada predominantemente por instituições financeiras europeias e empresas de leasing. Os bancos comerciais europeus enfrentam severas restrições de liquidez e devem reduzir a alocação de recursos para financiar aeronaves nos próximos anos. Por outro lado, as empresas de leasing e o mercado de capitais devem aumentar a participação em novos financiamentos.

Em 2011, a Embraer assinou contratos de venda direta com empresas de leasing dos Estados Unidos e da Ásia. Esses acordos contribuirão para fornecer um forte suporte aos nossos clientes em todo o mundo, ampliando a oferta de soluções de leasing operacional. A expectativa é que a participação das estruturas de leasing aumente nos próximos anos, compensando a redução dos montantes a serem destinados pelos bancos comerciais para o setor. O financiamento através do mercado de capitais também ganhará um novo impulso na medida em que as novas medidas de regulação do capital e do sistema bancário, bem como a adoção do tratado de Cape Town em escala global, tendem a aumentar a sua eficiência em relação às demais estruturas.

As ACEs continuarão atuando de forma importante em 2012 no atendimento das necessidades totais de financiamento, estimadas em US\$ 95 bilhões para a aviação comercial. O apoio oficial do sistema brasileiro de financiamento à exportação aumentou nos últimos anos devido à crise financeira e representou cerca de 37% do total das entregas de 2011, devendo manter níveis similares em 2012. Vale ressaltar que essa fonte de recursos representa apenas 18% do total de entregas acumuladas dos E-Jets desde 2004.

← Administração de Ativos

Para oferecer melhor suporte às vendas e reduzir alguns riscos financeiros relacionados à comercialização de aeronaves, a Embraer criou, em 2002, a subsidiária ECC Leasing Co. Ltd., baseada em Dublin, na Irlanda.

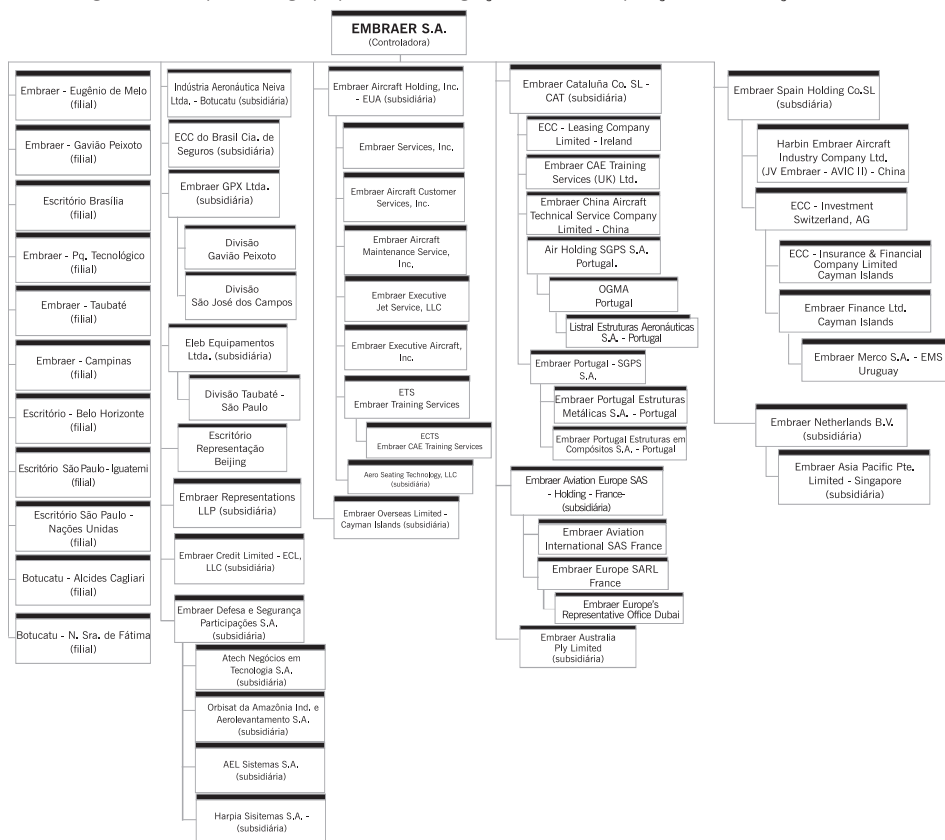
A missão da ECC Leasing é gerenciar e comercializar a carteira de aeronaves que, por obrigações contratuais, poderão ser adquiridas pela Embraer em transações de *trade-in* e recompra. Essa companhia também presta serviços de recomercialização a terceiros ligados às campanhas de vendas.

A ECC Leasing administrou até o momento 93 aeronaves de fabricação da Embraer, das quais 43 foram recomercializadas, 29 estão em leasing operacional, 14 aeronaves estão disponíveis para recolocação no mercado e sete continuam sendo utilizadas pela Embraer para conclusão de testes e certificações principalmente para E-Jets e Legacy 650.

A frota de 25 aeronaves Citation Ultra adquirida da NetJets Inc. em *trade-in* pela ECC Leasing no final de 2010, foi vendida no segundo trimestre de 2011.

← Estrutura Societária

Para suportar as suas atividades operacionais, a Embraer conta com uma estrutura societária que tem como objetivo atender às exigências e particularidades de cada país onde atua, além de melhorar, organizar e otimizar a gestão das empresas do grupo prevendo a integração de todas as operações e a satisfação dos clientes.





Desempenho Econômico-Financeiro

Em 2011, a Embraer atingiu e até superou em suas operações recorrentes as estimativas anuais de receita e de margens operacional e EBITDA, divulgadas ao mercado.

A receita líquida do ano foi de R\$ 9.858,1 milhões, 5% maior que os R\$ 9.380,6 milhões do ano anterior. Apesar do menor número de entregas nesse ano (204), comparado ao ano passado (246), o *mix* de produtos foi mais favorável, com uma maior participação dos E-Jets em relação aos Phenom. Por esse motivo e também pelos ganhos de produtividade e eficiência oriundos do P3E e o ajuste ocorrido no valor das aeronaves pré-série em estoque, que havia impactado negativamente a margem de 2010 em 0,9%, a margem bruta em 2011 foi de 22,5%, superando os 19,2% apurado no ano anterior. A Embraer acredita que o patamar atual de margem bruta seja sustentável para os próximos anos, assumindo que o *mix* de produtos e receitas permaneçam similares.

Valores em R\$ milhões*	2010	2011
Receita Líquida	9.380,6	9.858,1
Custo dos Produtos Vendidos	(7.582,7)	(7.638,8)
Lucro Bruto	1.797,9	2.219,3
Margem Bruta	19,2%	22,5%
Despesas Operacionais	(1.112,3)	(1.697,5)
Lucro Operacional antes dos Juros e Impostos	685,6	521,8
Margem Operacional	7,3%	5,3%
Depreciação e Amortização	383,6	401,2
EBITDA Ajustado (1)	1.069,2	923,0
Margem EBITDA Ajustado	11,4%	9,4%
Lucro Líquido Atribuído à Embraer	573,6	156,3
Margem Líquida	6,1%	1,6%
Lucro por Ação	0,79	0,22
Quantidade de Ações (2)	723.665	723.667

* Exceto Lucro por Ação e Quantidade de Ações

(1) O EBITDA ajustado, de acordo com o Ofício Circular CVM nº1/2005 representa o lucro líquido adicionado de receitas (despesas) financeiras líquidas, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização, receitas (despesas) não operacionais, participações minoritárias e equivalência patrimonial.

(2) Não inclui 16,8 milhões de ações mantidas em tesouraria.

No ano, as exportações da Embraer totalizaram US\$ 4.209,2 milhões, colocando a Empresa como a quinta maior exportadora brasileira, com uma contribuição de 1,64% para o saldo da balança comercial brasileira.

Em 2011, foram entregues 105 aeronaves para o mercado de aviação comercial, sendo 103 E-Jets e dois ERJ 145; 99 jatos foram entregues para o mercado de aviação executiva, incluindo 13 Legacy 600/650, três Lineage 1000, 42 Phenom 300 e 41 Phenom 100. Além dessas, foram entregues para o mercado de defesa e segurança, quatro F-5 modernizados pelo programa F-5M da FAB, e oito Super Tucanos, sendo dois para o Brasil, três para o Equador e três para um cliente não-divulgado.

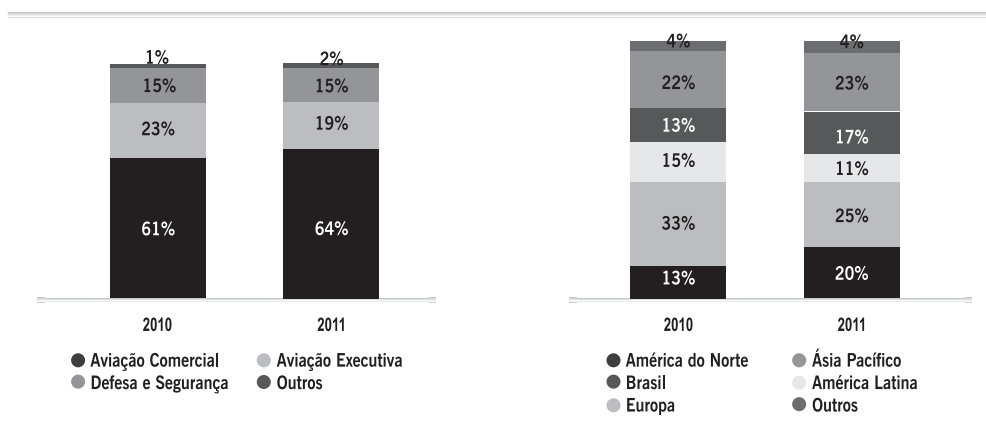
→ Entrega de Aeronaves por Segmento

	2010	2011
Aviação Comercial	100	105
ERJ 145	6	2
EMBRAER 170	9 (2)	1
EMBRAER 175	8	10
EMBRAER 190	58	68
EMBRAER 195	17	24
Aviação Executiva	144	99
Phenom 100	100	41
Phenom 300	26	42
Legacy 600/650	10	13
Lineage 1000	5	3
EMBRAER 170 Shuttle	3	-
Defesa e Segurança*	2	-
ERJ 135	1	-
Legacy 600	1	-
Total Jatos	246	204

* Inclui somente entregas de jatos executivos configurados para transporte de autoridade e aeronaves para companhias aéreas estatais.

Entregas identificadas por parênteses foram contabilizadas como leasing operacional.

A receita líquida para o mercado de aviação comercial cresceu 10% em relação aos R\$ 5.707,3 milhões de 2010, atingindo o valor de R\$ 6.273,6 milhões, devido ao melhor *mix* de produtos e o maior número de entregas, apesar da apreciação do Real ocorrida no período. O mercado de aviação executiva gerou receita de R\$ 1.930,4 milhões em 2011, 8% menor que a receita de R\$ 2.095,6 milhões de 2010. A receita líquida do mercado de defesa e segurança foi de R\$ 1.444,7 milhões em 2011, permanecendo estável em relação aos R\$ 1.445,2 milhões de 2010. Outros negócios foram responsáveis por R\$ 209,3 milhões de receita em 2011. A participação de cada negócio na receita total da Companhia assim como sua distribuição geográfica foi:



A participação do Brasil na receita líquida da Empresa manteve sua expansão, partindo de 4% em 2008 para 17% em 2011. Os principais contribuintes foram a continuidade das entregas para a Azul Linhas Aéreas Brasileiras, além do aumento considerável das receitas provenientes do negócio de defesa e segurança, no país. Revertendo o movimento ocorrido no ano passado, a participação da América do Norte voltou a crescer e atingiu 20% da receita líquida, principalmente pelo incremento de entregas da aviação comercial naquela região.

Em 2011, as despesas operacionais totalizaram R\$ 1.697,5 milhões, apresentando crescimento de 53% em relação aos R\$ 1.112,3 milhões de 2010, principalmente devido à conta outras (despesas) receitas operacionais, que passou de uma receita de R\$ 16,9 milhões em 2010 para uma despesa de R\$ 410,4 milhões em 2011. Esse aumento foi decorrente da constituição de provisão no valor de R\$ 465,3 milhões, devido principalmente à estimativa atual da Empresa para cobrir eventuais perdas relativas às suas obrigações com garantias financeiras e de valor residual (RVG) oferecidas a agentes financiadores e clientes das aeronaves da família ERJ 145.

A American Airlines (AMR), que entrou em processo de concordata ao final de 2011, opera atualmente 216 jatos da família ERJ 145 através de sua subsidiária integral American Eagle e sua decisão final de como gerenciará essa frota ainda está em curso. Para fazer frente a este cenário a Embraer constituiu uma provisão de R\$ 583,2 milhões, sendo essa sua melhor estimativa nesse momento.

Considerando que essa decisão poderá causar um impacto no mercado secundário de jatos regionais devido ao aumento de disponibilidade de aeronaves provenientes desse processo de reestruturação, a Embraer adicionalmente contabilizou R\$ 79,4 milhões por conta de ajustes no valor residual e garantias financeiras, para cobrir potenciais despesas futuras associadas à família ERJ 145. Nesse montante foi também considerado uma provisão complementar referente a certas garantias financeiras de 36 aeronaves ERJ 145 que eram operadas pela Mesa AirGroup e que ainda não foram recomercializadas. Com isto, a Embraer completou o total de provisão esperado para cobrir todas as garantias.

Do valor total das provisões, R\$ 197,3 milhões foram contabilizadas como despesas financeiras e não causaram impacto no resultado operacional. O restante foi classificado como outras despesas operacionais e apesar de terem impactado o resultado operacional da Empresa em 2011, o desembolso de caixa relacionado a estas garantias está previsto ocorrer ao longo dos próximos anos.

Colaboraram também para o aumento das despesas operacionais, a apreciação do Real em relação ao Dólar, que foi de 5% no período e impactaram parte das despesas denominada na moeda local. Adicionalmente, houve um aumento da folha de pagamento em aproximadamente 10%, decorrente do dissídio coletivo no final de 2010.

No exercício de 2011, as despesas comerciais subiram 7% em relação ao ano anterior e totalizaram R\$ 702,9 milhões, representando 7% da receita líquida de vendas.

As despesas administrativas totalizaram R\$ 440,0 milhões em 2011, apresentando crescimento de 27% quando comparadas aos R\$ 346,1 milhões do exercício anterior, explicado pelo aumento do custo de mão-de-obra, assim como por mudanças organizacionais ocorridas na Embraer e pela incorporação de novas empresas adquiridas durante o ano. Além disso, a Empresa continuou seus investimentos no desenvolvimento de sua rede de suporte ao cliente, especialmente na aviação executiva e intensificou suas ações na definição da estratégia do produto na aviação comercial.

Após as contingências mencionadas, o resultado operacional (EBIT) da Empresa totalizou R\$ 521,8 milhões em 2011, 24% menor que os R\$ 685,6 milhões apurados no ano anterior, gerando margem operacional de 5,3%, menor que os 7,3% de 2010. Se desconsiderarmos desse cálculo o efeito negativo da provisão no resultado e o recebimento de multas decorrentes do cancelamento de aeronaves, que gerou impacto positivo, a margem operacional teria sido de 8,9%, acima do topo do *guidance* de 8,3%. Esse resultado pode ser explicado principalmente pela melhoria da eficiência operacional oriunda do P3E.

O EBITDA atingiu R\$ 923,0 milhões em 2011, 14% menor que os R\$ 1.069,2 milhões do ano anterior. A margem EBITDA foi igualmente impactada e alcançou 9,4%. A margem EBITDA antes da provisão teria alcançado 13,0%.

Durante o ano de 2011, a Embraer registrou despesa financeira líquida de R\$ 139,7 milhões, sendo que em 2010 havia gerado receita financeira líquida de R\$ 29,5 milhões, em função principalmente da provisão já mencionada.

Assim, em 2011 a Embraer obteve lucro antes dos impostos de R\$ 382,1 milhões, enquanto que em 2010 foi de R\$ 715,1 milhões. Essa diferença negativa de 47% ainda sofreu impacto de uma maior incidência de imposto de renda no período, devido à apreciação do Real. Dessa forma, o lucro líquido atribuído à Embraer de R\$ 156,3 milhões foi 73% menor que os R\$ 573,6 milhões apurados em 2010 e a margem líquida atingiu 1,6%, abaixo dos 6,1% apurados no ano anterior. Se expurgarmos desse resultado os efeitos da provisão e o imposto de renda diferido no período, o lucro líquido seria de R\$ 852,3 milhões em 2011, comparado aos R\$ 628,7 milhões de 2010, com margens líquidas de 8,6% e 6,7% respectivamente.

→ Indicadores Patrimoniais

A seguir, são apresentados os principais indicadores patrimoniais da Embraer dos últimos dois anos:

Destaques Consolidados - Valores em R\$ milhões	2010	2011
Disponível (*)	3.543,4	3.946,3
Contas a Receber	582,0	949,2
Financiamentos a Clientes	117,5	191,9
Estoques	3.662,8	4.291,0
Ativo Permanente (**)	3.194,6	4.236,9
Fornecedores	1.250,0	1.556,7
Endividamento - Curto Prazo	120,9	472,2
Endividamento - Longo Prazo	2.269,7	2.637,9
Patrimônio Líquido	5.217,7	5.848,6

(*) Inclui caixa e equivalentes de caixa e Instrumentos financeiros ativos.

(**) Inclui Imobilizado e Intangível.

Ao final do exercício de 2011 o caixa líquido ficou 27% menor que no ano anterior, atingindo R\$ 836,2 milhões, principalmente devido às aquisições realizadas no segmento de defesa e segurança, assim como ao maior volume de investimentos ocorrido no período.

A Embraer encerrou o ano com um endividamento total de R\$ 3.110,1 milhões, 30% acima dos R\$ 2.390,6 milhões do exercício anterior. Do endividamento total, 85% refere-se a linhas de longo prazo. O endividamento é composto de R\$ 1.945,5 milhões (63%) em linhas de crédito denominadas em sua maioria em Dólares e os restantes R\$ 1.164,7 milhões (37%) são denominados em Reais, sendo que o prazo médio de endividamento é de cinco anos.

A posição de estoque encerrou o ano em R\$ 4.291,0 milhões, 17% acima do valor correspondente a dezembro de 2010. Este aumento ocorreu principalmente em função da valorização do Dólar ao final do ano que foi de aproximadamente 12,6%, com isso a variação real dos estoques foi menor que 5%. Em 2012, espera-se que apesar do aumento no volume de entregas, haja redução no nível dos estoques.

Indicadores Consolidados - R\$ Milhões IFRS	2010	2011
Dívida/Patrimônio Líquido	0,5	0,5
Giro dos Estoques	2,1	1,8
Giro dos Ativos	0,7	0,6
ROA	4,1%	0,9%
ROE	11,0%	2,7%
ROCE *	16,1%	11,9%

* US\$ IFRS.

O aumento de 30% do endividamento, compensado pelo aumento do patrimônio líquido em 12%, manteve estável a relação entre dívida e patrimônio líquido. Além disso, o giro dos estoques e dos ativos se mantiveram praticamente estáveis devido à continuidade da gestão adotada junto à cadeia de suprimentos. A redução do ROA e do ROE pode ser explicada pelo impacto da taxa de câmbio sobre as contas patrimoniais de balanço e também pelas provisões constituídas, conforme já mencionado.

→ Destinação dos Resultados da Controladora

Em 2011, a Embraer distribuiu aos seus acionistas R\$ 180,9 milhões, sob a forma de juros sobre capital próprio (JCP), que representou 116% do lucro líquido consolidado de R\$ 156,3 milhões. Desta forma, a Empresa não fará distribuição adicional de juros sobre capital próprio e dividendos, assim como não haverá retenção de lucro líquido do exercício.

← Mercado de Capitais

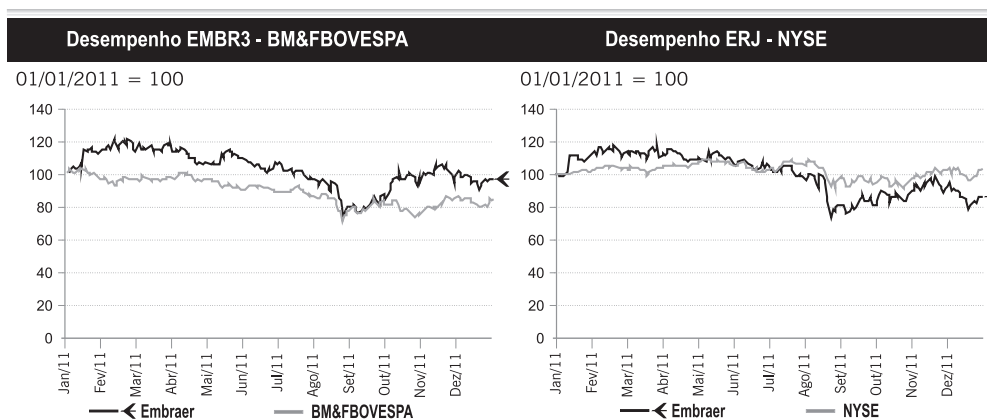
O relacionamento da Embraer com a comunidade financeira e com os seus investidores é pautado pela divulgação de informações com transparência e equidade, caracterizadas pelo profundo respeito aos princípios legais e éticos, buscando consolidar e manter sua imagem de liderança e inovação junto ao mercado de capitais, seguindo as regras do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, o mais elevado nível de governança corporativa no País. Suas ações estão listadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBOVESPA) desde 1989, e na Bolsa de Nova York (NYSE) através do programa de ADRs (*American Depositary Receipts*) nível III, desde 2000.

Em 2011, a Embraer se manteve nas carteiras teóricas do IBrX (Índice Brasil), do IGC (Índice de Ações com Governança Corporativa), do ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial), do ITAG (Índice de Ações com *Tag Along* Diferenciado), do INDX (Índice do Setor Industrial) e do IVBx-2 (Índice Valor Bovespa 2ª Linha). Nos Estados Unidos fomos novamente selecionados a compor a carteira do Dow Jones Sustainability Index (DJSI), alcançando a liderança do setor Aeroespacial e Defesa. Devido à diminuição da liquidez das ações da Empresa, deixamos de fazer parte dos índices IBrX 50 e ICO2 (Índice de Carbono Eficiente).

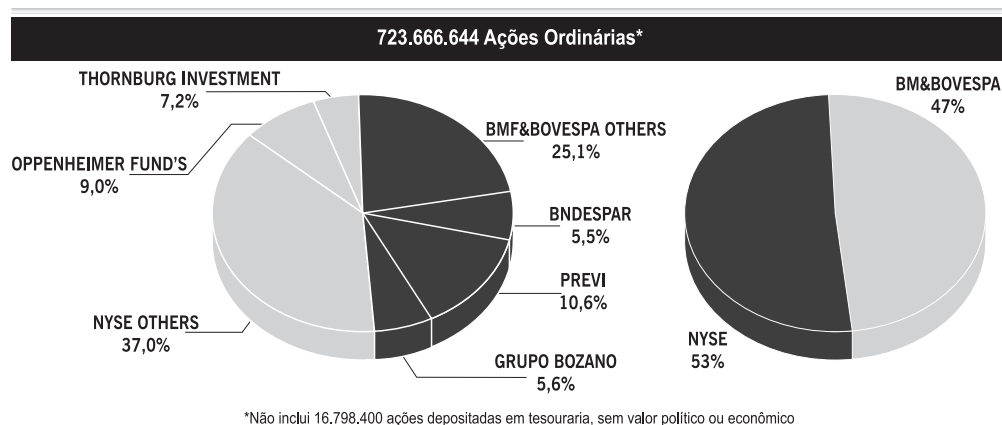


As ações da Embraer (EMBR3) negociadas na BM&FBOVESPA encerraram o ano de 2011 cotadas a R\$ 11,76, valor praticamente estável em relação ao fechamento do ano anterior, enquanto que o índice da BM&FBOVESPA teve desvalorização de 19% no mesmo período.

Os ADSs (*American Depositary Shares*) da Empresa (ERJ), listados na NYSE, atingiram cotação de US\$ 25,22 ao final do ano, desvalorizando-se 15%, frente à valorização de 5% do índice Dow Jones.



→ Capital social em 31 de Dezembro de 2011



Nesse período, o mercado norte-americano apresentou uma média diária de 1.204 mil ADSs negociados, movimento equivalente ao volume financeiro médio diário de US\$ 34,7 milhões. Na bolsa brasileira, as negociações diárias apresentaram volume médio de 1.623 mil ações, com volume financeiro médio de R\$ 19,5 milhões.

O valor de mercado da Embraer atingiu US\$ 4,7 bilhões no final de 2011, comparado aos US\$ 5,4 bilhões registrados no ano anterior.

→ Remuneração aos Acionistas

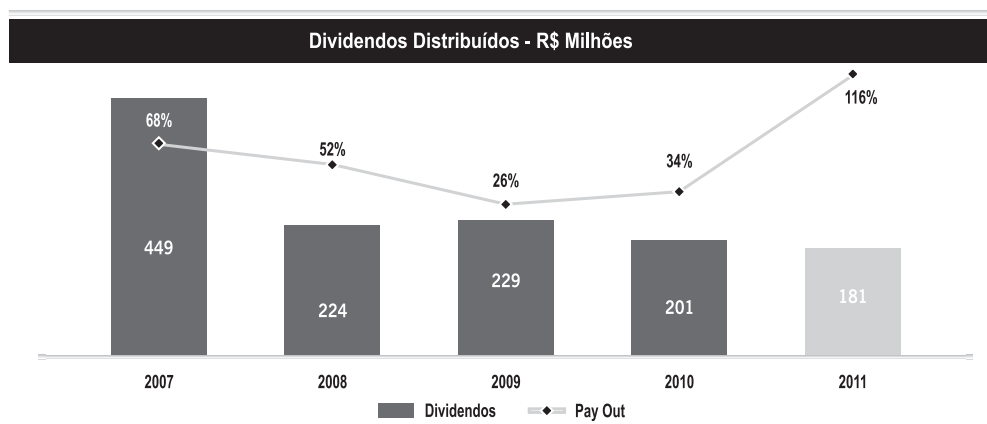
Referente ao exercício de 2011, a Embraer distribuiu R\$ 180,9 milhões aos seus acionistas, sob a forma de juros sobre capital próprio (JCP), o equivalente a R\$ 0,25 por ação, o que representou *pay out* de 116% do lucro líquido do período.

A distribuição de JCP aos acionistas, foi aprovada pelo Conselho de Administração em reuniões realizadas durante o exercício:

Em 16 de março, foi aprovada a distribuição de R\$ 43,4 milhões correspondendo a R\$ 0,06 por ação, referente ao 1º trimestre de 2011, com início de pagamento em 19 de abril de 2011.

Em 9 de junho, foi aprovada a distribuição de R\$ 72,4 milhões correspondendo a R\$ 0,10 por ação, referente ao 2º trimestre de 2011, com início de pagamento em 22 de julho de 2011.

E no dia 14 de setembro, foi aprovada a distribuição de R\$ 65,1 milhões correspondendo a R\$ 0,09 por ação, referente ao 3º trimestre de 2011, com início de pagamento em 17 de outubro de 2011.



← Sustentabilidade e Governança Corporativa

"Construímos um futuro sustentável". Esse é um dos valores que a Embraer defende e se orgulha em ter como diretriz de suas ações empresariais. A sustentabilidade, em suas dimensões econômica, social e ambiental, também faz parte dos objetivos estratégicos e norteia a Empresa no caminho de sua perpetuidade.

As práticas sustentáveis permeiam a estrutura organizacional e de governança corporativa e são percebidas através da atuação do Comitê de Ética, no âmbito da Diretoria e do Comitê de Auditoria e Riscos, no âmbito do Conselho de Administração. Ambos atuam com independência e transparência, conferindo à Embraer um nível elevado de governança sobre temas de relações no trabalho, direitos humanos e combate à corrupção.

Como resultado da gestão inovadora em sustentabilidade e atestando novamente sua dedicação diferenciada às práticas de sustentabilidade, a Embraer integra, desde sua criação em 2005, a carteira do ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial) da BM&FBOVESPA e, em 2011, pelo segundo ano consecutivo, a carteira do DJSI (Dow Jones Sustainability Index), tendo conquistado a liderança no setor Aeroespacial e Defesa, diante de um universo de 31 empresas elegíveis em todo o mundo.

→ Governança Corporativa

O modelo de governança corporativa da Embraer possui o comprometimento amplo e irrestrito de toda a Diretoria e do Conselho de Administração e atende ao mais alto nível de governança do Brasil ao participar do Novo Mercado da BM&FBOVESPA.

O modelo de governança corporativa adotado proporciona o fortalecimento da Administração, por meio de instrumentos de gestão e controle, ao mesmo tempo em que preserva os direitos estratégicos da União, possuidora de uma ação de classe especial, a *Golden Share*.

O Estatuto Social da Embraer prevê mecanismos de proteção que garantem a pulverização do controle acionário e também que a maioria de votos nas deliberações da assembleia geral seja exercida por acionistas brasileiros, respeitando o princípio estabelecido na privatização da Empresa.

→ Conselho de Administração

O Conselho de Administração (CA) possui mandato de dois anos e é composto por 13 membros efetivos e respectivos suplentes eleitos diretamente pelos acionistas. Composto por nove conselheiros independentes cabe à União indicar um membro, como detentora da *Golden Share*, e aos empregados indicar dois representantes; um pelo Clube de Investimentos dos Empregados da Embraer (CIEMB) e outro eleito diretamente pelos empregados não acionistas. O Conselho se reúne, em caráter ordinário, oito vezes por ano ou eventualmente para debater e deliberar sobre assuntos importantes para as operações da Embraer.

A missão do CA, entre outras funções, é estabelecer diretrizes, definir a orientação geral do negócio, planos e metas, orçamento anual e programas de investimentos estabelecidos pelo Plano de Ação elaborado pela Diretoria; acompanhar o desempenho da Embraer nos mercados em que opera e convocar auditores independentes e emitir ações e bônus. O CA também pode eleger e destituir os membros da Diretoria além de fiscalizar sua gestão.

Como forma de fortalecer ainda mais as práticas de governança corporativa e atender aos acionistas, o CA passou a adotar, desde 2010, o processo de autoavaliação de seu desempenho. O CA possui três comitês de assessoramento de suas funções em áreas tidas como preponderantes para a Companhia: Comitê Estratégico, Comitê de Auditoria e Riscos e o Comitê de Recursos Humanos.

Comitê de Estratégia: entre suas principais atribuições está auxiliar o CA com foco no Plano Estratégico e Plano de Ação da Empresa, com seus objetivos estratégicos e macro-projetos e na avaliação de potenciais oportunidades de novos negócios.

Comitê de Auditoria e Riscos: tem como suas principais atribuições validar e submeter ao CA diretrizes para a política de riscos e observar o cumprimento das políticas de gerenciamento de riscos. Este comitê teve suas competências expandidas, de forma a caracterizá-lo como Comitê de Auditoria Estatutária nos moldes da ICVM 509. Em janeiro de 2012, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária alteração do Estatuto Social que modificou a denominação do Comitê de Risco para Comitê de Auditoria e Riscos, passando a acumular as atividades do então Comitê de Riscos, com àquelas atribuídas ao comitê de auditoria estatutária e, às atribuições do Comitê de Auditoria para fins da legislação norte-americana.

Comitê de Recursos Humanos: tem por função assessorar o CA nas questões relativas a eleição e destituição dos diretores da Companhia e fixação das atribuições, política salarial e de recursos humanos, inclusive no que tange a critérios de remuneração, direitos e vantagens.

→ Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal (CF) é o órgão fiscalizador dos atos de gestão administrativa e funciona de modo permanente. É eleito em Assembleia Geral, com mandato anual e composto de no mínimo três e, no máximo cinco membros, e igual número de suplentes, acionistas ou não.

→ Diretoria

É responsável pela administração da Empresa, com suas responsabilidades estabelecidas pelo Estatuto Social e nomeada pelo Conselho de Administração para um mandato de dois anos. A gestão segue o planejamento estratégico que leva em consideração não somente o desempenho econômico-financeiro e operacional, mas também o socioambiental, que fazem parte das metas e servem de base para a remuneração da Diretoria.

→ Relacionamento com Auditores Independentes

No exercício de 2011, a Embraer não contratou junto aos seus auditores independentes outros serviços não relacionados à auditoria externa, prestada a todas as empresas do grupo, no mundo.

→ Modelo de Gestão

O modelo de gestão da Embraer está embasado no planejamento e na realização de ações e projetos de curto, médio e longo prazo. O Plano Estratégico possui um horizonte de 15 anos e estabelece os macro projetos que deverão promover o aumento do valor da Empresa no futuro.

Para definir sua atuação de curto prazo, que sustentará as ações futuras, a Embraer utiliza uma ferramenta de gestão empresarial, denominada Plano de Ação - PA, com abrangência bienal, e que considera prioritariamente fatores como:

- Viabilidade e potencialidade dos mercados em que atua do ponto de vista econômico, social e ambiental;
- Prospecção de produtos e serviços para novas regiões com potenciais de crescimento já auferidos;
- Análise criteriosa da atuação de seus principais competidores;
- Competências a serem ressaltadas e pontos fracos a serem aprimorados pela Empresa;
- Oportunidades, desafios e riscos a serem enfrentados e superados.

O Plano de Ação é anualmente aprovado pelo Conselho de Administração e a Diretoria da Companhia é avaliada conforme o cumprimento das metas nele estipuladas.

→ Gestão de Riscos

A Embraer vem fortalecendo a gestão dos riscos desde 2002, visando segurança nas operações, juntamente com as melhores práticas de governança corporativa e em aderências às normas, regulamentos e legislações nacionais e internacionais.

Em 2011, atribuiu-se ao Comitê de Riscos as responsabilidades do Comitê de Auditoria, denominando-se a partir de 2012, Comitê de Auditoria e Riscos, sendo seus membros todos do Conselho de Administração. A Política de Gestão Financeira aprovada no âmbito do Conselho de Administração se destaca como uma ferramenta de governança e mitigação dos riscos financeiros e todas as decisões que a envolvem são aprovadas pelo Comitê de Gestão Financeira. Esse ambiente fortalece o compromisso da Embraer com a segurança empresarial e os princípios de governança: transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade.



Meio Ambiente, Saúde e Segurança no Trabalho

Entre os valores empresariais que norteiam a Embraer está a construção de um futuro sustentável. Neste intuito, foi estruturada, em 2011, a Vice Presidência de Sustentabilidade e Desenvolvimento Organizacional e a Diretoria de Sustentabilidade, buscando consolidar as boas práticas estabelecidas, incluindo as certificações ISO 14.001 e OHSAS 18001, e elevar o grau de gestão do Meio Ambiente e da Saúde e Segurança. Estas áreas encontram-se coordenadas por um Sistema de Gestão de Meio Ambiente, Saúde e Segurança e Qualidade (SIG-MASSQ), avaliado e certificado por um órgão certificador internacional, a ABS-QE.

Na área ambiental, foi iniciada em 2011 uma série de ações ligadas à gestão do ciclo de vida do produto, integrando diversas áreas da Empresa. Tais ações vieram se somar ao esforço previsto no SIG-MASSQ de conscientização e capacitação dos empregados, melhoria contínua de ações ambientais e monitoramento de processos, atividades e resultados, concentrando-se nos seguintes focos:

a) Desenvolvimento de produto: lançamento do programa DIPAS - Desenvolvimento Integrado do Produto Ambientalmente Sustentável, cujo principal objetivo é levar ao mercado um produto diferenciado, que incorpore requisitos ambientais em todo seu desenvolvimento, desde a obtenção da matéria-prima até o final de vida, através da aplicação de práticas de *Design for Environment*.

b) Combustíveis alternativos: em 2011 foi realizado o voo experimental de um Embraer 175, abastecido com uma mistura dos combustíveis Jet-A (derivado de petróleo) e HEFA (Ésteres e Ácidos Graxos Hidro-processados) utilizando a Camelina como biomassa. Além disso, foi dada continuidade ao projeto em parceria com a Amyris, Azul Linhas Aéreas e GE, que resultará em voos testes em 2012, utilizando a cana de açúcar como biomassa. Este projeto corre em paralelo ao estudo de sustentabilidade deste combustível, conduzido pelo ICONE e apoio da WWF. Em novembro de 2011, foi anunciado um projeto com a Fapesp e a Boeing voltado à pesquisa e desenvolvimento de combustível de aviação bioderivado, sustentável e economicamente eficiente.

c) Melhorias nos processos produtivos: realizados projetos de ecoeficiência que visam uso otimizado dos recursos naturais e minimização dos resíduos. Integrada ao P3E, foi iniciada também a aplicação dos conceitos de Produção mais Limpa (P+L) buscando definir oportunidades de melhorias nas operações.

No que tange à Saúde e Segurança do Trabalho, diversas ações preventivas, corretivas e educativas, bem como mudanças processuais, foram implantadas em 2011. Comparativamente a 2009, resultou na redução de 50% no número de acidentes de trabalho com afastamento e 37% no de acidentes sem afastamento na unidade Faria Lima, que concentra 57% dos empregados. Entretanto, a Embraer registrou um acidente com vítima fatal cuja causa ainda está sendo apurada pela Gerência Regional do Ministério do Trabalho. De forma diligente, a Empresa continua a aprimorar em todas as suas unidades as medidas de prevenção, visando eliminar a possibilidade de reincidência deste tipo de ocorrência.



Pessoas e Organização

Em 2011, a Embraer deu continuidade ao plano de ação focado na satisfação de suas pessoas, o que refletiu diretamente no clima interno de trabalho. Como resultado direto desse trabalho, a Pesquisa de Clima Organizacional 2011, teve 91% de adesão, obtendo resultado global de favorabilidade de 81%, quatro pontos percentuais acima da nota anterior.

Pelo terceiro ano consecutivo, a Embraer foi apontada pela revista Época e o Great Place to Work Institute como uma das melhores empresas para trabalhar, alcançando a 18ª colocação. A Companhia também esteve presente no ranking das 150 Melhores Empresas, elaborado pelas revistas Exame e Você S.A. e Fundação Instituto de Administração. Além disso, foi eleita a 4ª colocada entre as melhores empresas na gestão de pessoas segundo o jornal Valor Econômico/Aon Hewitt. O reconhecimento também ocorreu fora do Brasil, tendo sido indicada pela Florida Trend como uma das melhores empresas da Flórida para se trabalhar.

Em todas as pesquisas, os resultados se aproximaram de 84% de satisfação, favorabilidade e engajamento, demonstrando melhoria e equilíbrio entre eles.

→ Força de Trabalho

A Embraer encerrou o ano de 2011 com 17.265 pessoas no seu quadro de empregados, assim distribuídas:

Quadro de empregados, por categoria funcional, incluindo subsidiárias

Natureza do Trabalho	Total	Brasil	Exterior
Operacionais (horistas)	7.029	7.017	12
Administrativos	813	683	130
Técnicos (nível médio)	2.573	2.113	460
Profissionais (nível superior)			
Engenheiros (*)	3.765	3.652	113
Outros Profissionais	1.959	1.580	379
Liderança	1.126	944	182
Total	17.265	15.989	1.276

(*) Considerando-se 568 engenheiros que ocupam cargos de liderança, o total de engenheiros é de 4.333.

Suas subsidiárias não-integrais fecharam o ano com 2.001 empregados:

Empresa	Nº de Empregados
OGMA (Portugal)	1.486
HEAI (China)	198
ECTS (EUA e Reino Unido)	25
ORBISAT (Brasil)	177
ATECH (Brasil)	114
HARPIA (Brasil)	1
Total	2.001

→ Desenvolvimento de Liderança

As ações de desenvolvimento de liderança em 2011 foram estabelecidas de forma a assegurar a execução dos objetivos estratégicos empresariais, contribuindo para a perpetuidade dos negócios da Embraer.

Um dos principais objetivos é criar o "Capital Liderança", que garanta a existência quantitativa e qualitativa de líderes empresários em todos os níveis, capazes de gerar valor diferenciado e sustentável para acionistas, clientes, pessoas, parceiros e sociedade, onde a Empresa está inserida.

Todos os níveis hierárquicos de liderança da Empresa estão de forma contínua sendo submetidos a avaliações e tendo suas principais fortalezas e pontos de melhoria traduzidos em planos de ação individuais e eficazes que os auxiliam diretamente no alcance dos resultados de seus negócios, tornando-os assim, cada vez mais, líderes empresários alinhados aos valores Embraer.

→ Qualificação e Desenvolvimento Profissional

Em 2011, o Programa de Especialização em Engenharia (PEE) formou 155 engenheiros especializados em aeronáutica, tendo recebido R\$ 5 milhões em investimentos. Desde a primeira turma, em 2001, o PEE treinou 1.250 engenheiros.

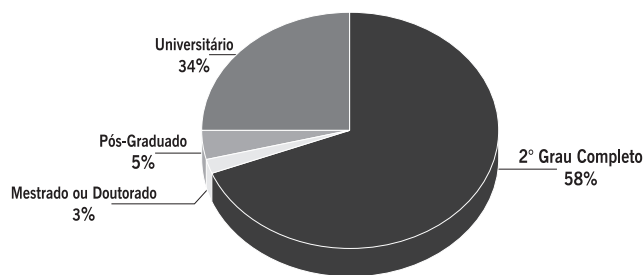
Como forma de fortalecer as competências e conhecimentos, o Programa Instrutores Internos conta com a participação de 832 empregados capacitados como instrutores em cursos internos, tendo sido contabilizadas 10.061 horas de instrução em 1.543 cursos realizados em 2011.

Em 2011, foram realizadas cerca de 10.500 avaliações por competência, com a geração de mais de 10.000 PDIs - Programas de Desenvolvimento Individual.

Através do Programa Bolsas de Estudos, a Embraer custeia parcialmente cursos técnicos ou universitários, ligados ao seu negócio. Em 2011, 319 empregados foram beneficiados, com um investimento total de R\$ 275 mil.

O investimento total em programas de qualificação e desenvolvimento profissional foi da ordem de R\$ 5,9 milhões, em 2011, representando 93 mil participações de pessoas em cerca de 650 mil horas de treinamento.

→ Nível Educacional na Embraer e suas Subsidiárias

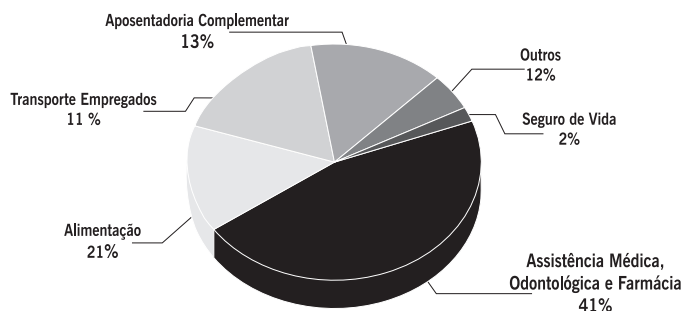


→ Compartilhamento com os Empregados da Riqueza Gerada

Em relação ao exercício de 2011, cerca de 16.908 empregados também serão remunerados através da Participação nos Lucros e/ou Resultados (PLR) da Embraer, que totalizou R\$ 80,0 milhões, 11,5% maior que no exercício anterior.

Outra modalidade de compartilhamento da riqueza gerada, o Programa Boa Ideia, voltado ao reconhecimento e incentivo das pessoas que propõem melhorias nos processos, rotinas, ferramentas de trabalho, redução de custos, segurança ocupacional, ergonomia e meio ambiente, alcançou a marca de mais de 13.300 ideias apresentadas em 2011, das quais 6.665 foram premiadas e implantadas, gerando economia de US\$ 26,3 milhões para a Empresa.

→ Benefícios aos Empregados e Familiares - R\$ 220 milhões em 2011



← Demonstrativo do Valor Adicionado (DVA)

O DVA tem por finalidade evidenciar a riqueza gerada pela Embraer e sua distribuição aos segmentos da sociedade representados pelos acionistas, empregados, instituições financeiras e governo (municipal, estadual e federal). O valor adicionado a distribuir totalizou R\$ 2.581,6 milhões e representou 26% da receita líquida de 2011.

Consolidado - R\$ milhões	2010	2011
Receita	9.751,5	10.425,9
Insumos Adquiridos de Terceiros	(6.907,7)	(7.710,4)
Valor Adicionado Bruto	2.843,8	2.715,5
Depreciação e Amortização	(383,6)	(401,2)
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade	2.460,2	2.314,3
Valor Adicionado Recebido em Transferência	246,8	267,3
Valor Adicionado Total a Distribuir	2.707,0	2.581,6
Distribuição do Valor Adicionado	2.707,0	2.581,6
Pessoal	1.359,2	1.358,3
Governo (impostos, taxas e contribuições)	503,7	614,9
Juros e Aluguéis	244,0	437,2
Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos	155,7	226,2
Lucros Retidos/Prejuízos do Exercício	417,8	(69,9)
Participação dos Não-Controladores	26,6	15,0

← Impostos e Contribuições Sociais

Os impostos, as contribuições sociais e taxas municipais, estaduais e federais, que medem parte do grau de contribuição que a Embraer proporciona para a sociedade brasileira foram de R\$ 614,9 milhões no exercício de 2011.

← Responsabilidade Social Corporativa

A busca pela excelência em tudo o que faz é parte do DNA da Embraer. Como uma Empresa intensiva em conhecimento, trabalha com tecnologia de ponta e acredita que somente profissionais com ótima formação poderão fazer cumprir sua missão e gerar novos negócios. Dessa forma, optou por trabalhar a educação como linha mestra de suas ações de investimento social, como consequência natural de suas crenças e práticas.

Em 2011 o investimento social privado da Embraer foi da ordem de R\$ 13 milhões em programas e projetos educacionais nas comunidades onde a Empresa desenvolve suas atividades no Brasil.

→ Instituto Embraer de Educação e Pesquisa

O Instituto Embraer de Educação e Pesquisa (IEEP) completou dez anos em maio de 2011 e, desde sua criação investe em educação como tema fundamental para a promoção de uma cultura de inclusão e de transformação social, consolidando sua atuação em cinco pilares:

1) Modelo de Excelência de Ensino

O destaque desta iniciativa é o Colégio Embraer Juarez Wanderley (CEJW) em São José dos Campos, que proporciona ensino de qualidade a 600 jovens egressos da rede pública de ensino das cidades da região e é reconhecido como Modelo de Excelência Educacional.

Ao final de 2011 foram dados passos importantes para o estabelecimento de um novo Colégio Embraer na cidade de Botucatu, que deverá iniciar sua atividade a partir do ano letivo de 2013.

Por três anos consecutivos, os alunos do CEJW foram aprovados nos exames vestibulares de pelo menos uma universidade e em média 81% deles em universidades públicas. No Enem, sua colocação também é de destaque, sendo que em 2010 (último resultado divulgado) alcançou o 4º lugar no ranking entre colégios públicos e privados do Estado de São Paulo e o 30º lugar no Brasil.

2) Apoio a Projetos Comunitários

O apoio a projetos comunitários se dá através do Programa Parceria Social (PPS), uma iniciativa do Instituto Embraer cujo objetivo é reconhecer e apoiar os melhores projetos de organizações sociais sem fins lucrativos que, em parceria com empregados voluntários da Embraer, desenvolvem atividades voltadas para a Educação.

Desde sua criação em 2004, o PPS beneficiou mais de 40 mil pessoas através do investimento de R\$ 3,1 milhões em 88 projetos sociais, tendo envolvido cerca de 700 voluntários.

3) Apoio ao Ensino Público

Desde 2003, o IEEP vem apoiando a melhoria da qualidade do ensino público, nas regiões onde a Embraer atua. Em 2006, foi criado o Programa Ação na Escola (PAE) com o objetivo de estimular a participação ativa da comunidade na gestão escolar. Desde então o PAE já apoiou 75 projetos, contando com a participação de 230 empregados Embraer, como voluntários. Em 2011, as nove escolas selecionadas pela edição 2010 do programa receberam assessoria profissional para implantação de seus projetos.

4) Projetos Socioambientais

Por ocasião dos dez anos do Instituto Embraer, foi anunciada em 2011 a criação do Centro Embraer de Educação Ambiental Jequitibá, que será inaugurado em 2012.

O Centro será implantado numa área de 250 mil m², em São José dos Campos, e terá como objetivo promover a educação ambiental junto a alunos dos ensinos fundamental, médio e superior, bem como a formação de professores e a qualificação profissional da comunidade.

O Centro Jequitibá será implantado em parceria com as Secretarias Municipais de Educação e de Meio Ambiente de São José dos Campos, universidades locais e organizações não governamentais.

5) Incentivo ao Voluntariado

O IEEP sempre apoiou a cultura do voluntariado por meio de oportunidades de atuação em seus programas e projetos próprios. O interesse demonstrado pelos empregados Embraer por ações em escolas públicas e organizações sociais motivou a criação do Projeto Asas do Bem, dentro do Programa Embraer de Voluntariado.

O potencial transformador dos projetos desenvolvidos e apoiados pelo IEEP está diretamente relacionado ao engajamento dos mais de 200 empregados Embraer que, em 2011, atuaram voluntariamente de diversas formas.

Para maiores informações sobre os projetos e iniciativas sociais da Embraer, acesse: www.institutoembraer.com.br



Balço Social Anual - Controladora

1 - Base de Cálculo	2011 Valor (Mil Reais)	2010 Valor (Mil Reais)
Receita líquida (RL)	8.466.553	8.231.283
Resultado operacional (RO)	156.297	573.592
Folha de pagamento bruta (FPB)	1.800.163	1.649.730

2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	23.412	1,30%	0,28%	20.475	1,24%	0,25%
Encargos sociais compulsórios	480.410	26,69%	5,67%	444.839	26,96%	5,40%
Previdência privada	45.223	2,51%	0,53%	38.324	2,32%	0,47%
Saúde	73.554	4,09%	0,87%	84.895	5,15%	1,03%
Segurança e saúde no trabalho	19.310	1,07%	0,23%	9.346	0,57%	0,11%
Educação	280	0,02%	0,00%	246	0,01%	0,00%
Cultura	219	0,01%	0,00%	143	0,01%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	19.471	1,08%	0,23%	15.784	0,96%	0,19%
Creches ou auxílio-creche	383	0,02%	0,00%	342	0,02%	0,00%
Participação nos lucros ou resultados	75.503	4,19%	0,89%	79.162	4,80%	0,96%
Outros	36.994	2,06%	0,44%	29.891	1,81%	0,36%
Total - Indicadores sociais internos	774.759	43,04%	9,14%	723.447	43,85%	8,77%

3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (Mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (Mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	14.130	9,04%	0,17%	11.272	1,97%	0,14%
Cultura	750	0,48%	0,01%	806	0,14%	0,01%
Combate à fome e segurança alimentar	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros	355	0,23%	0,00%	260	0,05%	0,00%
Total das contribuições para a sociedade	15.235	9,75%	0,18%	12.338	2,16%	0,15%
Tributos (excluídos encargos sociais)	156.822	100,34%	1,85%	112.822	19,67%	1,37%
Total - Indicadores sociais externos	172.057	110,09%	2,03%	125.160	21,83%	1,52%

4 - Indicadores Ambientais	Valor (Mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (Mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	9.735	6,23%	0,11%	8.956	1,56%	0,11%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	29	0,02%	0,00%	92	0,02%	0,00%
Total dos investimentos em meio ambiente	9.764	6,25%	0,11%	9.048	1,58%	0,11%

Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, () não possui metas () cumpre de 51 a 75% () não possui metas () cumpre de 51 a 75%
 o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na () cumpre de 0 a 50% (X) cumpre de 76 a 100% (X) cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%
 utilização de recursos naturais, a empresa

5 - Indicadores do Corpo Funcional	2011	2010
Nº de empregados(as) ao final do período	15.989	16.133
Nº de admissões durante o período	914	1.028
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	2.594	2.430
Nº de estagiários(as)	241	169
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	2.609	2.441
Nº de mulheres que trabalham na empresa	2.124	2.094
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	9,75%	8,16%
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	733	740

6 - Informações Relevantes quanto ao Exercício da Cidadania Empresarial	2011	Metas 2012
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	65	Não há meta
Número total de acidentes de trabalho	312	156
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção (X) direção e gerências () todos(as) empregados(as)	() direção (X) direção e gerências () todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências () todos(as) empregados(as) +Cipa	() direção e gerências () todos(as) empregados(as) +Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve () segue as normas da OIT (x) incentiva e segue a OIT () todos(as) empregados(as)	() seguirá as normas da OIT () direção e gerências (x) incentivará e seguirá a OIT (x) todos(as) empregados(as)
A previdência privada contempla:	() direção () direção e gerências (x) todos(as) empregados(as)	() direção () direção e gerências (x) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados (x) são sugeridos () são exigidos	() não serão considerados (x) serão sugeridos () serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve () apóia (x) organiza e incentiva	() apoiará (x) organizará e incentivará

Valor Adicionado Total a Distribuir (em mil R\$):	Em 2011: 2.157		Em 2010: 2.398	
Distribuição do	21,83% governo	52,14% colaboradores(as)	19,23% governo	48,26% colaboradores(as)
Valor Adicionado (DVA):	10,48% acionistas	18,79% terceiros (3,24%) retido	6,49% acionistas	8,59% terceiros 17,43% retido

Balanços Patrimoniais Individuais e Consolidados

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

A T I V O	Nota	Controladora		Consolidado	
		2011	2010	2011	2010
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	6	1.609.030	1.668.509	2.532.671	2.321.199
Instrumentos financeiros ativos	7	1.250.803	729.596	1.413.565	1.222.198
Contas a receber de clientes, líquidas	8	330.225	231.494	948.759	580.781
Contas a receber de sociedades controladas		284.007	167.165	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	39	4.041	-	15.465	11.320
Financiamento a clientes	9	4.655	3.926	22.597	34.061
Contas a receber vinculadas	10	-	-	27.936	19.379
Estoques	11	3.429.856	2.828.801	4.283.172	3.654.591
Outros ativos	12	363.497	354.032	452.537	458.797
		7.276.114	5.983.523	9.696.702	8.302.326
NÃO CIRCULANTE					
Contas a receber de clientes, líquidas	8	-	-	428	1.162
Contas a receber de sociedades controladas		1.016.280	879.877	-	-
Instrumentos financeiros ativos	7	-	-	102.630	86.788
Financiamento a clientes	9	131.480	124.282	169.278	83.398
Contas a receber vinculadas	10	-	-	886.753	877.435
Estoques	11	-	-	7.838	8.171
Depósitos em garantia	13	380.408	335.088	884.191	774.503
Imposto de renda e contribuição social diferidos	36	92.953	196.303	123.601	231.750
Instrumentos financeiros derivativos	39	-	-	42.570	25.787
Outros ativos	12	421.397	491.489	460.363	395.097
Investimentos	14	2.706.861	2.269.009	5.171	8
Imobilizado	16	1.024.703	865.712	2.720.661	2.001.074
Intangível	17	1.343.595	1.133.833	1.516.189	1.193.515
		7.117.677	6.295.593	6.919.673	5.678.688
TOTAL DO ATIVO		14.393.791	12.279.116	16.616.375	13.981.014
P A S S I V O					
CIRCULANTE					
Fornecedores	20	1.175.284	1.079.498	1.556.705	1.250.029
Financiamentos	19	335.573	27.218	472.235	120.883
Dívidas com e sem direito de regresso	10	-	-	586.797	186.314
Contas a pagar	21	44.392	80.008	152.525	140.694
Contas a pagar a sociedades controladas		48.480	18.802	-	-
Contribuições de parceiros	22	-	-	1.659	1.474
Adiantamentos de clientes	23	1.366.965	1.141.302	1.605.844	1.298.699
Impostos e encargos sociais a recolher	24	140.731	106.378	167.304	132.538
Imposto de renda e contribuição social	24	-	1.713	21.050	16.658
Instrumentos financeiros derivativos	39	324	730	1.838	1.390
Provisões para contingências	26	9.671	11.854	9.999	12.572
Dividendos	28	216	82.331	216	82.331
Receitas diferidas		245.046	217.241	245.841	220.856
Provisões diversas	25	409.747	426.726	508.585	515.844
		3.776.429	3.193.801	5.330.598	3.980.282
NÃO CIRCULANTE					
Financiamentos	19	2.491.397	2.107.367	2.637.920	2.269.723
Dívidas com e sem direito de regresso	10	-	-	280.960	597.254
Contas a pagar	21	10.466	10.885	26.304	45.971
Contribuições de parceiros	22	1.845	27.974	1.845	27.974
Adiantamentos de clientes	23	401.389	353.565	401.389	353.565
Instrumentos financeiros derivativos	39	-	-	389	2.342
Impostos e encargos sociais a recolher	24	722.027	755.085	725.591	755.254
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24	-	-	43.094	18.998
Garantia financeira e de valor residual	38	928.273	365.795	928.273	365.795
Provisões para contingências	26	102.547	110.260	107.576	115.459
Receitas diferidas		229.003	224.930	157.487	147.911
Provisões diversas	25	89.084	83.318	126.516	82.729
		4.976.031	4.039.179	5.437.344	4.782.975
TOTAL DO PASSIVO		8.752.460	7.232.980	10.767.942	8.763.257
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	28	4.789.617	4.789.617	4.789.617	4.789.617
Ações em tesouraria		(320.220)	(320.250)	(320.220)	(320.250)
Reservas de lucros		2.302.401	2.372.289	2.302.401	2.372.289
Remuneração baseada em ações		21.831	5.809	21.831	5.809
Ajuste de avaliação patrimonial		(1.152.298)	(1.801.329)	(1.152.298)	(1.801.329)
		5.641.331	5.046.136	5.641.331	5.046.136
Participação de acionistas não controladores		-	-	207.102	171.621
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		5.641.331	5.046.136	5.848.433	5.217.757
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		14.393.791	12.279.116	16.616.375	13.981.014

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações Individuais e Consolidadas do Resultado

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011, 2010 e 2009

(Em milhares de reais (exceto quantidade de ações e lucro por ação))

	Nota	Controladora			Consolidado		
		2011	2010	2009	2011	2010	2009
RECEITAS LÍQUIDAS		8.466.553	8.130.393	9.284.481	9.858.055	9.380.625	10.871.275
Custo dos produtos e serviços vendidos		(6.642.803)	(6.635.392)	(7.655.651)	(7.638.825)	(7.582.662)	(8.759.483)
LUCRO BRUTO		1.823.750	1.495.001	1.628.830	2.219.230	1.797.963	2.111.792
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS							
Administrativas		(313.854)	(254.818)	(280.842)	(440.044)	(346.061)	(376.199)
Comerciais		(584.977)	(482.468)	(503.514)	(702.866)	(657.010)	(601.119)
Pesquisas		(141.331)	(125.090)	(110.757)	(143.557)	(126.102)	(110.855)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	32	(400.011)	82.500	(194.525)	(410.411)	16.730	(256.879)
Equivalência patrimonial	14	39.949	(69.943)	147.191	(624)	-	-
RESULTADO OPERACIONAL		423.526	645.182	686.383	521.728	685.520	766.740
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	34	(140.831)	24.435	(21.287)	(172.509)	30.885	16.301
Variações monetárias e cambiais, líquidas	35	(9.000)	(16.602)	(94.045)	32.809	(1.350)	(135.824)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO		273.695	653.015	571.051	382.028	715.055	647.217
Imposto de renda e contribuição social	36	(117.398)	(79.423)	(341.042)	(210.774)	(114.877)	(290.054)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		156.297	573.592	912.093	171.254	600.178	937.271
Lucro atribuído aos:							
Acionistas da Embraer		-	-	-	156.297	573.592	912.093
Acionistas não controladores		-	-	-	14.957	26.586	25.178
Média ponderada das ações em circulação no exercício (em milhares)	30						
Básico		723.667	723.665	723.665	723.667	723.665	723.665
Diluído		724.847	724.019	723.665	724.847	724.019	723.665
Lucro por ação (em Reais)							
Básico		0,2160	0,7926	1,2604	0,2160	0,7926	1,2604
Diluído		0,2156	0,7922	1,2604	0,2156	0,7922	1,2604

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações Individuais e Consolidadas do Resultado Abrangente

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011, 2010 e 2009

(Em milhares de reais)

	Controladora			Consolidado		
	2011	2010	2009	2011	2010	2009
Lucro líquido do exercício	156.297	573.592	912.093	171.254	600.178	937.271
Ganho atuarial com benefícios pós emprego	-	(459)	10	-	(459)	10
Ajustes acumulados de conversão	650.774	(239.605)	(1.559.517)	671.298	(251.855)	(1.590.904)
Instrumentos financeiros disponíveis para venda	(1.743)	-	-	(1.743)	-	-
Itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido (i)	649.031	(240.064)	(1.559.507)	669.555	(252.314)	(1.590.894)
Total do resultado abrangente do exercício	805.328	333.528	(647.414)	840.809	347.864	(653.623)
Lucro atribuído aos:						
Acionistas da Embraer				805.328	333.528	(647.414)
Acionistas não controladores				35.481	14.336	(6.209)

(i) os valores apresentados estão líquidos do imposto de renda diferido, quando aplicável.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações Consolidadas das Mutações do Patrimônio Líquido

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011, 2010 e 2009

(Em milhares de reais)

	Atribuído aos acionistas da Embraer														
	Nota	Reservas de lucros						Ajustes de avaliação patrimonial						Participação de acionistas não-contro-ladores	Total do patrimônio líquido
		Capital social	Ações em tesouraria	Remuneração baseada em ações	Subvenção para investimento	Reserva legal	Dividendos adicionais propostos	Reserva para investimentos e capital de giro	Lucros/prejuízos acumulados	Ganho atuarial com as obrigações de benefícios pós-emprego	Ajustes acumulados de conversão	Outros ajustes de avaliação patrimonial	Total		
Em 1º de janeiro de 2009	4.789.617	(320.250)	-	21.210	157.760	-	1.399.031	(306.789)	2.366	(4.124)	-	5.738.821	163.494	5.902.315	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	912.093	-	-	912.093	25.178	937.271		
Ajustes acumulados de conversão	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.559.517)	(1.559.517)	-	(31.387)	(1.590.904)		
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	10	10	-	10	10		
Total do resultado abrangente	-	-	-	-	-	-	-	912.093	10	(1.559.517)	-	(647.414)	(6.209)	(653.623)	
Subvenção para investimentos	-	-	-	13.495	-	-	-	(13.495)	-	-	-	-	-	-	
Reserva legal	-	-	-	-	44.518	-	-	(44.518)	-	-	-	-	-	-	
Dividendos propostos (R\$ 0,076 por ação)	-	-	-	-	-	-	-	(55.200)	-	-	-	(55.200)	-	(55.200)	
Juros sobre o capital próprio (R\$ 0,24 por ação)	-	-	-	-	-	-	-	(173.680)	-	-	-	(173.680)	-	(173.680)	
Reserva para investimento e capital de giro	-	-	-	-	-	-	603.464	(603.464)	-	-	-	-	-	-	
Em 31 de dezembro de 2009	4.789.617	(320.250)	-	34.705	202.278	-	2.002.495	(285.053)	2.376	(1.563.641)	-	4.862.527	157.285	5.019.812	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	573.592	-	-	-	573.592	26.586	600.178	
Ajustes acumulados de conversão	-	-	-	-	-	-	-	-	(239.605)	(239.605)	-	(12.250)	(251.855)		
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	(459)	(459)	-	(459)	(459)		
Total do resultado abrangente	-	-	-	-	-	-	-	573.592	(459)	(239.605)	-	333.528	14.336	347.864	
Remuneração baseada em ações	-	-	5.809	-	-	-	-	-	-	-	-	5.809	-	5.809	
Destinação dos lucros:															
Subvenção para investimentos	-	-	-	15.328	-	-	-	(15.328)	-	-	-	-	-	-	
Reserva legal	-	-	-	-	28.680	-	-	(28.680)	-	-	-	-	-	-	
Juros sobre o capital próprio (R\$ 0,28 por ação)	-	-	-	-	-	45.255	-	(200.983)	-	-	-	(155.728)	-	(155.728)	
Reserva para investimento e capital de giro (ajustes prática)	-	-	-	-	-	-	(285.053)	285.053	-	-	-	-	-	-	
Reserva para investimento e capital de giro	-	-	-	-	-	-	328.601	(328.601)	-	-	-	-	-	-	
Em 31 de dezembro de 2010	4.789.617	(320.250)	5.809	50.033	230.958	45.255	2.046.043	-	1.917	(1.803.246)	-	5.046.136	171.621	5.217.757	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	156.297	-	-	-	156.297	14.957	171.254	
Ajustes acumulados de conversão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	650.774	-	650.774	20.524	671.298	
Instrumentos financeiros disponíveis para vendas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.743)	(1.743)	-	(1.743)	
Total do resultado abrangente	-	-	-	-	-	-	-	156.297	-	650.774	(1.743)	805.328	35.481	840.809	
Remuneração baseada em ações	-	-	16.022	-	-	-	-	-	-	-	-	16.022	-	16.022	
Exercício de outorga de opções de ações	-	30	-	-	-	-	-	(14)	-	-	-	16	-	16	
Destinação dos lucros:															
Subvenção para investimentos	-	-	-	11.113	-	-	-	(11.113)	-	-	-	-	-	-	
Reserva legal	-	-	-	-	7.815	-	-	(7.815)	-	-	-	-	-	-	
Juros sobre o capital próprio (R\$ 0,25 por ação)	-	-	-	-	-	(45.255)	-	(180.916)	-	-	-	(226.171)	-	(226.171)	
Reserva para investimento e capital de giro	-	-	-	-	-	-	(43.561)	43.561	-	-	-	-	-	-	
Em 31 de dezembro de 2011	4.789.617	(320.220)	21.831	61.146	238.773	-	2.002.482	-	1.917	(1.152.472)	(1.743)	5.641.331	207.102	5.848.433	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações Individuais e Consolidadas do Valor Adicionado
Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011, 2010 e 2009

(Em milhares de reais)

	Controladora			Consolidado		
	2011	2010	2009	2011	2010	2009
RECEITAS						
Vendas brutas de mercadorias, produtos e serviços	8.525.271	8.195.243	9.318.014	9.935.060	9.450.053	10.903.944
Provisão para devedores duvidosos - reversão e constituição	(366)	(2.475)	(501)	(8.480)	(22.762)	(4.640)
Receitas relativas à construção de ativos próprios	179.577	111.339	219.378	370.046	160.682	263.000
Outras receitas	119.839	141.253	155.194	129.235	163.526	162.007
	8.824.321	8.445.360	9.692.085	10.425.861	9.751.499	11.324.311
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS						
Matérias-primas consumidas	(5.151.634)	(4.907.860)	(5.864.969)	(6.104.045)	(5.673.585)	(6.616.806)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1.537.190)	(1.002.915)	(1.353.298)	(1.606.335)	(1.234.100)	(1.591.542)
	(6.688.824)	(5.910.775)	(7.218.267)	(7.710.380)	(6.907.685)	(8.208.348)
VALOR ADICIONADO BRUTO	2.135.497	2.534.585	2.473.818	2.715.481	2.843.814	3.115.963
Depreciação e amortização	(272.982)	(276.090)	(340.113)	(401.195)	(383.595)	(452.148)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	1.862.515	2.258.495	2.133.705	2.314.286	2.460.219	2.663.815
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA						
Resultado da equivalência patrimonial	39.949	(69.943)	147.191	(624)	-	-
Receitas financeiras	254.805	209.355	228.684	268.021	246.826	302.771
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	2.157.269	2.397.907	2.509.580	2.581.683	2.707.045	2.966.586
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO						
Pessoal	1.124.807	1.157.304	1.211.526	1.358.275	1.359.157	1.467.619
Impostos, taxas e contribuições	354.821	387.172	406.103	475.070	448.663	486.869
Débitos (créditos) tributários IR/CSLL	115.993	73.970	(366.102)	139.931	55.053	(367.580)
Juros e aluguéis	405.351	205.869	345.960	437.153	243.994	442.408
Juros sobre capital próprio e dividendos	226.171	155.728	228.880	226.171	155.728	228.880
Lucros retidos/prejúzos do exercício	(69.874)	417.864	683.213	(69.874)	417.864	683.213
Participação dos não-controladores	-	-	-	14.957	26.586	25.177
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO	2.157.269	2.397.907	2.509.580	2.581.683	2.707.045	2.966.586

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações Individuais e Consolidadas do Fluxo de Caixa
Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011, 2010 e 2009

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora			Consolidado		
		2011	2010	2009	2011	2010	2009
Atividades operacionais:							
Lucro líquido do exercício		156.297	573.592	912.093	171.254	600.178	937.271
Itens que não afetam o caixa:							
Depreciações	16	64.139	79.679	130.887	181.875	179.819	228.341
Amortizações	17	208.843	196.411	209.226	219.320	203.776	223.807
Provisão (reversão) para obsolescência dos estoques		(34.155)	(30.472)	21.619	(23.733)	(7.744)	50.451
Provisão ajuste valor de mercado		444	-	-	9.613	108.094	12.255
Imposto de renda e contribuição social diferidos		115.993	73.970	(366.103)	139.931	55.053	(367.579)
Juros a pagar de impostos e empréstimos		9.624	(16.390)	11.391	3.587	(17.489)	39.026
Equivalência patrimonial	14	(39.949)	69.943	(147.191)	624	-	-
Remuneração em ações	29	16.022	5.809	-	16.022	5.809	-
Variação monetária e cambial, não realizada		(3.461)	4.622	142.653	(21.612)	13.169	163.217
Garantia de valor residual	38	63.117	4.619	(1.916)	63.117	4.619	(1.917)
Outros		1.504	(6.856)	(430)	(6.972)	18.949	35.324
Variação nos ativos e passivos:							
Instrumentos financeiros ativos		(615.422)	54.461	(426.251)	(253.358)	362.101	(956.171)
Contas a receber e contas a receber vinculadas		(194.129)	208.051	649.805	(193.207)	(4.864)	132.406
Financiamento a clientes		7.326	(82.374)	4.027	(53.513)	(29.091)	132.144
Estoques		(56.216)	170.393	705.461	(32.563)	181.229	744.196
Outros ativos		100.639	(234.319)	(398.186)	(6.923)	(89.146)	85.063
Fornecedores		(70.600)	293.610	(853.104)	108.590	275.401	(902.817)
Dívida com e sem direito de regresso		-	-	-	(13.019)	(64.543)	4.195
Contas a pagar		10.897	(58.501)	(2.021)	(25.485)	(73.764)	50.085
Contribuição de parceiros		72.337	27.363	200.504	72.337	29.590	179.132
Adiantamentos de clientes		54.059	(270.632)	(849.590)	120.604	(312.435)	(853.719)
Impostos a recolher		(3.599)	15.438	18.017	(4.002)	16.700	1.457
Garantias financeiras		448.533	(68.031)	(30.700)	448.533	(68.031)	(30.700)
Provisões diversas e provisões para contingências		(49.954)	79.859	(210.856)	(49.869)	79.519	(184.321)
Receitas diferidas		(23.574)	39.361	60.967	(12.006)	34.643	74.731
Caixa gerado (usado) nas atividades operacionais		238.715	1.129.606	(219.698)	859.145	1.501.542	(204.123)
Atividades de investimento:							
Adições ao imobilizado	16	(111.958)	(51.718)	(132.001)	(557.968)	(260.264)	(389.417)
Venda de imobilizado		617	34.098	2.894	952	50.314	49.925
Adições ao intangível	17	(360.743)	(297.552)	(414.291)	(365.020)	(313.087)	(435.115)
Adições investimentos em subsidiárias e coligadas	14	(113.221)	(16.215)	(178.834)	(3.874)	-	-
Combinação de negócios	41	-	-	-	(81.939)	-	-
Títulos e valores mobiliários		-	64	-	5.866	17.626	-
Caixa restrito para construção de ativos		-	-	-	-	-	(5.466)
Caixa usado nas atividades de investimento		(585.305)	(331.323)	(722.232)	(1.001.983)	(505.411)	(780.073)
Atividades financeiras:							
Novos financiamentos obtidos		3.788.656	1.492.016	2.367.839	3.918.846	1.636.351	2.810.316
Financiamentos pagos		(3.391.636)	(2.460.778)	(2.328.526)	(3.547.473)	(2.766.623)	(2.946.469)
Dividendos e juros sobre capital próprio		(303.422)	(281.557)	-	(303.364)	(280.732)	-
Subvenção para investimentos		-	42	-	-	(39)	-
Caixa (usado) gerado nas atividades financeiras		93.598	(1.250.277)	39.313	68.009	(1.411.043)	(136.153)
Efeito das variações cambiais no caixa e equivalentes de caixa		193.513	(10.771)	(67.644)	286.301	(36.507)	(362.032)
Redução líquida do caixa e equivalentes de caixa		(59.479)	(462.765)	(970.261)	211.472	(451.419)	(1.482.381)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1.668.509	2.131.274	3.101.535	2.321.199	2.772.618	4.254.999
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		1.609.030	1.668.509	2.131.274	2.532.671	2.321.199	2.772.618

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Embraer S.A. (“Embraer” ou “Controladora”); de forma conjunta com suas controladas como “Consolidado” ou a “Companhia”) é uma sociedade por ações com sede na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, Brasil e tem como atividade preponderante:

- O desenvolvimento, a produção e a comercialização de jatos e turboélices para aviação civil e de defesa, de aviões para uso agrícola, de partes estruturais, de sistemas mecânicos e hidráulicos, serviços aeronáuticos e atividades técnicas vinculadas a produção e manutenção de material aeroespacial;
- Projetar, construir e comercializar equipamentos, materiais, sistemas, *softwares*, acessórios e componentes para as indústrias de defesa, de segurança e de energia, bem como promover ou executar atividades técnicas vinculadas à respectiva produção e manutenção, mantendo os mais altos padrões de tecnologia e qualidade;
- Executar outras atividades tecnológicas, industriais, comerciais e de serviços correlatos às indústrias de defesa, de segurança e de energia; e
- Contribuir para a formação de pessoal técnico necessário à indústria aeroespacial.

As ações da Companhia estão registradas no mais elevado nível de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores e Mercadorias e Futuros, denominado Novo Mercado. Também, a Companhia possui *American Depositary Shares* (evidenciadas pelo *American Depositary Receipt* (ADR)) registrados na *U.S. Securities and Exchange Commission* (SEC). A Companhia não tem grupo controlador e seu capital compreende apenas ações ordinárias.

A Companhia possui subsidiárias integrais e com controle compartilhado consolidadas e/ou escritórios de representação comercial, que estão localizados no Brasil, Estados Unidos da América, França, Espanha, Portugal, China e Cingapura, e são principalmente envolvidos em vendas, marketing e pós-vendas e serviços/manutenção.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 15 de março de 2012.

2 RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Estas demonstrações financeiras incluem as demonstrações financeiras consolidadas, preparadas de acordo com os *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as demonstrações financeiras individuais da Controladora, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que diferem do IFRS somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, uma vez que, para o IFRS é utilizado o método do custo ou valor justo.

O CPC 26/IAS 1 “Apresentação das Demonstrações Contábeis” determina que sejam divulgados no mínimo duas demonstrações da posição financeira (balanço patrimonial), duas de cada uma das outras demonstrações e correspondentes notas explicativas. No entanto, para um melhor entendimento do investidor e para equiparar a informação apresentada à SEC e à CVM, a Companhia decidiu apresentar dois exercícios de comparação para a posição financeira (balanço patrimonial) e três para cada uma das demais demonstrações e suas respectivas notas explicativas.

a) Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados ao valor justo ou considerando a marcação a mercado quando classificado como disponíveis para venda.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas críticas. Isso requer da Administração julgamento para aplicação das políticas contábeis da Companhia. As demonstrações financeiras da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes à contabilização de certos ativos, passivos e outras transações. As áreas envolvendo alto grau de julgamento ou complexidade, ou ainda áreas onde premissas e estimativas são relevantes para preparação das demonstrações financeiras estão descritas na Nota 3. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

b) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com o IFRS que compreende (i) os IFRS, (ii) os *International Accounting Standard* (IAS), e (iii) as interpretações originadas do *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC) ou anteriormente *Standing Interpretations Committee* (SIC). As demonstrações financeiras consolidadas apresentadas de acordo com os IFRS são consistentes com as apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (CPCs).

As demonstrações financeiras consolidadas incluem os saldos das contas da (i) Controladora e de todas as subsidiárias que a Embraer, direta ou indiretamente, tem a maioria no capital da subsidiária ou possui controle, (ii) entidades de propósitos específicos (EPes) que a Companhia tem controle, (iii) fundo de investimentos exclusivos e (iv) entidades controladas em conjunto (*joint venture*), como segue:

ELEB - Equipamentos Ltda. (ELEB) - localizada em São José dos Campos, Estado de São Paulo, Brasil, com participação da Embraer de 99,99% no capital. A ELEB produz e vende equipamentos hidráulicos e mecânicos de alta precisão para serem utilizados na indústria aeronáutica, substancialmente em aeronaves da Embraer.

Embraer Aircraft Holding Inc. (EAH) - subsidiária integral, domiciliada em Fort Lauderdale, Estados Unidos da América, engloba atividades corporativas e institucionais e tem as seguintes subsidiárias localizadas nos Estados Unidos da América:

- Embraer Aircraft Customer Services, Inc. (EACS) - realiza vendas de peças de reposição, serviços de apoio ao produto a clientes nos Estados Unidos da América, Canadá e Caribe.
- Embraer Aircraft Maintenance Services Inc. (EAMS) - tem como atividade a prestação de serviços de manutenção de aeronaves e componentes.
- Embraer Training Services (ETS) - domiciliada em Dallas, Estados Unidos da América, engloba atividades corporativas e institucionais e tem como subsidiária a Embraer CAE Training Services (ECTS) - domiciliada em Delaware, Estados Unidos da América, na qual participa com 51% do capital social e cuja atividade é a prestação de serviços de treinamento de pilotos, mecânicos e tripulação.
- Embraer Executive Jet Services, LLC (EEJS) - domiciliada em Delaware, tem como atividade a prestação de serviços de suporte pós-venda e manutenção de aeronaves executivas.
- Embraer Services Inc. (ESI) - presta suporte nos Estados Unidos da América aos programas do mercado de defesa e comercial.
- Embraer Executive Aircraft, Inc. (EEA) - está domiciliada em Delaware, com base operacional em Melbourne, nos Estados Unidos da América, tem como atividade a montagem final e entrega do jato executivo Phenom.

Embraer Austrália PTY Ltd. (EAL) - subsidiária integral, domiciliada em Melbourne, Austrália, tem como objetivo prestar serviços de suporte pós-venda para os clientes da Oceania, Ásia e região. Atualmente as atividades dessa subsidiária estão paralisadas.

Embraer Aviation Europe SAS (EAE) - subsidiária integral, domiciliada em Villepinte, França, engloba atividades corporativas e institucionais e tem as seguintes subsidiárias:

- Embraer Aviation International SAS (EAI) - domiciliada em Villepinte, realiza venda de peças e presta serviços de suporte pós-venda na Europa, África e no Oriente Médio.
- Embraer Europe SARL (EES) - domiciliada em Villepinte, tem como atividade a representação comercial da Companhia na Europa, África e no Oriente Médio.

Embraer Credit Ltd. (ECL) - subsidiária integral, domiciliada em Delaware, tem como atividade o apoio às operações de comercialização de aeronaves.

Embraer GPX Ltda. (GPX) - subsidiária com participação da Embraer de 99,99% no capital social, localizada em Gavião Peixoto, São Paulo, Brasil, tem como atividade principal a exploração de serviços de manutenção de aeronaves.

Embraer Overseas Ltd. (EOS) - subsidiária integral, domiciliada nas Ilhas Cayman, tem atividade restrita à realização de operações financeiras, incluindo a captação e aplicação de recursos e operações de mútuo para as empresas do Grupo Embraer.

Embraer Representation LLC (ERL) - subsidiária integral, domiciliada em Delaware, tem como atividade a representação comercial e institucional da Companhia.

Embraer Spain Holding Co. SL (ESH) - subsidiária integral, domiciliada na Espanha, tem como objetivo coordenar os investimentos em subsidiárias no exterior, inclusive aquelas voltadas às atividades de suporte à comercialização de aeronaves e gestão dos ativos provenientes dessas operações. As atividades da ESH são operacionalizadas por suas seguintes subsidiárias:

- ECC Investment Switzerland AG - domiciliada na Suíça, possui participação de 100% no capital das seguintes subsidiárias:
- ECC Insurance & Finance Co. (ECC Insurance) - domiciliada nas Ilhas Cayman, é uma companhia cativa de seguros que tem por objetivo cobrir as garantias financeiras oferecidas aos clientes e/ou agentes financiadores envolvidos nas estruturas de vendas de aeronaves da Companhia.
- Embraer Finance Ltd. (EFL) - domiciliada nas Ilhas Cayman, apóia os clientes na obtenção de financiamentos de terceiros assim como fornece suporte em algumas atividades de compra e venda da Companhia.
- Harbin Embraer Aircraft Industry Company Ltd. (HEAI) - com sede na cidade de Harbin, China, destina-se a fabricar aeronaves visando atender às demandas do mercado de transporte aéreo da China.

Embraer Cataluña Co. SL - (CAT) - subsidiária integral, domiciliada na Espanha, tem como objetivo coordenar os investimentos em subsidiárias no exterior, inclusive aquelas voltadas às atividades de suporte à comercialização de aeronaves e gestão dos ativos provenientes dessas operações. As atividades da CAT são operacionalizadas por suas seguintes subsidiárias:

- Airholding SGPS S.A. - domiciliada em Portugal, com participação da CAT de 70% no seu capital social, possui como atividade preponderante a participação em 65% do capital votante da OGMA - Indústria Aeronáutica de Portugal S.A. (OGMA), uma companhia portuguesa de manutenção e produção aeronáutica que também tem como acionista Empresa Portuguesa de Defesa - EMPORDEF, com 35% do capital votante.
- ECC Leasing Co. Ltd. (ECC Leasing) - domiciliada em Dublin, na Irlanda, cujas atividades são arrendamento e comercialização de aeronaves usadas.
- Embraer CAE Training Services Ltd. (ECUK) - está domiciliada em Burges Hill, Reino Unido, com participação da CAT e, de 51% do capital social. Tem como objetivo prestar serviço de treinamento de pilotos, mecânicos e tripulação.
- Embraer Portugal - SGPS S.A. - subsidiária integral, domiciliada em Évora, Portugal, tem como objetivo coordenar os investimentos e atividades econômicas em suas subsidiárias naquele País.
- Embraer - Portugal Estruturas Metálicas S.A. - domiciliada em Évora, tem como objeto social a fabricação, montagem, manutenção e comercialização de peças, componentes e conjuntos metálicos e a execução de outras atividades tecnológicas, industriais, comerciais e de serviços relacionados à indústria de produtos metálicos.
- Embraer - Portugal Estruturas em Compósitos S.A. - domiciliada em Évora, tem como objeto social a fabricação, montagem e comercialização de estruturas a partir de peças e conjuntos em materiais compostos e a execução de outras atividades tecnológicas, industriais, comerciais e de serviços relacionados à indústria de produtos fabricados com materiais compostos e não metálicos.
- Embraer (China) Aircraft Technical Services Co. Ltd (ECA) - domiciliada na China, na província de Beijing, tem como atividade a prestação de serviços de suporte pós-venda, manutenção e comercialização de peças e componentes a clientes na China.

ECC do Brasil Cia. de Seguros (ECC) - subsidiária com participação da Embraer de 99,99% no capital social, domiciliada no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Brasil, registrada na Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, tem o objetivo de operar unicamente em seguros de crédito à exportação. Em 2007, o Conselho de Administração da Embraer aprovou a intenção de alienação da totalidade das ações da ECC. Em 2009, a Embraer celebrou contrato de venda da totalidade das ações da ECC, com condição suspensiva de aprovação do negócio pela SUSEP. Em abril de 2011, a SUSEP indeferiu a solicitação do pedido de transferência de controle em função do comprador não atender a determinados requerimentos e orientou que o mesmo entre com novo procedimento administrativo de aprovação prévia atendendo aos tópicos que não foram atendidos no processo inicial. O novo processo está em fase de elaboração.

Indústria Aeronáutica Neiva Ltda. (Neiva) - subsidiária com participação da Embraer de 99,99% no capital social, localizada em Botucatu, Estado de São Paulo, Brasil. Atualmente envolvida na comercialização de aeronaves agrícolas, bem como de peças de reposição deste modelo de aeronave.

Embraer Defesa e Segurança Participações S.A. - subsidiária integral, constituída em 2011 e domiciliada em São José dos Campos, tem como objetivo coordenar os investimentos no segmento de Defesa e Segurança e atualmente detém participação nas seguintes companhias:

- Orbisat Indústria e Aerolevante S.A. - domiciliada em São José dos Campos, Estado de São Paulo, Brasil, com participação da Embraer Defesa e Segurança de 90% do capital social, tem como atividades desenvolver tecnologia de última geração para aplicação em sensoriamento remoto e construir radares de vigilância aérea, marítima e terrestre.
- Atech Negócios em Tecnologia S.A. - entidade controlada em conjunto, domiciliada em São Paulo, Brasil. Atualmente desenvolve soluções estratégicas de comando, controle, comunicações, computadores e inteligência e disponibiliza serviços de consultoria especializada e suporte técnico e logístico, atuando em todas as fases do projeto: conceituação, especificação, desenvolvimento, integração, gerenciamento da implantação, instalação, testes, manutenção e treinamento.
- Harpia Sistemas S.A. (Harpia) - com sede em Brasília, Brasil, foi constituída em 5 de setembro de 2011 por meio de uma parceria entre a subsidiária Embraer Defesa e Segurança Participações S.A. e a AEL Sistemas (subsidiária da Elbit Systems Ltd. de Israel) com 51% e 49% respectivamente, de participação em seu capital. Tem como atividade principal o desenvolvimento, a construção, a comercialização e a prestação de serviços pós-vendas de manutenção e modernização de veículos aéreos não-tripulados (VANTS). A Harpia também atuará em atividades de marketing, desenvolvimento, integração de sistemas, fabricação, vendas e suporte pós-vendas de simuladores e a modernização de sistemas aviônicos. Em 31 de dezembro de 2011, esta empresa ainda se encontrava em processo de registro junto às autoridades brasileiras.

Embraer Netherlands B.V. (ENL) - subsidiária integral constituída em 2011, domiciliada na Holanda, tem como principal objetivo coordenar os investimentos em subsidiárias no exterior. Atualmente detém 100% da participação da Embraer Ásia Pacific PTE. Ltd., que teve seu controle transferido da Embraer S.A. para Embraer Netherlands em 26 de setembro de 2011.

- Embraer Ásia Pacific PTE. Ltd. (EAP) - domiciliada em Cingapura, tem como atividade a prestação de serviços de suporte pós-venda na Ásia.

Entidades de propósito específico (EPEs) - a Companhia estrutura algumas de suas transações de financiamento de vendas de aeronaves por meio de EPEs, sobre as quais não detém participação societária direta ou indiretamente. Mesmo não possuindo vínculo societário, a Companhia detém o controle das operações ou participa de forma majoritária dos riscos e recompensas de algumas dessas EPEs, consolidando, desta forma, essas EPEs nas suas demonstrações financeiras. As EPEs consolidadas são: PM Limited, Refine Inc., RS Limited, River One Ltd. e Table Inc. As EPEs nas quais a Embraer não figura como controladora não são consolidadas, com base em fundamentos e análises técnicas realizadas pela Administração.

Fundos de investimentos exclusivos (FIE) - em consonância com sua prática financeira, a Companhia possui fundos de investimentos exclusivos, os quais estão consolidados nas demonstrações financeiras. Os títulos e investimentos mobiliários mantidos por meio desses fundos são registrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa ou Instrumentos financeiros ativos, considerando os vencimentos originais dos títulos e as estratégias de investimento dos fundos, que prevêem a negociação desses títulos em prazos que caracterizam a liquidez imediata dos valores (Notas 6 e 7).

c) Demonstrações financeiras da Controladora

As demonstrações financeiras da Controladora foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base na Lei das Sociedades por Ações, nos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo CPC e disposições complementares da CVM e são apresentadas juntamente com as demonstrações financeiras consolidadas.

d) Investimentos em coligadas

Os investimentos em coligadas não são consolidados nas demonstrações financeiras, sendo reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial. Em 31 de dezembro de 2011, era representado basicamente pela Aero Seating Technologies LLC (AST) - domiciliada em San Gabriel, Estados Unidos da América, é uma coligada da EAH, que tem participação de 36,7% no seu capital social. A AST tem como atividade principal a produção e manutenção de assentos para aeronaves.

e) Participação em sociedades

Os investimentos em participação em sociedades não são consolidados nas demonstrações financeiras e em 31 de dezembro de 2011 eram representados pela AEL Sistemas S.A. - (AEL), domiciliada em Porto Alegre, Brasil, com participação da Embraer Defesa e Segurança e Participações S.A. de 25%. Tem como atividade pesquisa, desenvolvimento, fabricação e comercialização de componentes eletrônicos, equipamentos de eletrônica aplicados na aviação e programas de *software*. Apesar da participação de 25%, a Embraer Defesa e Segurança e Participações S.A. não possui influência significativa nesta empresa, consequentemente, o investimento detido é classificado como um instrumento financeiro ativo, no ativo não circulante, e está mensurado ao valor justo, tendo suas variações reconhecidas no patrimônio líquido como Resultado abrangente.

2.2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão definidas a seguir e foram consistentemente aplicadas para todos os exercícios apresentados, exceto quando diferentemente demonstrado.

a) Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as contas das seguintes entidades:

- A Controladora e todas as subsidiárias nas quais possui controle direta ou indiretamente;
- EPEs nas quais a Controladora não detém participação societária direta ou indiretamente, no entanto, detém o controle de suas operações ou participa de forma majoritária nos seus riscos e recompensas;
- Fundos de investimentos exclusivos (FIE), e
- Entidades controladas em conjunto (*joint ventures*).

Todas as contas entre entidades da Companhia e transações oriundas das entidades consolidadas foram eliminadas.

(i) Controladas

Controladas são todas as entidades (inclusive EPEs) cujas políticas financeiras e operacionais podem ser conduzidas pela Companhia e normalmente evidenciadas por uma participação acionária de mais da metade dos direitos de voto. A existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla outra entidade. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa como operações entre acionistas.

A Companhia trata as transações com participações não controladoras como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações não controladoras, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações não controladoras também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta ajustes de avaliação patrimonial.

Na aquisição de novas controladas pela Companhia, é utilizado o método de compra. O custo de uma aquisição é mensurado segundo o valor justo dos ativos ofertados, dos instrumentos de capital emitidos e dos passivos incorridos ou assumidos na data em que o controle é transferido para a Companhia. Os custos diretamente atribuíveis à aquisição são reconhecidos como despesa no resultado do exercício em que os custos são incorridos e os serviços recebidos. Os ativos identificáveis adquiridos, as contingências e os passivos assumidos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo seu valor justo na data de aquisição, independentemente da proporção de qualquer participação de não controladores. O excedente do custo de aquisição que ultrapassar o valor justo da participação da Companhia nos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio. Se o custo da aquisição for menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

As práticas contábeis das controladas estão consistentes com as práticas adotadas pela Companhia.

(ii) Entidades controladas em conjunto (*joint venture*)

A participação em entidades controladas em conjunto é consolidada pelo método de consolidação proporcional. A Companhia combina sua participação nas receitas e despesas, ativos e passivos e fluxos de caixa individuais da *joint venture*, linha a linha, nas contas similares das suas demonstrações financeiras.

Quando a Companhia efetua uma venda de ativo imobilizado para sua *joint venture*, ela reconhece a parte de ganhos ou perdas na venda de ativos imobilizados atribuível aos demais empreendedores. A Companhia não reconhece sua participação nos ganhos ou perdas relativos a *joint venture* decorrentes de compras de ativos imobilizados da *joint venture* até sua realização para uma parte independente. Entretanto, uma perda nessas transações é reconhecida caso ela represente evidência de redução do valor realizável do ativo ou uma perda por *impairment*.

b) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

(i) Moeda funcional da Controladora

A Administração, após análise das operações e negócios da Embraer, em relação principalmente aos fatores para determinação de sua moeda funcional, concluiu que o Dólar ("US\$") ou "Dólar") é a sua moeda funcional. Esta conclusão baseia-se na análise dos seguintes indicadores:

- Moeda que mais influencia os preços de bens e serviços;
- Moeda do país cujas forças competitivas e regulamentos mais influenciam na determinação do preço de venda de seus produtos e serviços;
- Moeda que mais influencia mão de obra, material e outros custos para fornecimento de produtos ou serviços;
- Moeda na qual são obtidos, substancialmente, os recursos das atividades financeiras; e
- Moeda na qual são normalmente acumulados os valores recebidos de atividades operacionais.

(ii) Moeda de apresentação das demonstrações financeiras

Em atendimento à legislação brasileira, estas demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, convertendo-se as demonstrações financeiras preparadas na moeda funcional da Companhia para reais, utilizando os seguintes critérios:

- Ativos e passivos pela taxa de câmbio de fechamento do período;
- Contas do resultado, do resultado abrangente, demonstração dos fluxos de caixa e do valor adicionado pela taxa média mensal; e
- Patrimônio líquido ao valor histórico de formação.

As variações cambiais resultantes da conversão acima referidas são reconhecidas em conta específica do patrimônio líquido denominada "Ajustes acumulados de conversão".

(iii) Conversão das demonstrações financeiras das Controladas

Para as subsidiárias cuja moeda funcional é diferente do Dólar, as contas de ativos e passivos são convertidas para a moeda funcional da Companhia, utilizando as taxas de câmbio vigentes na data do balanço, e os itens de receitas e despesas são convertidos usando a taxa média mensal. Os ajustes de conversão resultantes são reconhecidas em conta específica do patrimônio líquido denominada "Ajustes acumulados de conversão".

Demonstramos a seguir os balanços patrimoniais consolidados, demonstrações consolidadas dos resultados e dos fluxos de caixa na moeda funcional (Dólar) e convertidos para moeda de apresentação (Real).

Balanços Patrimoniais Consolidados

ATIVO	2011		2010	
	US\$	R\$	US\$	R\$
CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	1.350.182	2.532.671	1.393.110	2.321.199
Instrumentos financeiros ativos	753.579	1.413.565	733.524	1.222.198
Contas a receber de clientes, líquidas	505.789	948.759	348.566	580.781
Instrumentos financeiros derivativos	8.245	15.465	6.794	11.320
Financiamento a clientes	12.046	22.597	20.442	34.061
Contas a receber vinculadas	14.893	27.936	11.631	19.379
Estoques	2.283.384	4.283.172	2.193.368	3.654.591
Outros ativos	241.251	452.537	275.356	458.797
	5.169.369	9.696.702	4.982.791	8.302.326
NÃO CIRCULANTE				
Contas a receber de clientes, líquidas	228	428	697	1.162
Instrumentos financeiros ativos	54.713	102.630	52.087	86.788
Financiamento a clientes	90.243	169.278	50.053	83.398
Contas a receber vinculadas	472.733	886.753	526.608	877.435
Estoques	4.179	7.838	4.904	8.171
Depósitos em garantia	471.368	884.191	464.832	774.503
Imposto de renda e contribuição social diferidos	65.893	123.601	139.089	231.750
Instrumentos financeiros derivativos	22.694	42.570	15.477	25.787
Outros ativos	245.420	460.363	237.125	395.097
Investimentos	2.757	5.171	5	8
Imobilizado	1.450.401	2.720.661	1.200.981	2.001.074
Intangível	808.289	1.516.189	716.309	1.193.515
	3.688.918	6.919.673	3.408.167	5.678.688
TOTAL DO ATIVO	8.858.287	16.616.375	8.390.958	13.981.014

Balancos Patrimoniais Consolidados

	2011		2010	
	US\$	R\$	US\$	R\$
PASSIVO				
CIRCULANTE				
Fornecedores	829.889	1.556.705	750.227	1.250.029
Financiamentos	251.751	472.235	72.550	120.883
Dívidas com e sem direito de regresso	312.825	586.797	111.820	186.314
Contas a pagar	81.312	152.525	84.439	140.694
Contribuições de parceiros	885	1.659	885	1.474
Adiantamentos de clientes	856.085	1.605.844	779.438	1.298.699
Impostos e encargos sociais a recolher	89.191	167.304	79.545	132.538
Imposto de renda e contribuição social	11.222	21.050	9.998	16.658
Instrumentos financeiros derivativos	980	1.838	834	1.390
Provisões para contingências	5.331	9.999	7.545	12.572
Dividendos	115	216	49.412	82.331
Receitas diferidas	131.059	245.841	132.551	220.856
Provisões diversas	271.129	508.585	309.594	515.844
	2.841.774	5.330.598	2.388.838	3.980.282
NÃO CIRCULANTE				
Financiamentos	1.406.291	2.637.920	1.362.215	2.269.723
Dívidas com e sem direito de regresso	149.782	280.960	358.453	597.254
Contas a pagar	14.023	26.304	27.590	45.971
Contribuições de parceiros	983	1.845	16.789	27.974
Adiantamentos de clientes	213.983	401.389	212.199	353.565
Instrumentos financeiros derivativos	208	389	1.406	2.342
Impostos e encargos sociais a recolher	386.817	725.591	453.279	755.254
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22.974	43.094	11.402	18.998
Garantia financeira e de valor residual	494.868	928.273	219.539	365.795
Provisões para contingências	57.350	107.576	69.295	115.459
Receitas diferidas	83.957	157.487	88.771	147.911
Provisões diversas	67.445	126.516	49.650	82.729
	2.898.681	5.437.344	2.870.588	4.782.975
TOTAL DO PASSIVO	5.740.455	10.767.942	5.259.426	8.763.257
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social	1.438.007	4.789.617	1.438.007	4.789.617
Ações em tesouraria	(183.725)	(320.220)	(183.743)	(320.250)
Reservas de lucros	1.740.904	2.302.401	1.759.935	2.372.289
Remuneração baseada em ações	9.652	21.831	3.399	5.809
Ajustes de avaliação patrimonial	2.587	(1.152.298)	10.932	(1.801.329)
	3.007.425	5.641.331	3.028.530	5.046.136
Participação de acionistas não-controladores	110.407	207.102	103.002	171.621
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.117.832	5.848.433	3.131.532	5.217.757
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8.858.287	16.616.375	8.390.958	13.981.014

Demonstrações Consolidadas do Resultado

	2011		2010		2009	
	US\$	R\$	US\$	R\$	US\$	R\$
RECEITAS LÍQUIDAS	5.802.953	9.858.055	5.364.068	9.380.625	5.497.756	10.871.275
Custo dos produtos e serviços vendidos	(4.495.858)	(7.638.825)	(4.338.122)	(7.582.662)	(4.428.428)	(8.759.483)
LUCRO BRUTO	1.307.095	2.219.230	1.025.946	1.797.963	1.069.328	2.111.792
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS						
Administrativas	(262.521)	(440.044)	(197.487)	(346.061)	(191.258)	(376.199)
Comerciais	(419.312)	(702.866)	(374.089)	(657.010)	(304.602)	(601.119)
Pesquisas	(85.252)	(143.557)	(72.133)	(126.102)	(55.643)	(110.855)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(221.430)	(410.411)	9.416	16.730	(138.444)	(256.879)
Equivalência patrimonial	(340)	(624)	-	-	-	-
RESULTADO OPERACIONAL	318.240	521.728	391.653	685.520	379.381	766.740
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(90.716)	(172.509)	17.573	30.885	10.247	16.301
Variações monetárias e cambiais, líquidas	20.024	32.809	(1.080)	(1.350)	(68.834)	(135.824)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO	247.548	382.028	408.146	715.055	320.794	647.217
Imposto de renda e contribuição social	(127.124)	(210.774)	(62.714)	(114.877)	158.147	290.054
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	120.424	171.254	345.432	600.178	478.941	937.271
Lucro atribuído aos:						
Acionistas da Embraer	111.608	156.297	330.265	573.592	465.195	912.093
Acionistas não controladores	8.816	14.957	15.167	26.586	13.746	25.178

Demonstrações Consolidadas do Fluxo de Caixa

	2011		2010		2009	
	US\$	R\$	US\$	R\$	US\$	R\$
Atividades operacionais:						
Lucro líquido do exercício	120.424	171.254	345.432	600.178	478.942	937.271
Itens que não afetam o caixa:						
Depreciações	109.288	181.875	102.965	179.819	115.178	228.341
Amortizações	129.465	219.320	116.228	203.776	114.067	223.807
Provisão (reversão) para obsolescência dos estoques	(12.845)	(23.733)	(5.574)	(7.744)	29.400	50.451
Provisão ajuste valor de mercado	5.304	9.613	62.331	108.094	6.100	12.255
Imposto de renda e contribuição social diferidos	85.003	139.931	28.691	55.053	(186.880)	(367.579)
Juros a pagar de impostos e empréstimos	1.729	3.587	(10.159)	(17.489)	21.913	39.026
Equivalência patrimonial	340	624	-	-	-	-
Remuneração em ações	9.652	16.022	3.399	5.809	-	-
Variação monetária e cambial, não realizada	(13.007)	(21.612)	7.321	13.169	82.248	163.217
Garantia de valor residual	34.425	63.117	2.743	4.619	(1.133)	(1.917)
Outros	(5.859)	(6.972)	10.963	18.949	15.924	35.324

Demonstrações Consolidadas do Fluxo de Caixa

	2011		2010		2009	
	US\$	R\$	US\$	R\$	US\$	R\$
Varição nos ativos e passivos:						
Instrumentos financeiros ativos	(124.284)	(253.358)	220.037	362.101	(458.718)	(956.171)
Contas a receber e contas a receber vinculadas	(126.212)	(193.207)	(1.716)	(4.864)	73.089	132.406
Financiamento a clientes	(31.794)	(53.513)	(17.722)	(29.091)	69.033	132.144
Estoques	(97.852)	(32.563)	118.538	181.229	473.917	744.196
Outros ativos	(8.795)	(6.923)	(45.705)	(89.146)	47.045	85.063
Fornecedores	83.815	108.590	153.096	275.401	(487.802)	(902.817)
Dívida com e sem direito de regresso	(7.666)	(13.019)	(37.269)	(64.543)	2.987	4.195
Contas a pagar	(8.279)	(25.485)	(42.894)	(73.764)	29.710	50.085
Contribuição de parceiros	40.169	72.337	18.512	29.590	90.216	179.132
Adiantamentos de clientes	85.747	120.604	(186.219)	(312.435)	(468.902)	(853.719)
Impostos a recolher	(1.199)	(4.002)	7.521	16.700	(7.383)	1.457
Garantias financeiras	240.904	448.533	(40.303)	(68.031)	(15.464)	(30.700)
Provisões diversas e provisões para contingências	(21.751)	(49.869)	44.320	79.519	(58.500)	(184.321)
Receitas diferidas	(6.305)	(12.006)	19.417	34.643	38.674	74.731
Caixa gerado (usado) nas atividades operacionais	480.417	859.145	873.953	1.501.542	3.661	(204.123)
Atividades de investimento:						
Venda de imobilizado	303	952	29.271	50.314	28.586	49.925
Adições ao imobilizado	(334.322)	(557.968)	(149.640)	(260.264)	(184.686)	(389.417)
Adições ao intangível	(217.384)	(365.020)	(178.685)	(313.087)	(219.448)	(435.115)
Adição investimentos em subsidiárias e coligadas	(3.000)	(3.874)	-	-	-	-
Combinação de negócios	(51.539)	(81.939)	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	3.760	5.866	10.659	17.626	-	-
Caixa restrito para construção de ativos	-	-	-	-	(2.476)	(5.466)
Caixa usado nas atividades de investimento	(602.182)	(1.001.983)	(288.395)	(505.411)	(378.024)	(780.073)
Atividades financeiras:						
Financiamentos pagos	(2.082.701)	(3.547.473)	(1.583.374)	(2.766.623)	(1.498.473)	(2.946.469)
Novos financiamentos obtidos	2.362.524	3.918.846	942.755	1.636.351	1.474.591	2.810.316
Dividendos e juros sobre capital próprio	(183.372)	(303.364)	(161.631)	(280.732)	-	-
Subvenção para investimentos	-	-	-	(39)	-	-
Caixa (usado) gerado nas atividades financeiras	96.451	68.009	(802.250)	(1.411.043)	(23.882)	(136.153)
Efeito das variações cambiais no caixa e equivalentes de caixa	(17.614)	286.301	17.442	(36.507)	169.895	(362.032)
Redução líquida do caixa e equivalentes de caixa	(42.928)	211.472	(199.250)	(451.419)	(228.350)	(1.482.381)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.393.110	2.321.199	1.592.360	2.772.618	1.820.710	4.254.999
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.350.182	2.532.671	1.393.110	2.321.199	1.592.360	2.772.618

c) Transações em moedas estrangeiras

As transações efetuadas em outras moedas (diferentes da moeda funcional) são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado como Variações monetárias e cambiais, líquidas.

d) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros ativos

Instrumentos financeiros ativos são ativos financeiros adquiridos pela Companhia, principalmente para a finalidade de venda no curto prazo. Usualmente, incluem-se nesta classificação valores mobiliários com vencimentos originais acima de 90 dias na data da aplicação.

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado, incluindo instrumentos mantidos para negociação, (ii) disponíveis para venda, (iii) mantidos até o vencimento e (iv) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial.

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros, exceto os mensurados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos da transação são reconhecidos imediatamente no resultado do exercício.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos. Neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios do ativo.

Classificação e mensuração

(i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em Receitas (despesas) financeiras no exercício em que ocorrem. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma rubrica do resultado afetada pela referida operação.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra e venda. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de comparações com operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções privilegiando informações de mercado e minimizando informações geradas pela Administração.

(ii) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são instrumentos não derivativos que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. Eles são incluídos no ativo não circulante, a menos que a Administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço. Os ativos financeiros disponíveis para venda são contabilizados pelo valor justo. Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados com o uso do método da taxa de juros efetiva, são reconhecidos na demonstração do resultado como Receitas financeiras. A parcela correspondente à variação no valor justo é registrada no patrimônio líquido, em Outros resultados abrangentes, sendo registrada no resultado do exercício quando da sua liquidação ou por perda considerada permanente (*impairment*).

(iii) Investimentos mantidos até o vencimento

Os investimentos em valores mobiliários não derivativos que a Companhia tem habilidade e intenção em manter até a data de vencimento, são classificados como investimentos mantidos até o vencimento e são registrados pelo custo amortizado.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável. Quando aplicável, é reconhecida provisão para desvalorização desse ativo.

(iv) Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados no ativo não circulante).

Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os empréstimos a controladas, contas a receber de clientes, financiamentos a clientes e demais contas a receber.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável. Quando aplicável, é reconhecida provisão para desvalorização desse ativo.

e) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo, usualmente com vencimento em até 90 dias a partir da data da contratação, com alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Incluem-se nesta classificação operações compromissadas e Certificados de Depósitos Bancários (CDB) com registro de liquidez diária na CETIP (Balcão Organizado de Ativos e Derivativos).

f) Instrumentos financeiros ativos

Instrumentos financeiros ativos são ativos financeiros adquiridos pela Companhia, principalmente para a finalidade de venda ou de recompra no curto prazo. Usualmente, incluem-se nesta classificação valores mobiliários com vencimentos originais acima de 90 dias na data da aplicação.

g) Derivativos e atividades de hedge

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo, cujas variações são registradas no resultado do exercício, em Variações monetárias e cambiais líquidas exceto quando o derivativo for designado como um instrumento de *hedge*.

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos designados como de *hedge accounting* de valor justo e de fluxo de caixa, conforme abaixo:

(i) Hedge accounting de valor justo

No *hedge accounting* de valor justo as variações no valor justo dos derivativos designados e qualificados como *hedge accounting*, são registradas no resultado do exercício, bem como as variações no valor justo do ativo ou passivo protegido atribuível ao risco protegido. A Companhia só aplica a contabilização de *hedge* de valor justo para se proteger contra o risco de juros fixos de empréstimos. Variações no valor justo de instrumentos de *hedge* para proteção contra o risco de juros fixos de empréstimos são reconhecidas no resultado do exercício, em Despesas financeiras.

Caso o *hedge* deixe de atender ao critério de *hedge accounting*, o ajuste do valor acumulado de um item protegido, para o qual o método de juros protegido é usado, é amortizado no resultado do exercício durante o período de tempo até seu vencimento.

(ii) Hedge accounting de fluxo de caixa

No *hedge accounting* de fluxo de caixa, a parcela efetiva das variações do valor justo dos instrumentos derivativos designados e qualificados como *hedge accounting* de fluxo de caixa é registrada no patrimônio líquido, em Outros resultados abrangentes. O ganho ou perda relacionado à parcela ineficaz é reconhecida no resultado do exercício, em Receita (despesa) financeira.

Os valores acumulados no patrimônio líquido são realizados para o resultado do exercício nos períodos em que o item protegido por *hedge* afetar o resultado do exercício. Entretanto, quando a operação prevista protegida por *hedge* resultar no reconhecimento de um ativo não financeiro, os ganhos e as perdas previamente diferidos no patrimônio líquido são transferidos e incluídos na mensuração inicial do custo do ativo.

Quando um instrumento de *hedge* vence ou é vendido, ou quando um *hedge* não atende mais aos critérios de *hedge accounting*, todo ganho ou perda acumulado existente no patrimônio líquido naquele momento permanece no patrimônio líquido e é realizado contra o resultado quando a transação prevista é reconhecida no resultado. Quando não se espera mais que a operação protegida por *hedge* ocorra, o ganho ou a perda acumulado que havia sido apresentado no patrimônio líquido é imediatamente transferido para o resultado do exercício, em Receita (despesa) financeira.

h) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e incluem valores das receitas de contratos de construção reconhecidas de acordo com os custos incorridos sendo apresentadas pelo valor líquido dos respectivos adiantamentos. São mensuradas subsequentemente pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para crédito de liquidação duvidosa.

Uma provisão para crédito de liquidação duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos por seus clientes, como em casos de dificuldades financeiras significativas do devedor, probabilidade de o devedor entrar com pedido de falência ou concordata e falta de pagamento ou inadimplência. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. O valor contábil do ativo é reduzido pelo uso de uma conta de provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado na rubrica de despesas comerciais. Quando uma conta a receber de clientes é incobrável, esta é baixada contra a provisão para contas a receber. As recuperações subsequentes de valores previamente baixados são creditadas no resultado do exercício em Despesas comerciais.

O cálculo do valor presente, quando aplicável, é efetuado na data da transação com base numa taxa de juros que reflita o prazo e as condições de mercado da época. A Companhia não registra o ajuste a valor presente em virtude de não terem efeitos relevantes nas demonstrações financeiras.

i) Financiamento a clientes

Consiste na participação em financiamentos concedidos nas vendas de algumas aeronaves e são contabilizados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que os ativos estão registrados por valor acima de seu valor recuperável. Quando aplicável, é reconhecida provisão para desvalorização desses ativos.

j) Contas a receber vinculadas e dívidas com e sem direito de regresso

Algumas das transações de venda da Companhia são compostas por financiamentos estruturados, por meio dos quais uma EPE compra a aeronave, paga à Companhia o preço de compra, quando da sua entrega ou da conclusão do financiamento estruturado da venda, e transfere a aeronave objeto da compra ao cliente final. Uma instituição financeira financia a compra da aeronave por uma EPE, parte do risco desse crédito permanece com a instituição financeira e a Companhia oferece garantias financeiras e/ou garantias de valor residual em favor da instituição.

A Companhia classifica os riscos relativos a esta operação como sem direito de regresso quando parte do risco permanece com a instituição financiadora e com direito de regresso quando o risco permanece com a Companhia (Nota 10).

k) Estoques

Os estoques, incluindo as peças de reposição e aeronaves usadas, estão avaliados e demonstrados ao custo médio das compras ou produção, ou ao valor realizável líquido, entre esses o menor. O custo é determinado utilizando-se o método do custo médio ponderado.

Estoques de produtos em elaboração e acabados compreendem matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas e, quando aplicável, estão reduzidos ao valor líquido de realização após a dedução dos custos, dos impostos e das despesas estimadas de vendas.

Uma provisão para potenciais perdas é constituída quando, com base na estimativa da Administração, os itens são definidos como obsoletos ou estocados em quantidades superiores àquelas a serem utilizadas em projetos. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

l) Investimentos

Os investimentos em sociedades controladas e coligadas são avaliados na Controladora pelo método da equivalência patrimonial. A participação da Companhia nos resultados das sociedades controladas e coligadas é reconhecida no resultado do exercício como Receita (despesa) operacional. No caso de variação cambial de investimentos no exterior, que apresentam moeda funcional diferente da Companhia, as variações no valor do investimento decorrentes exclusivamente de variação cambial são registradas em Ajustes acumulados de conversão, no patrimônio líquido, e somente são levados ao resultado do exercício quando o investimento for vendido ou baixado para perda.

Para o cálculo da equivalência patrimonial, os lucros não realizados nas operações com controladas são integralmente eliminados, tanto nas operações de venda da controlada para a Controladora quanto entre as controladas. Perdas não realizadas não são eliminadas, uma vez que se constituem em evidência de necessidade de reconhecimento de provisão para *impairment* desses ativos.

Os lucros não realizados nas vendas da Controladora para suas controladas são eliminados no resultado da Controladora nas contas de vendas e custos entre partes relacionadas.

Quando necessário, as práticas contábeis das controladas são alteradas para garantir consistência com as práticas adotadas pela Companhia.

Os investimentos em entidades coligadas sobre as quais a Companhia tem influência significativa são apresentados no Consolidado dentro de Investimentos em coligadas no ativo não circulante (Nota 14) e mensurados através do método da equivalência patrimonial.

m) Imobilizado

Os bens do imobilizado são avaliados pelo valor do custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da depreciação acumulada e das perdas por *impairment*.

A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil estimada para o ativo (Nota 16). Somente as peças de reposição do programa *Exchange pool* não utilizam o método linear. Esta estimativa leva em conta o tempo pelo qual o ativo trará retorno financeiro para a Companhia sendo revisada anualmente. Terrenos não são depreciados.

A Companhia atribui valor residual para determinados modelos de aeronaves e para peças de reposição de aeronaves constantes do programa *Exchange pool*. Para os demais ativos a Companhia não atribui valor residual, uma vez que devido à característica desses ativos e de sua utilização, é pouco comum a baixa de grandes quantidades de ativos vendidos e quando isso acontece os ativos são realizados por valores irrelevantes.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável a geração de benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Materiais alocados a projetos específicos são adicionados a imobilizações em andamento para, posteriormente, serem transferidos para as contas definitivas do imobilizado.

Os custos dos encargos sobre empréstimos tomados para financiar a construção do imobilizado são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em Outras receitas (despesas), líquidas na Demonstração do resultado.

Segue abaixo resumo da descrição dos itens que compõem o ativo imobilizado:

- (i) Terrenos - compreendem áreas onde estão principalmente os edifícios industriais, de engenharia e administrativos.
- (ii) Edifícios e benfeitorias em terrenos - Edifícios compreendem principalmente fábricas, departamentos de engenharia, escritórios e benfeitorias compreendem estacionamentos, arruamentos, rede de água e esgoto.
- (iii) Instalações - compreendem as instalações industriais auxiliares que direta ou indiretamente suportam as operações industriais da Companhia, assim como instalações das áreas de engenharia e administrativa.
- (iv) Máquinas e equipamentos - compreendem principalmente os maquinários e outros equipamentos utilizados direta ou indiretamente no processo fabril.
- (v) Móveis e utensílios - compreendem principalmente mobiliários e utensílios utilizados nas áreas produtivas, engenharia e administrativa.
- (vi) Veículos - compreendem principalmente veículos industriais e automóveis.
- (vii) Aeronaves - compreendem principalmente aeronaves que são arrendadas às companhias aéreas, além daquelas utilizadas pela Companhia para auxiliar nos ensaios de novos projetos.
- (viii) Computadores e periféricos - compreendem equipamentos de informática utilizados principalmente no processo produtivo, engenharia e administrativo.
- (ix) Imobilizações em andamento - compreendem principalmente obras para ampliação do parque fabril e centros de manutenção de aeronaves.
- (x) *Pool* de peças - compreende peças de reposição para uso exclusivo dos clientes que contrataram o Programa *Exchange pool*. Esse programa prevê que tais clientes podem trocar um componente danificado por outro em condições de funcionamento, conforme definido em contrato. Essas peças são depreciadas com base na estimativa de vida de sete a dez anos e um valor residual médio de 35%, que a Companhia acredita ser aproximadamente o tempo de utilização e valor de realização, respectivamente.

n) Intangíveis

(i) Pesquisa e desenvolvimento

Os gastos com pesquisas são reconhecidos como despesas quando incorridos. Os gastos incorridos no desenvolvimento de projetos, compostos principalmente por gastos com desenvolvimento de produtos, incluindo desenhos, projetos de engenharia, construção de protótipos, são reconhecidos como ativos intangíveis quando for provável que os projetos irão gerar benefícios econômicos futuros, considerando-se sua viabilidade comercial e tecnológica, disponibilidade de recursos técnicos e financeiros e somente se o custo puder ser medido de modo confiável. Gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa no resultado do exercício, em Despesas com pesquisas, conforme incorridos.

Os gastos de desenvolvimento capitalizados são amortizados a partir da ocasião em que os benefícios começam a ser gerados (unidades produzidas) com base na estimativa de venda das aeronaves definida na implementação de cada projeto, sendo os montantes amortizados apropriados ao custo de produção.

Revisões das estimativas de venda são efetuadas anualmente ou na ocorrência de evidências que as justifiquem. No caso de projetos paralisados ou daqueles cuja realização é considerada improvável, os gastos diferidos são baixados ou reduzidos ao valor líquido estimado de recuperação.

Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em exercício subsequente.

(ii) Programas de computador (*softwares*)

Licenças adquiridas de programas de computador são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada.

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a *softwares* identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis.

(iii) Ativos intangíveis adquiridos por meio de combinação de negócios

Os ativos intangíveis identificáveis adquiridos por meio de uma combinação de negócios são registrados pelo valor justo na data de aquisição. Destaca-se neste grupo:

- **Ágio** - O ágio registrado como ativo intangível nas demonstrações financeiras consolidadas não está sujeito a amortização, porém a cada fechamento das demonstrações financeiras, a sua recuperabilidade é avaliada. Se for identificado que o ágio registrado não será recuperado na sua totalidade, o valor referente a esta perda é registrado no resultado do exercício. As perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas.
- **Desenvolvimento de produtos** - Em certas combinações de negócios podem ser identificados desenvolvimentos de produtos que representam valor para a Companhia. Esses ativos possuem vida útil definida e são amortizados conforme a sua vida útil estimada do produto.
- **Contrato de não concorrência** - Para ingressar em um novo negócio, normalmente a Companhia efetua contrato de não concorrência com os vendedores, por um período acordado contratualmente. Esses contratos são registrados pelo valor justo na data de aquisição como ativo intangível e amortizados pelo tempo previsto no contrato.
- **Pedidos firmes** - Na data da aquisição das participações societárias, os pedidos ou ordens de produção aguardando execução, são precificados e registrados pelo valor justo, e amortizados durante o período de entrega previsto nos contratos.

o) Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revistos para se identificar evidências de perdas não recuperáveis sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável ou no mínimo anualmente.

Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

No caso de ativos intangíveis originados nos processos de desenvolvimento de produtos, o teste de recuperação é feito independente de haver evidência de perda.

p) Demais ativos circulantes e não circulantes

Demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos.

q) Financiamentos

Os empréstimos obtidos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação incorridos. Em seguida, os empréstimos obtidos são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido, pelo método da taxa de juros efetiva.

As taxas pagas no estabelecimento de linhas de crédito são reconhecidas como custos da transação do empréstimo uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, os custos de transação são capitalizados como um pagamento antecipado de serviços de disponibilização da linha de crédito e amortizados durante o período de disponibilidade do empréstimo ao qual se relaciona.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

r) Arrendamentos

A determinação sobre se uma transação é, ou contém, arrendamento mercantil, é baseada na essência da transação e exige a avaliação se (i) o cumprimento do acordo depende do uso de um ou mais de um ativo específico e (ii) o acordo transfere o direito de usar o ativo.

(i) Arrendamento de aeronaves

As aeronaves disponíveis para arrendamento ou arrendadas por meio de arrendamentos operacionais são registradas nas demonstrações financeiras da Companhia como ativo imobilizado, sendo depreciadas ao longo da sua vida útil estimada. A receita de aluguel (líquida de qualquer incentivo dado aos arrendatários) é reconhecida pelo método linear pelo período do arrendamento. Aeronaves eventualmente arrendadas por meio de arrendamentos financeiros deixam de ser reconhecidas no ativo da Companhia após o início do arrendamento sendo a receita e o respectivo custo de venda reconhecidos na data da transação do arrendamento.

(ii) Outros arrendamentos

Os arrendamentos mercantis nos quais a Companhia adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamento financeiro. Os arrendamentos financeiros são registrados como se fosse uma compra financiada reconhecendo, no seu início, um ativo imobilizado e um passivo de financiamento (arrendamento). O imobilizado adquirido nos arrendamentos financeiros é depreciado pelas taxas divulgadas na Nota 16.

Os arrendamentos mercantis nos quais uma parte significativa dos riscos e benefícios de propriedade permanece com o arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos feitos para os arrendamentos operacionais são apropriados ao resultado pelo método linear ao longo do período do arrendamento.

s) Custo de empréstimos

Custo de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos são capitalizados como parte do custo destes ativos. Os demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos são juros e outros custos em que a Companhia incorre em conexão com o empréstimo de recursos.

t) Adiantamento de clientes

Correspondem basicamente aos adiantamentos recebidos antes das entregas das aeronaves, denominados em grande parte na moeda funcional da Embraer.

u) Ativos e passivos contingentes, obrigações legais e depósitos judiciais

Ativos contingentes - não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Companhia julgar que o ganho é praticamente certo ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.

Provisões para contingências - provisões são reconhecidas levando em conta a opinião da Administração e dos seus assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas demonstrações financeiras, já os classificados como remotos não são provisionados e nem divulgados.

Obrigações legais - decorrem de obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade cujos montantes são reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

Depósitos judiciais - são atualizados monetariamente e apresentados como outros ativos.

O montante registrado nas provisões é considerado suficiente para cobrir as estimativas de eventuais perdas para a Companhia.

v) Benefícios a empregados

(i) Contribuição definida

A Companhia patrocina um plano de previdência fechado de contribuição definida para seus empregados. A partir de 2010, para as empresas sediadas no Brasil, o plano passou a ser administrado pela EMBRAERPREV - Sociedade de Previdência Complementar.

(ii) Benefício médico pós-emprego

A Companhia e algumas de suas subsidiárias, proveem benefícios de assistência médica para os empregados aposentados.

Os custos previstos para o oferecimento de benefícios médicos pós-emprego e a cobertura dos dependentes são provisionados durante os anos de prestação de serviços dos funcionários.

A Companhia contabiliza esses benefícios reconhecendo no balanço o excesso ou a falta de provisão de fundos do plano de benefício médico pós-emprego, com base na diferença entre o valor justo do plano de ativos e a obrigação do benefício. A Companhia também reconhece alterações na provisão desse plano em outros resultados abrangentes, líquido de impostos, na medida em que tais mudanças não são reconhecidas nos lucros como componentes do custo líquido do benefício.

Esta provisão é revisada anualmente na data do balanço. O custo do plano de benefício médico pós-emprego é determinado usando o método de unidade de crédito e diversas premissas atuariais, sendo as mais significativas: a taxa de desconto, a taxa de longo prazo do retorno do ativo do plano e a taxa de tendência de custo médico.

w) Lucro por ação

Nas demonstrações financeiras, a Companhia divulga o lucro básico por ação e o lucro diluído por ação. O lucro básico por ação ordinária é calculado pela divisão do lucro líquido atribuído aos acionistas da Embraer, disponível aos acionistas pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em aberto durante o exercício.

O lucro por ação diluído é calculado de maneira similar ao lucro por ação básico, exceto pelo fato de que as quantidades de ações em circulação são ajustadas para refletir ações adicionais em circulação caso as ações com potencial de diluição atribuíveis a opções de compra de ações tivessem sido emitidas durante os exercícios apresentados.

x) Programa para outorga de opções de ações

A Companhia possui um programa para outorga de opções de ações, destinado a diretores e empregados com o objetivo de manter e atrair pessoal qualificado que contribua de maneira efetiva para o melhor desempenho da Companhia. Em retribuição aos serviços prestados por seus diretores e empregados, a Companhia efetua o pagamento através de instrumentos de capital próprio (opções de ações de sua emissão). O valor justo dos serviços dos empregados recebidos em troca da concessão das opções é reconhecido como despesa. O montante total a ser contabilizado é determinado pelo valor justo das opções outorgadas.

A despesa total é reconhecida durante o período de aquisição, que é o período durante o qual todas as condições de aquisição sejam satisfeitas. Periodicamente, a Companhia revisa suas estimativas sobre o número de opções que se espera que sejam adquiridas. A Companhia reconhece o impacto da revisão de estimativas iniciais, de forma prospectiva.

y) Participação nos lucros

A participação nos lucros pelos funcionários, é vinculada ao lucro líquido da Companhia, e condicionada a atingimento de metas. Mensalmente são provisionados os valores apurados através da aplicação da proporção dos salários a pagar. As políticas determinadas para participação nos lucros da Companhia estão descritas na Nota 31.

z) Dividendos e juros sobre o capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório definido por lei, somente é provisionado na data em que são aprovados em Assembleia pelos acionistas ou se forem dentro do exercício.

Os juros sobre o capital próprio pagos ou provisionados são registrados como despesa financeira para fins fiscais. Entretanto, para fins de apresentação nas demonstrações financeiras, esses são apresentados diretamente como dedução do Patrimônio líquido como se dividendos fosse, pelo valor bruto, e os benefícios fiscais por ele gerados são mantidos no resultado do exercício.

aa) Imposto de renda e contribuição social

As despesas fiscais do exercício compreendem o imposto de renda corrente e diferido. O imposto é reconhecido no resultado do exercício, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

São calculados observando-se suas alíquotas nominais de cada país, que conjuntamente, no caso das operações brasileiras, totalizam 34% - sendo imposto de renda (25%) e contribuição social sobre o lucro líquido (9%).

O imposto de renda diferido é reconhecido usando o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre os prejuízos fiscais de imposto de renda, base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras, na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável seja suficiente para absorver esses créditos tributários. Essa avaliação é efetuada com base em estimativas de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Os prejuízos fiscais acumulados das operações brasileiras não possuem prazo de prescrição, porém a sua compensação é limitada em anos futuros em até 30% do montante do lucro tributável de cada exercício.

bb) Garantias dos produtos

Gastos com garantia relacionados a aeronaves e peças de reposição são reconhecidos no momento em que são entregues com base nos valores estimados a incorrer. Essas estimativas são baseadas em fatores históricos que incluem, entre outros, reclamações com garantia e respectivos custos de reparos e substituições, garantia dada pelos fornecedores e período contratual de cobertura. O período de cobertura da garantia varia de 3 a 5 anos.

Eventualmente, a Companhia pode vir a ser obrigada a realizar modificações no produto devido à exigência das autoridades de certificação aeronáutica ou após a entrega, devido à introdução de melhorias ou ao desempenho das aeronaves. Os custos previstos para tais modificações são provisionados no momento em que os novos requisitos ou melhorias são exigidos e conhecidos.

Alguns contratos de venda podem conter cláusulas de garantia de um nível mínimo de desempenho da aeronave subsequente à entrega, baseado em metas operacionais predeterminadas. Se a aeronave sujeita a esse tipo de garantia não atingir índices de desempenho requeridos depois da entrega, a Companhia pode ser obrigada a reembolsar seus clientes pelo aumento dos custos e serviços operacionais incorridos com base em fórmulas definidas em contrato. As perdas relacionadas a garantias de desempenho são registradas no momento em que são conhecidas ou quando as circunstâncias indicam que a aeronave não atingirá os requerimentos mínimos de desempenho esperados, com base na estimativa da Administração da Companhia.

cc) Garantias financeiras e garantias de valor residual

Mediante análise do mercado e do cenário, a Companhia pode conceder, em alguns casos, garantias financeiras ou de valor residual como parte da estrutura de financiamento no momento da entrega de suas aeronaves. O valor garantido tem como base o valor futuro esperado dessas aeronaves em um determinado momento ao longo da vigência desses financiamentos e estão sujeitos a um limite máximo garantido. Caso as garantias sejam acionadas a Companhia deverá suportar a diferença, caso haja, entre o valor garantido e valor justo de mercado da respectiva aeronave.

A provisão para garantias é determinada em bases estatísticas e com base em avaliações efetuadas por terceiros que levam em consideração, entre outros, os valores futuros das aeronaves nas datas de vencimento e dentro dos limites garantidos pela Companhia. Para fazer face ao risco de perda com essas garantias a Companhia constitui uma provisão e sua estimativa é revisada na ocorrência de eventos que justifiquem tais revisões quando provisão adicional poderá ser reconhecida com base nas estimativas de perda para fazer frente a essas garantias (Nota 38).

Na medida que a exposição da Companhia ao risco diminui, o respectivo valor da provisão é apropriado ao resultado no grupo de Receitas de vendas.

A Companhia mantém, em alguns casos, depósitos em garantia em favor de terceiros para os quais foram fornecidas garantias financeiras e de valor residual relacionadas às estruturas de financiamento de aeronaves (Nota 13).

dd) Receitas diferidas

Referem-se às obrigações para fornecimento de peças de reposição, treinamento, representante técnico e outras obrigações constantes nos contratos de venda de aeronaves já entregues, cujas receitas serão apropriadas quando o serviço ou produto for entregue para o cliente.

Também se encontram registrados nesta rubrica os saldos de receitas diferidas de algumas vendas de aeronaves, que, de acordo com obrigações contratuais, são contabilizadas como arrendamentos operacionais.

Na Controladora referem-se ainda ao diferimento dos lucros não realizados nas vendas para suas controladas.

ee) Demais passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, quando aplicável, acrescidos dos respectivos encargos e variações cambiais incorridos.

ff) Reconhecimento de receitas

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como, no Consolidado, após a eliminação das vendas intercompanhias.

(i) Receitas de vendas de aeronaves, peças de reposição e serviços

As receitas de vendas de aeronaves comerciais, executivas e agrícolas, de peças de reposição e de serviços, são geralmente reconhecidas no ato da entrega ou do embarque, quando os riscos e benefícios são transferidos para o cliente.

Existem algumas vendas de aeronaves que não atendem à todas obrigações contratuais no momento da entrega da aeronave. Portanto as respectivas receitas são classificadas na rubrica de Receitas diferidas e são levadas ao resultado à medida que as obrigações sejam cumpridas.

(ii) Contratos com múltiplos elementos

As receitas oriundas de negociação de contratos de vendas de aeronaves, que envolvem o fornecimento de peças de reposição, treinamento e representante técnico e outras obrigações, são reconhecidas quando efetivamente realizadas.

(iii) Receitas do Programa *Exchange pool*

As receitas do Programa *Exchange pool* são reconhecidas mensalmente durante o período do contrato e consiste parte em uma taxa fixa e outra parte em uma taxa variável diretamente relacionada com as horas efetivamente voadas pela aeronave coberta por este programa.

(iv) Receitas de contratos de construção

No segmento de defesa e segurança, algumas operações consistem em contratos de longo prazo, sendo as receitas reconhecidas pelo método do *Percentage-of-Completion* (POC) por meio do custo incorrido, além do reconhecimento no ato da entrega ou embarque. Alguns contratos contêm cláusulas para reajuste de preço com base em índices preestabelecidos e estes são reconhecidos no período de competência. A adequação do reconhecimento de receitas, relativas aos contratos de vendas do segmento de defesa e segurança, é realizada com base nas melhores estimativas da Administração, quando se tornam evidentes.

(v) Receitas de arrendamentos operacionais

A Companhia também reconhece a receita com aluguel de aeronaves (arrendamentos operacionais), proporcionalmente ao período do arrendamento. Estas receitas são alocadas ao seus respectivos segmentos (aviação comercial, aviação executiva e defesa e segurança).

gg) Custo dos produtos e serviços vendidos

O custo de vendas e serviços consiste no custo da aeronave, peças de reposição e serviços prestados, incluindo:

(i) Material

Substancialmente todos os custos de material são cobertos por contratos com fornecedores. Os preços nesses contratos são geralmente reajustados com base em uma fórmula de escala que reflete, em parte, a inflação nos Estados Unidos da América.

(ii) Mão de obra

Compreendem salários e encargos sobre salários e são denominados principalmente em Real.

(iii) Depreciação

O imobilizado é depreciado com o passar de sua vida útil, variando de cinco a quarenta e oito anos, linearmente.

A depreciação de uma aeronave sob arrendamento operacional é registrada como custo dos produtos vendidos, desde o início do termo do arrendamento, utilizando-se o método linear ao longo da vida útil estimada e considerando-se um valor residual no fim do termo do arrendamento.

(iv) Amortização

Os ativos intangíveis gerados internamente são amortizados de acordo com a série das aeronaves que se estima vender e os ativos intangíveis adquiridos de terceiros são amortizados de forma linear de acordo com a vida útil prevista para os ativos.

(v) Garantia de produtos

De acordo com as normas contábeis sobre contingências, a Companhia reconhece um passivo para as obrigações associadas a garantias dos produtos na data da entrega da aeronave, que é estimada com base na experiência histórica e registrada como custo dos produtos vendidos.

(vi) Contrato com múltiplos elementos

A Companhia efetua transações que representam contratos com múltiplos elementos, tais como treinamento, assistência técnica, peças de reposição e outras concessões. Esses custos são reconhecidos quando o produto ou serviço é entregue ou prestado ao cliente.

hh) Despesas e outras receitas operacionais

As despesas operacionais são representadas basicamente por despesas comerciais, administrativas, gastos com pesquisas, equivalência patrimonial em investimentos e outras receitas (despesas) operacionais.

ii) Subvenções

Trata-se de subvenções para investimentos, recebidas da FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos, para desenvolvimento conjunto de projetos de inovação tecnológica, respaldados pela Lei 10.973/04, que trata dos incentivos à pesquisa e desenvolvimento tecnológico. Estes valores são reconhecidos no resultado à medida que os recursos são aplicados e as cláusulas contratuais são cumpridas.

As subvenções governamentais recebidas para investimentos em pesquisas que atendem as condições necessárias à sua efetivação são levadas ao resultado do exercício como redução das despesas incorridas com tais pesquisas.

Em atendimento à legislação brasileira, ao final de cada exercício, as subvenções levadas ao resultado são destinadas à Reserva de subvenções para investimentos no patrimônio líquido.

jj) Receitas (despesas) financeiras e variações monetárias e cambiais

As receitas e despesas financeiras são representadas principalmente por rendimentos sobre aplicações financeiras, encargos financeiros sobre empréstimos, impostos com exigibilidade suspensa, provisões para contingências (Nota 26), bem como por variações cambiais (Nota 35) sobre ativos e passivos expressos em moedas diferentes da moeda funcional, registrados contabilmente de acordo com o regime de competência.

Receitas e despesas financeiras excluem os custos de empréstimos atribuíveis às aquisições, construções ou produção dos bens que necessitam de um período substancial de tempo para estar pronto para uso ou venda, que são capitalizados como parte do custo do ativo.

kk) Regime tributário de transição

A Companhia adotou o Regime Tributário de Transição (RTT) em 2008, desde então utiliza as prerrogativas do regime para a apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido.

O RTT terá vigência até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos fiscais dos novos métodos contábeis.

II) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas pelo método indireto.

mm) Demonstração do valor adicionado

As demonstrações dos valores adicionados (DVA) foram elaboradas a partir das informações contábeis.

nn) Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Diretor-Presidente.

3 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com os CPCs/IFRSs exige que a Companhia utilize estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados dos ativos e passivos, receitas e despesas e divulgações. Portanto, para preparar as demonstrações financeiras incluídas neste relatório, são utilizadas variáveis e premissas derivadas de experiências passadas e diversos outros fatores que consideramos razoáveis e pertinentes. Embora essas estimativas e premissas sejam revistas durante o curso normal dos negócios, a apresentação da nossa situação financeira e dos resultados das operações requer com frequência, que avaliemos os efeitos de questões inerentemente incertas. Os resultados reais podem ser diferentes daqueles estimados usando variáveis, suposições ou condições diferentes. As políticas de contabilidade mais importantes, incluindo as variáveis e suposições usadas nas estimativas, e a sensibilidade dessas avaliações às diferentes variáveis e condições, são descritas a seguir:

a) Receita das vendas e outras receitas operacionais

A Companhia reconhece receitas de vendas pelos segmentos comerciais, de jatos executivos, de serviços de aviação e de defesa e segurança, quando os benefícios e riscos de perda são transferidos aos clientes, o que, no caso de aeronaves, ocorre quando a entrega é realizada e, no caso de serviços de aviação, quando o serviço é prestado ao cliente.

A Companhia reconhece, também, a receita de aluguel de aeronaves arrendadas mediante contrato de arrendamento de forma avaliável pelo prazo do arrendamento, sendo registrada a receita como vendas líquidas de outros negócios relacionados ao apresentar a informação por segmento operacional.

No segmento de defesa e segurança, uma parcela significativa das receitas é oriunda de contratos de desenvolvimento de longo prazo com o governo brasileiro e governos estrangeiros, pelos quais reconhecemos receitas de acordo com o método de percentual da conclusão, ou POC (*Percentage-of-Completion*) utilizando o custo incorrido como referência para mensuração da receita. Esses contratos contêm disposições sobre reajuste de preços com base em uma combinação de índices relativos ao custo da matéria-prima e da mão de obra. Periodicamente, é reavaliada a margem prevista de certos contratos de longo prazo, ajustando o reconhecimento da receita com base nos custos projetados para a conclusão. O uso do método POC requer que a Companhia estime os custos totais para a conclusão dos contratos. Se os custos totais fossem 10% menor em relação às estimativas da Administração, a receita reconhecida no exercício de 2011 aumentaria R\$ 153.097; caso os custos fossem 10% maior em relação às estimativas da Administração, a receita reconhecida sofreria queda de R\$ 95.213.

As receitas do Programa *Exchange pool* são contabilizadas mensalmente em relação ao prazo do contrato e consistem em uma parte referente a uma taxa fixa e outra parte referente a uma taxa variável diretamente relacionada às horas de voo da aeronave coberta.

São efetuadas transações que representam contratos de vários elementos, como treinamento, assistência técnica, peças sobressalentes e outras concessões, incluídas no preço de venda da aeronave. Contratos de vários elementos são avaliados para determinar se podem ser separados em mais de uma unidade contábil, caso sejam atendidos todos estes critérios:

- item entregue tem valor para o cliente de maneira independente;
- existe evidência objetiva e confiável do valor justo do item não entregue; e se o contrato incluir um direito geral de devolução do item entregue, a entrega ou execução do item não entregue é considerada provável e substancialmente sob nosso controle.

Se esses critérios não forem cumpridos, o contrato será considerado uma unidade contábil, que resulta em receita sendo diferida até que esses critérios sejam cumpridos ou após a entrega do último elemento que não havia sido entregue. Se esses critérios forem cumpridos para cada elemento e houver evidência objetiva e confiável do valor justo de todas as unidades contábeis de um contrato, a consideração do contrato é alocada em unidades contábeis separadas conforme o valor justo relativo de cada unidade.

b) Garantias de produtos

De modo geral, as vendas de aeronaves são acompanhadas de uma garantia padrão para sistemas, acessórios, equipamentos, peças e *software* fabricados por nós e/ou nossos parceiros de risco e fornecedores. A Companhia reconhece a despesa de garantia como componente de custos de vendas e serviços, no momento da venda e com base nos montantes estimados dos custos da garantia que se espera incorrer. Essas estimativas são baseadas em diversos fatores, incluindo despesas históricas com garantias e experiência com custos, tipo e duração da cobertura da garantia, volume e variedade de aeronaves vendidas e em operação e da cobertura da garantia disponível dos fornecedores correspondentes. Os custos reais da garantia do produto podem ter padrões diferentes da nossa experiência prévia, principalmente quando uma nova família de aeronaves inicia seus serviços de receita, o que pode exigir que aumentemos a provisão de garantia do produto. O período de garantia varia de três anos para peças sobressalentes a cinco anos para componentes que sejam parte da aeronave no momento da venda.

c) Garantias financeiras e de valor residual

A Companhia pode vir a oferecer garantias financeiras e garantias de valor residual relacionadas às aeronaves vendidas. A Embraer revisa o valor desses compromissos relativos ao valor justo futuro previsto da aeronave e, no caso de garantias financeiras, a situação de crédito do financiado. As provisões e perdas são contabilizadas quando e se os pagamentos se tornam prováveis e podem ser estimados com razoabilidade. O valor justo futuro é estimado utilizando avaliações das aeronaves por terceiros, incluindo informações obtidas da venda ou *leasing* de aeronaves similares no mercado secundário. A situação de crédito de financiados que recebem garantias de crédito é avaliada pela análise de diversos fatores, incluindo avaliação de crédito realizada por terceiros e custos estimados do financiamento do beneficiário.

d) Participação na estrutura de vendas de aeronaves

Nos financiamentos estruturados, uma entidade compra aeronaves da Companhia, paga o preço total na entrega ou na conclusão da estrutura de financiamento e faz um contrato de *leasing* da aeronave em questão com o cliente final. Uma instituição financeira externa facilita o financiamento da compra de uma aeronave e uma parte do risco do crédito permanece com essa instituição.

Embora não tenha participação acionária, a Companhia controla as operações de algumas EPEs ou tem uma participação majoritária, absorvendo a maior parte das perdas esperadas destas entidades, se ocorrerem, ou recebendo a maior parte do retorno residual esperado, se ocorrer, ou ambos. Quando a Companhia deixa de ter o controle das operações, os ativos e passivos relativos à aeronave são desconsolidados do nosso balanço.

A Companhia determina que detém o controle das operações das EPEs ou participa de forma majoritária dos riscos e recompensas, principalmente com base na avaliação qualitativa. Isso inclui uma análise da estrutura de capital das EPEs, relações e termos contratuais, natureza das finalidades e operações das EPEs, natureza das participações nas EPEs emitidas e a participação da Companhia na entidade que cria ou absorve variabilidade. São avaliados o projeto das EPEs e os riscos associados aos quais a entidade e os detentores de participação variável estão expostos na avaliação da consolidação. Em casos limitados, quando pode não estar claro sob o ponto de vista qualitativo se a Companhia possui o controle, é utilizado uma análise quantitativa para calcular a probabilidade ponderada das perdas esperadas e a probabilidade ponderada dos retornos residuais esperados usando a modelagem de fluxo de caixa e de medição estatística de riscos.

e) Redução ao valor recuperável dos ativos (*Impairment*)

Ativos não circulantes detidos para o uso estão sujeitos a uma avaliação de *impairment*, se os fatos e as circunstâncias indicarem que o valor contábil não é recuperável com base no maior entre os fluxos de caixa futuros descontados ou valor líquido de venda do ativo. Os ativos são agrupados de acordo com as várias famílias de aeronaves produzidas pela Companhia. São utilizados vários pressupostos ao determinar o fluxo de caixa descontado a valor presente, incluindo as previsões de fluxos de caixa futuros, que se baseiam na melhor estimativa de vendas e custos operacionais futuros, de acordo, principalmente, com pedidos firmes existentes, pedidos futuros esperados, contratos com fornecedores e condições gerais do mercado. Mudanças nessas previsões podem alterar, de forma significativa, o valor de uma perda por *impairment*, se houver. Os valores escriturais líquidos dos ativos correspondentes são ajustados, quando o valor recuperável é menor que o valor contábil.

f) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são cotados em um mercado ativo é determinado utilizando-se técnicas de valorização. A Companhia utiliza seu julgamento para a seleção de métodos e utiliza premissas baseadas em condições de mercado existentes ao final de cada data de balanço.

g) Imposto de renda e contribuição social

A Companhia está sujeita ao imposto de renda em diversos países em que opera. É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda nesses diversos países. Em muitas operações, a determinação final do imposto é incerta. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos forem devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

Os valores contábeis das demonstrações financeiras da Controladora são apurados na moeda funcional (Dólar) enquanto que a base de cálculo do imposto de renda sobre ativos e passivos é determinada na moeda brasileira (Real). Portanto, flutuações na taxa de câmbio podem afetar significativamente o valor da despesa de imposto de renda reconhecida em cada exercício, principalmente decorrente do impacto sobre os ativos não monetários.

Se a taxa de câmbio apresentasse uma diferença de 10% em 31 de dezembro de 2011, o imposto de renda e contribuição social diferidos, relacionados a certos ativos não monetários, precisaria diminuir o ativo de imposto de renda diferido em cerca de R\$ 193 milhões, caso o Real depreciasse em relação ao Dólar, ou aumentar o ativo de imposto de renda diferido em cerca de R\$ 193 milhões, caso o Real apreciasse em relação ao Dólar.

4 PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS RECENTES

Pronunciamentos contábeis existentes que ainda não estão em vigor e que não foram adotados pela Companhia

As normas e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis da Companhia iniciados em 1º de janeiro de 2013 sendo que não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Companhia.

- IAS 19 - "Benefícios a Empregados" alterada em junho de 2011. Os principais impactos das alterações são: (i) eliminação da abordagem de corredor, (ii) reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais em outros resultados abrangentes conforme ocorram, (iii) reconhecimento imediato dos custos dos serviços passados no resultado, e (iv) substituição do custo de participação e retorno esperado sobre os ativos do plano por um montante de participação líquida, calculado através da aplicação da taxa de desconto ao ativo (passivo) do benefício definido líquido. A Companhia não espera que esta alteração gere impactos nas demonstrações financeiras. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

- IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em Outro resultado abrangente e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A Companhia está analisando os impactos nas demonstrações financeiras. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.

- IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas" apóia-se em princípios já existentes, identificando o conceito de controle como fator preponderante para determinar se uma entidade deve ou não ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora. A norma fornece orientações adicionais para a determinação do controle. A Companhia não espera que esta alteração gere impactos nas demonstrações financeiras. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

- IFRS 11 - "Acordos em conjunto", emitido em maio de 2011. A norma provê reflexões mais realísticas dos acordos em conjunto ao focar nos direitos e obrigações do acordo ao invés de sua forma legal. Há dois tipos de acordos em conjunto: (i) operações em conjunto - que ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos e obrigações contratuais e como consequência contabilizará sua parcela nos ativos, passivos, receitas e despesas; e (ii) controle compartilhado - ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos líquidos do contrato e contabiliza o investimento pelo método de equivalência patrimonial. O método de consolidação proporcional não será mais permitido com controle em conjunto. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013 e a Companhia deixará de consolidar proporcionalmente sua controlada em conjunto Atech Negócios em Tecnologias S.A. (Nota 14). Esta alteração não deve gerar mudanças no lucro líquido da Companhia, contudo haverá alterações nas rubricas intermediárias de sua demonstração de resultado contra rubrica de Equivalência patrimonial.

- IFRS 12 - "Divulgação de participação em outras entidades", trata das exigências de divulgação para todas as formas de participação em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associações, participações com fins específicos e outras participações não registradas contabilmente. A Companhia está analisando os impactos nas demonstrações financeiras. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

- IFRS 13 - "Mensuração de valor justo", emitido em maio de 2011. O objetivo do IFRS 13 é aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação para uso em IFRS. As exigências, que estão bastante alinhadas entre IFRS e US GAAP, não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas IFRS ou US GAAP. A Companhia está analisando os impactos nas demonstrações financeiras. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

5 INSTRUMENTOS FINANCEIROS ATIVOS POR CATEGORIA

a) Classificação por categoria

(i) Controladora

		2011			
		Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado		Hedge accounting	Total
Nota	Empréstimos e recebíveis				
Caixa e equivalentes de caixa	6	-	1.609.030	-	1.609.030
Contas a receber de sociedades controladas		1.300.287	-	-	1.300.287
Instrumentos financeiros ativos	7	-	1.250.803	-	1.250.803
Contas a receber de clientes, líquidas	8	330.225	-	-	330.225
Financiamento a clientes	9	136.135	-	-	136.135
Instrumentos financeiros derivativos - hedge valor justo	39	-	-	4.041	4.041
		1.766.647	2.859.833	4.041	4.630.521
		2010			
		Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado		Hedge accounting	Total
Nota	Empréstimos e recebíveis				
Caixa e equivalentes de caixa	6	-	-	1.668.509	1.668.509
Contas a receber de sociedades controladas		1.047.042	-	-	1.047.042
Instrumentos financeiros ativos	7	-	-	729.596	729.596
Contas a receber de clientes, líquidas	8	231.494	-	-	231.494
Financiamento a clientes	9	128.208	-	-	128.208
		1.406.744	2.398.105	4.041	3.804.849

(ii) Consolidado

		2011					
		Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado		Disponível para venda	Investimentos mantidos até o vencimento	Hedge accounting	Total
Nota	Empréstimos e recebíveis						
Caixa e equivalentes de caixa	6	-	2.532.671	-	-	-	2.532.671
Instrumentos financeiros ativos	7	-	1.403.301	15.620	97.274	-	1.516.195
Contas a receber vinculadas	10	914.689	-	-	-	-	914.689
Contas a receber de clientes, líquidas	8	949.187	-	-	-	-	949.187
Financiamento a clientes	9	191.875	-	-	-	-	191.875
Instrumentos financeiros derivativos	39	-	53.994	-	-	-	53.994
Instrumentos financeiros derivativos - hedge valor justo		-	-	-	-	4.041	4.041
		2.055.751	3.989.966	15.620	97.274	4.041	6.162.652
		2010					
		Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado		Investimentos mantidos até o vencimento	Hedge accounting	Total	
Nota	Empréstimos e recebíveis						
Caixa e equivalentes de caixa	6	-	-	2.321.199	-	-	2.321.199
Instrumentos financeiros ativos	7	-	-	1.207.270	101.716	-	1.308.986
Contas a receber vinculadas	10	896.814	-	-	-	-	896.814
Contas a receber de clientes, líquidas	8	581.943	-	-	-	-	581.943
Financiamento a clientes	9	117.459	-	-	-	-	117.459
Instrumentos financeiros derivativos	39	-	-	37.107	-	-	37.107
		1.596.216	3.565.576	101.716	4.041	5.263.508	

b) Risco de crédito dos instrumentos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Caixa e equivalentes de caixa	1.609.030	1.668.509	2.532.671	2.321.199
Instrumentos financeiros ativos	1.250.803	729.596	1.516.195	1.308.986
Total	2.859.833	2.398.105	4.048.866	3.630.185
Contraparte com avaliação externa:				
AAA	2.518.758	2.054.348	3.508.324	3.041.609
AA	170.405	213.440	236.355	388.323
A	160.646	130.317	293.488	200.253
BBB	10.024	-	10.699	-
Total	2.859.833	2.398.105	4.048.866	3.630.185
	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Contas a receber vinculadas	-	-	914.689	896.814
Contas a receber	330.225	231.494	949.187	581.943
Financiamento a clientes	136.135	128.208	191.875	117.459
Contas a receber de sociedades controladas	1.300.287	1.047.042	-	-
Total	1.766.647	1.406.744	2.055.751	1.596.216
Contraparte sem avaliação externa:				
Grupo 1	1.929	2.254	2.246	3.300
Grupo 2	52.093	63.958	194.287	293.967
Grupo 3	1.712.625	1.340.532	1.859.218	1.298.949
Total	1.766.647	1.406.744	2.055.751	1.596.216

6 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Caixa e bancos	10.290	6.765	252.792	171.217
Caixa e equivalentes				
Operações compromissadas (i)	128.434	843.611	128.434	843.611
Títulos privados (ii)	594.816	286.461	600.426	302.208
Depósitos a prazo fixo (iii)	854.100	331.311	1.412.416	635.773
Fundos de investimento (iv)	21.390	200.361	138.603	368.390
	1.609.030	1.668.509	2.532.671	2.321.199

As taxas de juros em 31 de dezembro de 2011, relacionadas às aplicações financeiras efetuadas em real e em dólar foram de 11,84% a.a. e 1,37% a.a. (10,05% a.a. e 1,58% a.a. em 31 de dezembro de 2010), respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os equivalentes de caixa eram compostos por:

(i) Referem-se às operações de compra de ativos com o compromisso de recompra a uma taxa previamente estabelecida pelas partes, lastreados substancialmente em títulos públicos, geralmente com prazo de um dia.

(ii) Referem-se, substancialmente, a Certificados de Depósito Bancário - CDBs, emitidos por instituições financeiras no Brasil, podendo ser resgatados em prazo inferior a 90 dias sem penalizar a remuneração.

(iii) Depósitos a prazo fixo junto a instituições financeiras de primeira linha com vencimento em até 90 dias a partir da data da contratação; e

(iv) Fundos de investimento (*Money Market Funds*) com liquidez diária e valor constante da cota em conformidade com as normas da SEC cujo portfólio de aplicações é composto por títulos emitidos por instituições de primeira linha no exterior.

7 INSTRUMENTOS FINANCEIROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado				
	2011	2010	2011	2010			
	Destinado à negociação		Destinado à negociação				
Investimentos							
Títulos públicos			854.559	566.065			
Títulos privados			97.930	33.743			
Depósito a prazo fixo			56.308	129.029			
Fundo de investimentos			241.247	-			
Outros			759	759			
			1.250.803	729.596			
Ativo Circulante			1.250.803	729.596			
Não Circulante			-	-			
	Consolidado		Consolidado				
	2011		2010				
	Destinado à negociação	Mantido até o vencimento	Disponível para venda	Total	Destinado à negociação	Mantido até o vencimento	Total
Investimentos							
Títulos públicos	858.959	-	-	858.959	566.065	3.946	570.011
Títulos privados	97.930	-	-	97.930	33.743	-	33.743
Depósito a prazo fixo	56.308	-	-	56.308	196.224	-	196.224
Fundo de investimentos	389.326	-	-	389.326	389.957	-	389.957
Títulos públicos (i)	-	25.088	-	25.088	20.505	36.223	56.728
Outros	778	72.186	15.620	88.584	776	61.547	62.323
	1.403.301	97.274	15.620	1.516.195	1.207.270	101.716	1.308.986
Ativo Circulante	1.403.282	10.283	-	1.413.565	1.207.253	14.945	1.222.198
Não Circulante	19	86.991	15.620	102.630	17	86.771	86.788

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os instrumentos financeiros ativos eram compostos por títulos em tesouraria e quotas de fundos exclusivos. As carteiras dos Fundos de Investimento Exclusivos (FIEs) no Brasil eram compostas, substancialmente, por títulos públicos federais de alta liquidez e por títulos emitidos por Instituições Financeiras no Brasil, registrados pelos seus valores de realização. Os fundos são exclusivamente para o benefício da Companhia e são administrados por terceiros que cobram taxas de gestão, administração e controladoria mensais. Os investimentos são ajustados ao valor de mercado diariamente com as alterações em valor justo refletidas no resultado das operações uma vez que a Companhia considere estes investimentos como Destinados à negociação.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, as carteiras dos Fundos de Investimento Exclusivos no exterior eram compostas por títulos públicos internacionais e emissões de corporações de primeira linha e de alta liquidez, registrados pelos seus valores de realização. Os investimentos são ajustados ao valor de Mercado diariamente com as alterações em valor justo refletidas no resultado das operações uma vez que a Companhia considere estes investimentos como Destinados à negociação.

Os referidos fundos de investimento não têm obrigações financeiras significativas. As obrigações financeiras limitam-se as taxas de gestão de ativos e as taxas de custódia, as taxas de auditoria e a despesas similares, e as quais já estão provisionadas no valor de cada ativo que compõe a carteira. Nenhum ativo da Companhia foi usado como garantia para essas obrigações e os credores dos fundos não têm direito de regresso contra o crédito geral da Companhia.

(i) Títulos da Dívida Pública Externa emitida pelo Governo Brasileiro que estão classificados como Destinados à negociação.

Os títulos classificados como Mantidos até o vencimento são recebíveis representados por títulos do Governo Brasileiro NTNs, que estão denominados em dólar, adquiridos pela Companhia de seus clientes, relacionados à equalização da taxa de juros a ser paga pelo Programa de Financiamento às Exportações - Proex, entre o 11º e 15º ano após a venda das respectivas aeronaves, os quais foram reconhecidos a valor presente, uma vez que a Companhia tem a intenção e a capacidade de manter em carteira.

8 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES, LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Clientes no exterior	250.153	194.104	615.306	515.558
Comando da Aeronáutica (i)	71.243	37.598	373.718	106.606
Clientes no País	20.344	10.390	35.833	21.200
	341.740	242.092	1.024.857	643.364
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(11.515)	(10.598)	(75.670)	(61.421)
	330.225	231.494	949.187	581.943
Menos - Circulante	330.225	231.494	948.759	580.781
Não Circulante	-	-	428	1.162

(i) Comando da Aeronáutica é considerado parte relacionada da Companhia.

O saldo do contas a receber e da receita reconhecida pelo método do POC totalizaram R\$ 199.846 e R\$ 592.042 em 31 de dezembro de 2011 e R\$ 224.147 e R\$ 805.225 em 31 de dezembro de 2010, respectivamente. Os valores de contas a receber estão líquidos dos adiantamentos de clientes.

Em 31 de dezembro de 2011, o contas a receber de R\$ 278.132 na Controladora e R\$ 754.900 no Consolidado (31 de dezembro de 2010 - R\$ 167.536 na Controladora e R\$ 287.976 no Consolidado) estavam totalmente adimplentes.

Em 31 de dezembro de 2011, o contas a receber de clientes no valor de R\$ 52.093 na Controladora e R\$ 194.287 no Consolidado (31 de dezembro de 2010 - R\$ 63.958 na Controladora e R\$ 293.967 no Consolidado) encontravam-se vencidas, mas não *impaired*. Essas contas referem-se a uma série de clientes independentes que não têm histórico de inadimplência recente. A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Até 90 dias	29.164	37.568	84.437	256.023
De 91 a 180 dias	10.674	13.314	42.773	22.173
Mais de 180 dias	12.255	13.076	67.077	15.771
	52.093	63.958	194.287	293.967

As contas a receber de clientes da Companhia são mantidas nas seguintes moedas:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Real	84.862	41.355	103.097	74.449
Dólar	245.363	190.139	755.538	420.993
Euro	-	-	90.353	85.782
Outras moedas	-	-	199	719
	330.225	231.494	949.187	581.943

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	Controladora			Consolidado		
	2011	2010	2009	2011	2010	2009
Saldo inicial	10.598	10.693	12.138	61.421	66.156	82.782
Varição cambial	564	(107)	(1.924)	6.561	(4.684)	(18.654)
Adição	774	2.521	539	9.995	24.991	8.979
Reversão	(408)	(46)	(38)	(1.515)	(2.229)	(4.339)
Baixas	(13)	(2.463)	(22)	(792)	(22.813)	(2.612)
Saldo final	11.515	10.598	10.693	75.670	61.421	66.156

9 FINANCIAMENTO A CLIENTES

Refere-se ao financiamento parcial de algumas vendas de aeronaves novas efetuadas pela Companhia, substancialmente denominadas em Dólar com taxa de juros média em 31 de dezembro de 2011 de 5,20% a.a. na Controladora e 5,16 % a.a. no Consolidado (31 de dezembro de 2010 de 5,20% a.a. na Controladora e 6,31% a.a. no Consolidado), tendo como garantia as aeronaves objeto dos financiamentos, e estão a valor presente, quando aplicável. Os vencimentos desses financiamentos são mensais, trimestrais e semestrais, classificados como a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Circulante	4.655	3.926	22.597	34.061
Não Circulante	131.480	124.282	169.278	83.398
Total	136.135	128.208	191.875	117.459

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a carteira de financiamentos a clientes estava adimplente.

Em 31 de dezembro de 2011, os vencimentos de longo prazo dos financiamentos a clientes são os seguintes:

	Controladora	Consolidado
2013	12.465	24.678
2014	8.945	19.909
2015	17.563	28.131
2016	32.728	37.483
2017	6.033	7.599
Após 2017	53.746	51.478
	131.480	169.278

10 CONTAS A RECEBER VINCULADAS E DÍVIDAS COM E SEM DIREITO DE REGRESSO

a) Contas a receber vinculadas

	Consolidado	
	2011	2010
Pagamentos mínimos de arrendamentos a receber e outros	688.327	758.659
Valor residual estimado de imobilizado de arrendamento	859.867	763.786
Receitas não realizadas	(633.505)	(625.631)
Valor líquido a receber	914.689	896.814
Menos - Circulante	27.936	19.379
Não Circulante	886.753	877.435

Em 31 de dezembro de 2011, o montante classificado como ativo não circulante possui os seguintes vencimentos:

	Consolidado
2013	26.286
2014	21.795
2015	19.795
2016	27.000
2017	56.740
Após 2017	735.137
	886.753

b) Dívidas com e sem direito de regresso

	Consolidado	
	2011	2010
Com direito de regresso	820.109	738.482
Sem direito de regresso	47.648	45.086
	867.757	783.568
Menos - Circulante	586.797	186.314
Não circulante	280.960	597.254

Em 31 de dezembro de 2011, o montante classificado como passivo não circulante tem os seguintes vencimentos:

	Consolidado
2013	19.467
2014	20.234
2015	19.795
2016	27.000
2017	56.740
Após 2017	137.724
	280.960

11 ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Produtos em elaboração	1.420.741	1.004.328	1.486.742	1.182.064
Matéria-prima	1.015.865	1.014.891	1.329.311	1.253.771
Peças de reposição	245.077	183.945	673.951	536.456
Produtos acabados (i)	483.136	422.496	483.136	422.496
Mercadorias em trânsito	296.865	267.328	314.514	348.485
Aeronaves usadas à venda (ii)	-	-	234.906	221.218
Adiantamentos a fornecedores	19.943	19.999	105.149	58.625
Materiais de consumo	43.764	31.997	45.538	32.957
Provisão de ajuste ao valor de mercado (iii)	-	-	(119.406)	(138.588)
Provisão para obsolescência (iv)	(95.535)	(116.183)	(262.831)	(254.722)
	3.429.856	2.828.801	4.291.010	3.662.762
Menos - Circulante	<u>3.429.856</u>	<u>2.828.801</u>	<u>4.283.172</u>	<u>3.654.591</u>
Não Circulante	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>7.838</u>	<u>8.171</u>

(i) Aeronaves no estoque de produtos acabados em:

- 31 de dezembro de 2011: um EMBRAER 175, dois EMBRAER 190, um Legacy 600, três Legacy 650, quatro Phenom 100, três Phenom 300, dois Lineage e quatro Ipanema; e
- 31 de dezembro de 2010: três EMBRAER 190, um EMBRAER 195, um Legacy 600, um Legacy 650, cinco Phenom 100, seis Phenom 300, dois Lineage e um Ipanema;

Do total das aeronaves em estoque em 31 de dezembro de 2011, foram entregues até 14 de março de 2012, um EMBRAER 190, um EMBRAER 175, um Phenom 100 e um Phenom 300.

(ii) Encontrava-se no estoque como Aeronaves usadas à venda:

- 31 de dezembro de 2011: um EMB 120, dois EMBRAER 145, dois Legacy 600, dois EMBRAER 170, um EMBRAER 175, três EMBRAER 190, um PHENOM 300; e
- 31 de dezembro de 2010: um EMB 120, um Legacy 600, dois EMBRAER 170, um EMBRAER 175, três EMBRAER 190 e 25 Citation Ultra.

(iii) É constituída provisão para itens não movimentados há mais de dois anos e sem previsão de uso definido, de acordo com o programa de produção, bem como para cobrir eventuais perdas com estoques de almoxarifado e produtos em processo excessivos ou obsoletos, exceto para o estoque de peças de reposição, cuja provisão é constituída por obsolescência técnica ou itens sem movimentação há mais de seis anos. A movimentação da provisão para obsolescência:

	Controladora			Consolidado		
	2011	2010	2009	2011	2010	2009
Saldo inicial	116.183	154.119	182.396	254.722	277.474	301.282
Provisão	9.088	-	21.619	27.293	27.824	52.576
Baixa	(43.243)	(30.472)	-	(45.636)	(32.762)	(2.125)
Reversão	-	-	-	(5.390)	(2.806)	-
Efeito da variação cambial	<u>13.507</u>	<u>(7.464)</u>	<u>(49.896)</u>	<u>31.842</u>	<u>(15.008)</u>	<u>(74.259)</u>
Saldo final (Circulante)	<u>95.535</u>	<u>116.183</u>	<u>154.119</u>	<u>262.831</u>	<u>254.722</u>	<u>277.474</u>

As baixas apresentadas referem-se a materiais sucateados.

(iv) Refere-se à provisão constituída para ajuste ao valor de realização das aeronaves usadas conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado		
	2011	2010	2009
Saldo inicial	138.588	59.551	65.562
Provisão (i)	11.087	86.161	12.807
Baixa (ii)	(40.719)	-	-
Reversão	(6.286)	-	(552)
Efeito da variação cambial	<u>16.736</u>	<u>(7.124)</u>	<u>(18.266)</u>
Saldo final (Circulante)	<u>119.406</u>	<u>138.588</u>	<u>59.551</u>

(i) Constituição referente principalmente ao ajuste ao valor de mercado de aeronaves pré-series.

(ii) Refere-se a baixas realizadas em 2011 por conta da venda de aeronaves usadas.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, R\$ 22.257 do montante de estoques foram concedidos como garantia financeira.

12 OUTROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Crédito de impostos (i)	260.898	265.380	321.193	309.865
Depósito judicial (ii)	324.720	304.351	327.331	307.376
Crédito com fornecedores (iii)	72.529	43.559	73.243	44.610
Despesas pagas antecipadamente	44.500	32.017	63.752	47.291
Adiantamentos a empregados	25.292	24.718	26.656	26.092
Ativo de indenização (iv)	-	-	28.897	-
Adiantamento de comissão	11.607	1.972	11.607	1.972
Adiantamentos para serviços prestados	7.097	6.403	7.724	6.505
Seguros a receber	5.197	15.594	5.260	15.604
Caixa restrito	-	-	3.314	47.748
Empréstimo compulsório	-	-	1.510	1.318
Penhoras e cauções	492	669	1.451	9.191
Adiantamento para futuro aumento de capital	12.600	126.848	-	-
Outros	<u>19.962</u>	<u>24.010</u>	<u>40.962</u>	<u>36.322</u>
	784.894	845.521	912.900	853.894
Menos - Circulante	<u>363.497</u>	<u>354.032</u>	<u>452.537</u>	<u>458.797</u>
Não Circulante	<u>421.397</u>	<u>491.489</u>	<u>460.363</u>	<u>395.097</u>

(i) Crédito de impostos:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Imposto de renda e Contribuição social retidos na fonte	119.918	151.904	135.174	168.033
ICMS e IPI	73.375	50.569	111.505	66.461
PIS e COFINS	57.765	53.508	63.778	57.584
Outros	<u>9.840</u>	<u>9.399</u>	<u>10.736</u>	<u>17.787</u>
	260.898	265.380	321.193	309.865
Menos - Circulante	<u>184.910</u>	<u>217.997</u>	<u>233.628</u>	<u>249.006</u>
Não Circulante	<u>75.988</u>	<u>47.383</u>	<u>87.565</u>	<u>60.859</u>

(ii) Refere-se aos dispositivos decorrentes de processos judiciais, substancialmente à contribuição social sobre o lucro líquido incidente sobre receitas de exportação. Há um valor de contas a pagar constituído no passivo (Nota 24).

(iii) Corresponde a retrabalhos realizados em produtos fornecidos por terceiros, os quais serão reembolsados consoante termos contratuais.

(iv) Ativo registrado no processo de combinação de negócios, nas quais a Companhia negociou o direito de indenização pelos vendedores, para passivos reconhecidos que venham a serem exigidos.

13 DEPÓSITOS EM GARANTIA

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Garantia de estrutura de vendas (i)	-	-	503.465	439.137
Garantia de financiamentos de vendas (ii)	376.293	331.694	376.293	331.694
Outras	4.115	3.394	4.433	3.672
Total (Não Circulante)	380.408	335.088	884.191	774.503

(i) Valores em Dólar depositados em uma conta de caução como garantia de financiamento de certas aeronaves vendidas. Caso o fiador da dívida (parte não relacionada) seja requerido a pagar ao credor do financiamento, o fiador terá direito ao saldo da conta de caução. O montante depositado será liberado por ocasião do vencimento dos contratos de financiamento (de 2013 a 2021) caso não ocorra inadimplência do comprador das aeronaves. Os juros sobre a conta de caução são adicionados ao saldo do principal e reconhecidos pela Companhia como Receita financeira.

Buscando assegurar rentabilidade compatível com o prazo da caução, em 2004, a Embraer aplicou US\$ 123.400 mil, de principal em notas estruturadas. Em caso de evento de "default" da Embraer, tais notas terão seus vencimentos antecipados, e serão realizadas pelo seu valor de mercado, limitando-se, no mínimo, aos valores originalmente aplicados. A diferença entre o valor de mercado e o valor aplicado, se positiva, será paga à Companhia em forma de títulos ou empréstimos da mesma. Eventos de "default" que podem antecipar o vencimento das notas são, entre outros: (a) insolvência ou concordata da Embraer; e (b) inadimplência ou reestruturação de dívidas da Embraer em contratos de financiamento. Em 2010 o montante US\$ 26.385 mil de principal foi transferido para investimentos de longo prazo, uma vez que cessou o gravame sobre tal parcela. Os juros apurados mensalmente são incorporados ao principal e reconhecidos como receita financeira do exercício.

(ii) Aplicações financeiras denominadas em Dólar, vinculadas às estruturas de vendas, cuja desvinculação depende da conclusão dessas estruturas. Essas aplicações são remuneradas com base na variação da Libor anual.

14 INVESTIMENTOS

a) Valores dos investimentos

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Em sociedades controladas:				
Aero Seating Technologies LLC	-	-	5.163	-
ECC do Brasil Cia. de Seguros - ECC	4.071	4.003	-	-
ELEB Equipamentos Ltda. - ELEB	102.817	74.827	-	-
Embraer Austrália PTY Ltd. - EAL	574	681	-	-
Embraer Aircraft Holding Inc. - EAH	403.044	352.155	-	-
Embraer Ásia Pacific PTE Ltd. - EAP	-	21.576	-	-
Embraer Aviation Europe SAS - EAE	266.942	171.195	-	-
Embraer Cataluña S.L.	358.345	-	-	-
Embraer Credit Ltd. - ECL	8.228	6.160	-	-
Embraer Defesa e Segurança Part. S.A.	103.447	-	-	-
Embraer GPX Ltda. - GPX	6.129	1.949	-	-
Embraer Netherlands B.V. - ENL	56.871	-	-	-
Embraer Overseas Limited - EOS	18.919	15.905	-	-
Embraer Representation LLC - ERL	151.864	190.949	-	-
Embraer Spain Holding Co. S.L. - ESH	1.174.204	1.429.609	-	-
EPEs	46.216	-	-	-
Indústria Aeronáutica Neiva Ltda. - NEIVA	5.190	-	-	-
Outros	-	-	8	8
	2.706.861	2.269.009	5.171	8

b) Movimentação do investimento na Controladora

	Saldo em 2010	Equival. patrim.	Var. camb./ajuste acumulado conversão	Baixa/transfêrência	Adição	Transfer. p/prov. p/passivo a descoberto	Saldo em 2011
ECC do Brasil Cia. de Seguros - ECC	4.003	(35)	103	-	-	-	4.071
ELEB Equipamentos Ltda. - ELEB	74.827	15.536	12.454	-	-	-	102.817
Embraer Austrália PTY Ltd. - EAL	681	(176)	69	-	-	-	574
Embraer Aircraft Holding Inc. - EAH	352.155	7.540	43.349	-	-	-	403.044
Embraer Ásia Pacific PTE Ltd. - EAP	21.576	5.194	1.526	(28.296)	-	-	-
Embraer Aviation Europe SAS - EAE	171.195	77.476	18.271	-	-	-	266.942
Embraer Cataluña S.L.	-	21.299	5.809	331.237	-	-	358.345
Embraer Credit Ltd. - ECL	6.160	1.156	912	-	-	-	8.228
Embraer Defesa e Segurança Part. S.A.	-	1.753	10.969	-	90.725	-	103.447
Embraer GPX Ltda. - GPX	1.949	4.180	-	-	-	-	6.129
Embraer Netherlands B.V. - ENL	-	2.164	3.851	-	50.856	-	56.871
Embraer Overseas Limited - EOS	15.905	906	2.108	-	-	-	18.919
Embraer Representation LLC - ERL	190.949	(57.337)	18.252	-	-	-	151.864
Embraer Spain Holding Co. S.L. - ESH	1.429.609	(90.746)	166.578	(331.237)	-	-	1.174.204
EPEs	-	45.258	958	-	-	-	46.216
Indústria Aeronáutica Neiva Ltda. - NEIVA	-	5.781	(60)	-	-	(531)	5.190
	2.269.009	39.949	285.149	(28.296)	141.581	(531)	2.706.861

	Saldo em 2009	Equival. patrim.	Var.camb./ajuste acumulado conversão	Adição	Transfer. p/ prov. p/ passivo a descoberto	Saldo em 2010
ECC do Brasil Cia. de Seguros - ECC	4.017	(14)	-	-	-	4.003
ELEB Equipamentos Ltda. - ELEB	57.210	21.861	(4.244)	-	-	74.827
Embraer Austrália PTY Ltd. - EAL	811	(209)	79	-	-	681
Embraer Aircraft Holding Inc. - EAH	356.720	11.961	(16.526)	-	-	352.155
Embraer Ásia Pacific PTE Ltd. - EAP	18.984	3.705	(1.113)	-	-	21.576
Embraer Aviation Europe SAS - EAE	177.414	14.848	(21.067)	-	-	171.195
Embraer Credit Ltd. - ECL	5.206	1.244	(290)	-	-	6.160
Embraer GPX Ltda. - GPX	318	1.631	-	-	-	1.949
Embraer Overseas Limited - EOS	15.677	949	(721)	-	-	15.905
Embraer Representation LLC - ERL	253.597	(52.972)	(9.676)	-	-	190.949
Embraer Spain Holding Co. S.L. - ESH	1.561.012	(73.737)	(73.882)	16.216	-	1.429.609
Indústria Aeronáutica Neiva Ltda. - NEIVA	-	790	(24)	-	(766)	-
	2.450.966	(69.943)	(127.464)	16.216	(766)	2.269.009

	Saldo em 01/01/2009	Equival. patrim.	Var. camb./ajuste acumulado conversão	Dividendos	Adição	Transfer. p/ prov. p/ passivo a descoberto	Saldo em 2009
ECC do Brasil Cia. de Seguros - ECC	4.468	(35)	(258)	(158)	-	-	4.017
ELEB Equipamentos Ltda. - ELEB	87.261	(7.406)	(22.647)	2	-	-	57.210
Embraer Austrália PTY Ltd. - EAL	1.270	(398)	(61)	-	-	-	811
Embraer Aircraft Holding Inc. - EAH	222.347	13.470	(57.932)	-	178.835	-	356.720
Embraer Ásia Pacific PTE Ltd. - EAP	24.577	1.571	(7.164)	-	-	-	18.984
Embraer Aviation Europe SAS - EAE	174.865	48.696	(46.147)	-	-	-	177.414
Embraer Credit Ltd. - ECL	5.329	1.416	(1.539)	-	-	-	5.206
Embraer GPX Ltda. - GPX	1	314	3	-	-	-	318
Embraer Overseas Limited - EOS	9.699	11.651	(5.673)	-	-	-	15.677
Embraer Representation LLC - ERL	304.340	33.261	(84.004)	-	-	-	253.597
Embraer Spain Holding Co. S.L. - ESH	2.032.382	47.255	(518.625)	-	-	-	1.561.012
Indústria Aeronáutica Neiva Ltda. - NEIVA	1.146	(2.604)	(797)	-	-	2.255	-
	2.867.685	147.191	(744.844)	(156)	178.835	2.255	2.450.966

c) Informações relativas às controladas diretas

	2011				
	Participação no capital social %	Total dos ativos	Total dos passivos	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) do exercício
ECC do Brasil Cia. de Seguros - ECC	99,99	4.707	636	4.071	(35)
ELEB Equipamentos Ltda. - ELEB	100,00	275.403	167.907	107.496	14.076
Embraer Austrália PTY Ltd. - EAL	100,00	1.134	560	574	(176)
Embraer Aircraft Holding Inc. - EAH	100,00	657.785	245.000	412.785	12.996
Embraer Aviation Europe SAS - EAE	100,00	300.377	31.630	268.747	69.152
Embraer Cataluña S.L.	100,00	450.299	91.953	358.346	21.299
Embraer Credit Ltd. - ECL	100,00	50.293	42.065	8.228	1.156
Embraer Defesa e Segurança Part.S.A.	100,00	103.447	-	103.447	1.753
Embraer GPX Ltda. - GPX	99,99	31.909	25.780	6.129	4.180
Embraer Netherlands B.V. - ENL	100,00	74.843	17.972	56.871	2.164
Embraer Overseas Limited - EOS	100,00	1.688.745	1.669.826	18.919	906
Embraer Representation LLC - ERL	100,00	197.281	45.417	151.864	(57.337)
Embraer Spain Holding Co. S.L. - ESH	100,00	1.182.157	7.954	1.174.203	(90.746)
Indústria Aeronáutica Neiva Ltda. - NEIVA	99,99	23.436	18.086	5.350	5.814
					(14.798)

	2010				
	Participação no capital social %	Total dos ativos	Total dos passivos	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) do exercício
ECC do Brasil Cia. de Seguros - ECC	99,99	4.111	5	4.106	(14)
ELEB Equipamentos Ltda. - ELEB	99,99	252.010	170.880	81.130	24.929
Embraer Austrália PTY Ltd. - EAL	100,00	1.137	455	682	(209)
Embraer Aircraft Holding Inc. - EAH	100,00	508.183	152.674	355.509	12.192
Embraer Ásia Pacific PTE Ltd. - EAP	100,00	127.315	105.738	21.577	3.705
Embraer Aviation Europe SAS - EAE	100,00	176.883	1.714	175.169	17.017
Embraer Credit Ltd. - ECL	100,00	44.517	38.358	6.159	1.244
Embraer GPX Ltda. - GPX	99,99	17.176	15.227	1.949	1.631
Embraer Overseas Limited - EOS	100,00	1.497.332	1.481.428	15.904	949
Embraer Representation LLC - ERL	100,00	250.047	59.098	190.949	(52.972)
Embraer Spain Holding Co. S.L. - ESH	100,00	1.466.041	36.432	1.429.609	(73.739)
Indústria Aeronáutica Neiva Ltda. - NEIVA	99,99	22.671	23.152	(481)	726
					(64.541)

	2009				
	Participação no capital social %	Total dos ativos	Total dos passivos	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) do exercício
ECC do Brasil Cia. de Seguros - ECC	99,99	4.122	2	4.120	(33)
ELEB Equipamentos Ltda. - ELEB	99,99	268.331	208.606	59.725	(8.128)
Embraer Austrália PTY Ltd. - EAL	100,00	1.222	410	812	(348)
Embraer Aircraft Holding Inc. - EAH	100,00	504.849	144.902	359.947	9.226
Embraer Ásia Pacific PTE Ltd. - EAP	100,00	139.906	120.922	18.984	672
Embraer Aviation Europe SAS - EAE	100,00	183.070	3.699	179.371	40.884
Embraer Credit Ltd. - ECL	100,00	46.852	41.647	5.205	1.233
Embraer GPX Ltda. - GPX	99,99	8.034	7.716	318	314
Embraer Overseas Limited - EOS	100,00	1.562.339	1.546.663	15.676	8.438
Embraer Representation LLC - ERL	100,00	291.670	38.073	253.597	26.807
Embraer Spain Holding Co. S.L. - ESH	100,00	1.588.079	27.067	1.561.012	44.664
Indústria Aeronáutica Neiva Ltda. - NEIVA	99,99	21.367	22.574	(1.207)	(1.706)
					122.023

Para apuração da equivalência patrimonial foram excluídos lucros não realizados nas operações tanto de venda da Controladora para a controlada quanto da controlada para a Controladora ou entre as controladas.

d) Aquisição de novas participações

(i) Aquisição de participação em controlada

Em 13 de maio de 2011, por meio da Embraer Defesa e Segurança Participações S.A, a Companhia adquiriu 90% do capital, da Orbisat por R\$ 41.602, em caixa. A Orbisat detém uma tecnologia cuja aquisição trará soluções importantes para o desenvolvimento e a fabricação de sistemas de monitoramento e de defesa anti-aérea a nível internacional.

	Acervo líquido em 13/05/11
Orbisat	
Caixa e equivalentes de caixa	879
Contas a receber	739
Estoques	251
Ativos intangíveis gerados na combinação de negócios	36.270
Ativos fixos	21.866
Outros ativos	18.146
Financiamentos	(24.037)
Fornecedores	(1.432)
Adiantamento clientes	(5.463)
Impostos e encargos sociais a recolher	(3.282)
Impostos diferidos	(3.189)
Outros passivos	(26.089)
Valor líquido dos ativos e passivos a valor justo	14.659
Participação de não controladores (10%)	(1.466)
Valor pago pela participação de 90% no capital	(41.602)
Ágio por rentabilidade futura	(28.409)

Durante os trabalhos de mensuração, concluídos em 31 de dezembro de 2011, foram identificados ativos intangíveis referentes ao desenvolvimento tecnológico e carteira de clientes no valor total de R\$ 36.270, suportados por laudo de Consultoria externa.

O ágio de R\$ 28.409 reflete principalmente a sinergia esperada na atuação da Embraer Defesa e Segurança em liderar o processo de fortalecimento da indústria brasileira de defesa e segurança, pois detém grande capacitação em gestão de integração de tecnologia de sistemas, estando credenciada a diversificar e investir em outras áreas no setor de defesa com foco nas prioridades do Governo Brasileiro. Com relação ao ágio decorrente da rentabilidade futura, previsto na legislação fiscal, a Companhia pretende, exauridas as condições necessárias, utilizá-lo na forma da lei.

A receita líquida e o prejuízo líquido auferidos pela Orbisat durante o exercício de 2011, totalizaram R\$ 61.738 e R\$ 8.858 respectivamente, dos quais R\$ 38.453 da receita líquida e R\$ 504 de prejuízo líquido, foram gerados entre a data da aquisição e o encerramento do exercício.

(ii) Aquisição de participação em entidade controlada em conjunto

Em 1º de abril de 2011, por meio da Embraer Defesa e Segurança Participações S.A., a Companhia adquiriu 50% do capital da Atech Negócios em Tecnologias S.A. por R\$ 36.014. Na negociação foram acordados pagamentos contingentes, condicionados a performance do EBITDA de 2010 a 2012. Em 2010, a Atech superou a meta de EBITDA, consequentemente a Companhia efetuou um pagamento contingente de R\$ 8.600. Em 2011 a Atech não atingiu a meta de EBITDA, consequentemente a Companhia reconheceu um contas a receber que somado à estimativa de performance do EBITDA de 2012, totalizou R\$ 9.740.

A sinergia proveniente desta aliança visa assegurar maior satisfação dos clientes no longo prazo, através de soluções mais abrangentes em sistemas complexos.

	Acervo líquido (i) em 01/04/11
Atech	
Caixa e equivalentes de caixa	2.482
Contas a receber	1.314
Ativos intangíveis gerados na combinação de negócios	3.217
Ativos fixos	44
Outros ativos	12.042
Fornecedores	(752)
Adiantamento clientes	(3.075)
Contas a pagar	(951)
Impostos diferidos	(990)
Outros passivos	(10.730)
Valor líquido dos ativos e passivos a valor justo	2.601
Valor pago pela participação de 50% no capital	(36.014)
Pagamentos contingentes	1.140
Ágio por rentabilidade futura	(32.273)

(i) estes valores representam 50% (participação adquirida) da posição financeira da Atech.

Durante os trabalhos de mensuração, concluídos em 31 de dezembro de 2011, foram identificados ativos intangíveis referentes a carteira de clientes no valor total de R\$ 3.217, suportados por laudo de Consultoria externa.

O ágio de R\$ 32.273 reflete a capacidade para o desenvolvimento de produtos e serviços na área de sistemas de comando, controle, computação, comunicações e inteligência (C4I). Com relação ao ágio decorrente da rentabilidade futura, previsto na legislação fiscal, a Companhia pretende, exauridas as condições necessárias, utilizá-lo na forma da lei.

A receita líquida e o lucro líquido auferidos pela Atech durante o exercício de 2011, totalizaram R\$ 30.411 e R\$ 2.480 respectivamente, dos quais R\$ 20.152 da receita líquida e R\$ 1.127 de lucro líquido, foram gerados entre a data da aquisição e o encerramento do exercício.

A Companhia não possuía compromissos firmes de compra ou venda de participações da Atech e esta não possuía compromissos firmes de compra ou venda de participações em outras sociedades.

(iii) Aquisição de participação em coligada

Em 4 de agosto de 2011, por meio da Embraer Aircraft Holding Inc., a Companhia assinou um contrato de compra de 36,7% do capital social da AST - Aero Seating Technologies LLC, empresa domiciliada nos Estados Unidos da América, através de um aporte de R\$ 5.600.

(iv) Aquisição de participação em outras sociedades

Em 19 de agosto de 2011, por meio da Embraer Defesa e Segurança Participações S.A., a Companhia adquiriu 25% do capital da AEL Sistemas S.A. subsidiária da Elbit Systems Ltd., empresa domiciliada em Israel. De acordo com o contrato celebrado entre as partes, a Embraer Defesa e Segurança Participações S.A. não terá influência sobre a gestão da AEL, desta forma, este investimento é mensurado como um instrumento financeiro.

15 PARTES RELACIONADAS

a) Operações com partes relacionadas

Operações com partes relacionadas são transações realizadas entre a Controladora com suas subsidiárias diretas ou indiretas descritas na Nota 2.1 b ou acionistas diretos ou indiretos (Banco do Brasil, BNDES e Comando da Aeronáutica) e referem-se basicamente a:

- valores ativos: (i) contas a receber das controladas pela venda de peças de reposição e aeronaves e desenvolvimento de produtos, em condições semelhantes àquelas realizadas com terceiros, considerando-se os volumes, prazos, riscos envolvidos e políticas corporativas; (ii) contratos de mútuo com as subsidiárias no exterior com taxas de juros praticadas pela Companhia na captação de recursos em moeda estrangeira; (iii) recebimentos em nome da Embraer pela controlada EFL, sem remuneração; (iv) saldos em aplicações financeiras e (v) saldos em conta corrente bancária;

- valores passivos: (i) aquisição de partes de aeronaves e peças de reposição, em condições semelhantes aquelas realizadas com terceiros, considerando-se os volumes, prazos, riscos envolvidos e políticas corporativas; (ii) adiantamentos recebidos por conta de contratos de vendas, conforme cláusula contratual; (iii) comissão por venda de aeronaves e peças de reposição em condições semelhantes àquelas realizadas com terceiros; (iv) financiamentos para pesquisa e desenvolvimento de produtos a taxas de juros de mercado para esse tipo de modalidade de financiamento; (v) empréstimos e financiamentos nas condições normais de mercado; (vi) contratos de mútuo com as subsidiárias no exterior com taxas de juros praticadas pela Companhia na captação desses recursos e (vii) financiamentos à exportação;
- valores no resultado: (i) compra e venda de aeronaves, partes e peças de reposição e desenvolvimento de produtos para o mercado de defesa e segurança; (ii) receitas financeiras provenientes de contratos de mútuo e aplicações financeiras; (iii) encargos financeiros sobre financiamentos para pesquisa e desenvolvimento de produtos, financiamento de importação, financiamento à exportação e adiantamento de contrato de câmbio e (iv) despesas com comissão de vendas de aeronaves e peças de reposição.

(i) Controladora - 2011

	Circulante		Não circulante		Resultado financeiro	Lucro (prejuízo) líquido
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo		
Banco do Brasil S.A.	1.039.800	-	376.293	-	21.664	-
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	112	307.542	-	676.058	(36.765)	-
Comando da Aeronáutica	71.243	238.074	-	-	-	349.873
ECC do Brasil Cia. de Seguros - ECC	-	-	631	-	17	-
ECC Investment Switzerland AG. - SWIN	-	1	-	-	-	-
ECC Leasing Co. Ltd. - LESC	4.718	698	166.062	-	5.805	(1.895)
ELEB - Equipamentos Ltda.	3.016	5.780	50.738	-	2.666	(461)
Embraer Aircraft Customer Services, Inc. - EACS	127.029	52.082	-	-	-	(22.267)
Embraer Aircraft Holding Inc. - EAH	-	-	84.421	-	2.925	-
Embraer Aircraft Maintenance Services Inc. - EAMS	1.863	1.117	-	-	-	5
Embraer Aviation International SAS - EAI	62.938	16.053	-	-	-	(1.778)
Embraer Aviation Europe SAS - EAE	6	10.029	-	-	-	(29.618)
Embraer Ásia Pacific PTE. Ltd.	23.245	15.888	82.263	-	1.116	(21.587)
Embraer CAE Training Services - ECTS	-	2.711	-	-	-	823
Embraer CAE Training Services (UK Limited) - ECUK	-	185	-	-	-	-
Embraer Catalunha S.L. (ESH2)	-	-	92.223	-	218	-
Embraer China Aircraft Technical Services Co., Ltd. - BJC	7.540	7.453	-	-	-	(8.982)
Embraer Credit Ltd. - ECL	-	-	39.432	-	-	-
Embraer Europe SARL - EES	25	-	-	-	-	(13.452)
Embraer Executive Aircraft Inc. - MLB	41.369	938	-	-	-	5.438
Embraer Executive Jet Services - EEJS	1	2.272	-	-	-	-
Embraer Finance Ltd. - EFL	-	1.174	530.763	-	6.060	(39)
Embraer GPX Ltda. - GPXS	18.068	7.524	671	-	55	3.264
Embraer Netherlands BVA (ENL)	-	-	17.856	-	35	-
Embraer Services Inc. - ESI	241	3.646	-	-	-	(40)
Embraer Spain Holding Co. S.L. - ESH	-	-	5.297	-	1.742	-
Entidade de propósito específico - EPES	-	-	-	-	-	(140.025)
Financiadora de Estudo e Projetos - FINEP	-	44.825	-	247.849	(1.524)	-
Harbin Embraer Aircraft Industry Company Ltd. - HEAI	385	-	-	-	-	2.944
Indústria Aeronáutica Neiva Ltda. - NEIVA	6	-	12.600	-	-	7.427
OGMA - Indústria Aeronáutica de Portugal S.A.	103	1.371	-	-	-	27
Orbisat da Amazônia Indústria e Aerolevanteamento S.A.	815	-	26.934	-	2.057	526
	1.402.523	719.363	1.486.184	923.907	6.071	130.183

(ii) Controladora - 2010

	Circulante		Não circulante		Resultado financeiro	Lucro (prejuízo) líquido
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo		
Banco do Brasil S.A.	271.987	-	331.358	-	10.312	-
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	331	2.145	-	550.000	(37.325)	-
Comando da Aeronáutica	37.598	144.664	-	16.490	-	244.920
ECC Leasing Co. Ltd. - LESC	32.878	217	122.003	-	4.870	79.321
ELEB - Equipamentos Ltda.	3.251	12.434	45.192	-	2.055	(164.712)
Embraer Aircraft Customer Services, Inc. - EACS	69.699	12.457	-	-	259	45.639
Embraer Aircraft Holding Inc. - EAH	-	-	66.648	-	2.795	(1.419)
Embraer Aircraft Maintenance Services Inc. - EAMS	1.615	670	-	-	-	139
Embraer Ásia Pacific PTE Ltd. - EAP	17.651	3.731	72.804	-	1.612	(1.460)
Embraer Aviation Europe SAS - EAE	5	932	-	-	-	(1.932)
Embraer Aviation International SAS - EAI	28.499	40.509	-	-	129	(10.963)
Indústria Aeronáutica Neiva Ltda. - NEIVA	2.482	-	12.600	-	-	23.937
Embraer Australia PTY Ltd. - EAL	60	-	-	-	-	-
Embraer CAE Training Services - ECTS	-	2.473	-	-	-	(4.805)
Embraer CAE Training Services (UK Limited) - ECUK	1.050	1.376	-	-	-	1.858
Embraer China Aircraft Technical Services Co., Ltd. - BJC	673	1.326	-	-	-	(658)
Embraer Credit Ltd. - ECL	-	-	35.025	-	-	-
Embraer Europe SARL - EES	-	6.888	-	-	-	(14.290)
Embraer Executive Jet Services - EEJS	-	694	-	-	-	-
Embraer Finance Ltd. - EFL	-	184	575.702	-	7.190	-
Embraer GPX Ltda. - GPX	10.576	1.044	2.109	-	69	3.308
Embraer Representation LLC - ERL	-	(192)	-	-	-	(172.104)
Embraer Services Inc. - ESI	187	9.570	-	-	-	(42.590)
Embraer Spain Holding Co. S.L. - ESH	-	-	36.383	-	697	-
Entidade de propósito específico - EPES	-	-	114.248	-	-	-
Financiadora de Estudo e Projetos - FINEP	-	23.957	-	62.173	(1.026)	-
Harbin Embraer Aircraft Industry Company Ltd. - HEAI	4.317	-	-	-	-	22.052
OGMA - Indústria Aeronáutica de Portugal S.A.	18	1.034	-	-	-	(3.993)
	482.877	266.113	1.414.072	628.663	(8.363)	2.248

(iii) Controladora - 2009

	Resultado financeiro	Lucro (prejuízo) líquido
Banco do Brasil S.A.	(1.242)	-
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	(87.547)	-
Comando da Aeronáutica	-	275.360
ECC Leasing Co. Ltd. - LESC	4.274	(9.200)
ELEB - Equipamentos Ltda.	93	(121.353)
Embraer Aircraft Customer Services, Inc. - EACS	-	58.941
Embraer Aircraft Holding Inc. - EAH	3.144	-
Embraer Aircraft Maintenance Services Inc. - EAMS	-	345
Embraer Ásia Pacific PTE Ltd. - EAP	1.535	(266)
Embraer Aviation International SAS - EAI	-	16.699
Indústria Aeronáutica Neiva Ltda. - NEIVA	-	868
Embraer CAE Training Services - ECTS	-	3.558
Embraer Executive Jet Services - EEJS	-	50
Embraer Finance Ltd. - EFL	7.066	(1.493)
Embraer GPX Ltda. - GPX	15	(1.644)
Embraer Representation LLC - ERL	-	(392.084)
Embraer Services Inc. - ESI	-	(31.921)
Embraer Spain Holding Co. S.L. - ESH	1.277	-
Financiadora de Estudo e Projetos - FINEP	(1.258)	-
Harbin Embraer Aircraft Industry Company Ltd. - HEAI	-	11.688
OGMA - Indústria Aeronáutica de Portugal S.A.	-	(4.836)
	<u>(72.643)</u>	<u>(195.288)</u>

(iv) Consolidado - 2011

	Circulante		Não circulante		Resultado financeiro	Lucro líquido
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo		
Aero Seating Technologies LLC (AST)	-	-	-	2.814	-	-
Banco do Brasil S.A.	1.260.091	564.856	376.293	-	28.281	-
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	112	313.572	-	690.556	(38.714)	-
Comando da Aeronáutica	373.718	391.310	-	-	-	356.808
Financiadora de Estudo e Projetos - FINEP	-	45.130	-	247.849	(1.593)	-
	<u>1.633.921</u>	<u>1.314.868</u>	<u>376.293</u>	<u>941.219</u>	<u>(12.026)</u>	<u>356.808</u>

(v) Consolidado - 2010

	Circulante		Não circulante		Resultado financeiro	Lucro líquido
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo		
Banco do Brasil S.A.	599.764	164.945	331.358	331.358	17.536	-
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	331	7.988	-	570.222	(35.065)	-
Comando da Aeronáutica	106.606	266.563	-	16.490	-	358.862
Empresa Portuguesa de Defesa - EMPORDEF	-	-	-	12.996	-	-
Financiadora de Estudo e Projetos - FINEP	-	26.930	-	62.173	(778)	-
	<u>706.701</u>	<u>466.426</u>	<u>331.358</u>	<u>993.239</u>	<u>(18.307)</u>	<u>358.862</u>

(vi) Consolidado - 2009

	Resultado financeiro	Lucro líquido
Banco do Brasil S.A.	20.185	-
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	(91.740)	-
Comando da Aeronáutica	-	403.767
Financiadora de Estudo e Projetos - FINEP	(1.661)	-
	<u>(73.216)</u>	<u>403.767</u>

b) Relacionamento com o Governo Brasileiro

O Governo Brasileiro, por meio de participações diretas e indiretas e da propriedade de ação denominada *golden share*, é um dos principais acionistas da Companhia. Em 31 de dezembro de 2011, o Governo Brasileiro era proprietário da *golden share* e detinha participação indireta de 5,37% na Companhia, por meio da BNDESPAR, uma subsidiária integral do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social que é controlada pelo Governo Brasileiro. Portanto, as transações entre a Embraer e o Governo Brasileiro ou suas agências correspondem à definição de operações com partes relacionadas.

O Governo Brasileiro desempenha uma função importante nas atividades de negócios da Companhia, inclusive como:

- (i) cliente importante dos produtos de defesa e segurança (por meio da Força Aérea Brasileira);
- (ii) fonte de financiamento para pesquisa e desenvolvimento, por meio de instituições de desenvolvimento tecnológico, como FINEP e BNDES;
- (iii) agência de crédito para exportação (por meio do BNDES); e
- (iv) fonte de financiamentos de curto e longo prazo e fornecedor de serviços de administração de capital e de banco comercial (por meio do Banco do Brasil).

c) Remuneração do pessoal-chave da Administração, nos exercícios findos em 31 de dezembro:

	2011	2010
Benefícios de curto prazo (i)	27.765	28.759
Pagamento baseado em ações	7.648	3.217
Benefícios de rescisão de contrato de trabalho	747	-
Remuneração total	<u>36.160</u>	<u>31.976</u>

(i) Inclui ordenados, salários, participação nos lucros, bônus e indenização.

São considerados pessoal-chave da administração os membros da diretoria estatutária e do conselho de administração.

Durante 2011 e 2010 nenhuma remuneração foi paga relativa a benefícios pós-emprego ou benefícios de longo prazo.

16 IMOBILIZADO

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia revisou sua base de estimativas de vida útil para seus ativos imobilizados e não houve ajustes a serem efetuados nas taxas em relação àquelas utilizadas no exercício de 2010. As vidas úteis por classe de imobilizado em 31 de dezembro de 2011 são demonstradas a seguir:

Classes de ativo	Vida útil média ponderada (anos)
Edifícios e benfeitorias em terrenos	29
Instalações	20,5
Máquinas e equipamentos	11
Móveis e utensílios	7,5
Veículos	9,5
Aeronaves	12,5
Computadores e periféricos	5
Ferramental	10
Outros bens	5
"Pool" de peças de reposição	8,5

a) Controladora											Imobilizações em andamento (ii)		Total
	Terrenos	Edifícios e benfeitorias em terrenos	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Aeronaves (i)	Computadores e periféricos	Ferramental	Outros bens			
Custo do imobilizado bruto													
Saldo em 31.12.2010	16.998	477.189	198.801	428.817	51.704	12.330	1.446	154.306	453.736	5.359	3.051	1.803.737	
Adições	-	204	-	31.922	5.109	1.001	-	30.633	12.228	17.925	12.936	111.958	
Baixas	-	-	-	(1.089)	(664)	(338)	-	(1.027)	(41)	-	-	(3.159)	
Reclassificação*	-	6.599	636	(291)	1.051	657	-	(19.740)	29.427	(11.142)	(7.197)	-	
Efeito de conversão	2.138	60.873	25.101	56.981	7.191	1.754	182	20.215	60.998	2.511	638	238.582	
Saldo em 31.12.2011	<u>19.136</u>	<u>544.865</u>	<u>224.538</u>	<u>516.340</u>	<u>64.391</u>	<u>15.404</u>	<u>1.628</u>	<u>184.387</u>	<u>556.348</u>	<u>14.653</u>	<u>9.428</u>	<u>2.151.118</u>	
Depreciação acumulada													
Saldo em 31.12.2010	-	(146.221)	(132.274)	(270.144)	(27.208)	(9.008)	(1.446)	(137.131)	(212.737)	(1.856)	-	(938.025)	
Depreciação	-	(8.272)	(3.716)	(16.319)	(2.506)	(611)	-	(5.386)	(27.244)	(85)	-	(64.139)	
Baixas	-	-	-	722	112	336	-	395	-	-	-	1.565	
Reclassificação*	-	-	-	3	1	(33)	-	31	-	-	-	2	
Efeito de conversão	-	(19.382)	(17.085)	(35.838)	(3.714)	(1.186)	(182)	(17.850)	(30.340)	(241)	-	(125.818)	
Saldo em 31.12.2011	-	<u>(173.875)</u>	<u>(153.075)</u>	<u>(321.576)</u>	<u>(33.315)</u>	<u>(10.502)</u>	<u>(1.628)</u>	<u>(159.941)</u>	<u>(270.321)</u>	<u>(2.182)</u>	-	<u>(1.126.415)</u>	
Imobilizado líquido													
Saldo em 31.12.2010	16.998	330.968	66.527	158.673	24.496	3.322	-	17.175	240.999	3.503	3.051	865.712	
Saldo em 31.12.2011	19.136	370.990	71.463	194.764	31.076	4.902	-	24.446	286.027	12.471	9.428	1.024.703	

Custo do imobilizado bruto											Imobilizações em andamento (ii)		Total
	Terrenos	Edifícios e benfeitorias em terrenos	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Aeronaves (i)	Computadores e periféricos	Ferramental	Outros bens			
Saldo em 31.12.2009	17.763	490.925	203.295	470.522	51.395	12.278	1.511	153.257	456.552	3.622	7.587	1.868.707	
Adições	-	-	-	10.804	1.598	24	-	16.990	17.590	-	4.712	51.718	
Baixas	-	-	(48)	(30.187)	(554)	(319)	-	(659)	-	(3.230)	(8)	(35.005)	
Reclassificação*	-	7.822	4.576	(2.633)	1.599	917	-	(8.226)	1	5.170	(9.226)	-	
Efeito de conversão	(765)	(21.558)	(9.022)	(19.689)	(2.334)	(570)	(65)	(7.056)	(20.407)	(203)	(14)	(81.683)	
Saldo em 31.12.2010	<u>16.998</u>	<u>477.189</u>	<u>198.801</u>	<u>428.817</u>	<u>51.704</u>	<u>12.330</u>	<u>1.446</u>	<u>154.306</u>	<u>453.736</u>	<u>5.359</u>	<u>3.051</u>	<u>1.803.737</u>	
Depreciação acumulada													
Saldo em 31.12.2009	-	(144.347)	(134.750)	(270.679)	(26.378)	(9.161)	(1.511)	(134.404)	(186.706)	(1.940)	-	(909.876)	
Depreciação	-	(8.533)	(3.521)	(18.861)	(2.547)	(507)	-	(9.795)	(35.915)	-	-	(79.679)	
Baixas	-	-	43	7.000	474	253	-	678	-	-	-	8.448	
Reclassificação*	-	17	(7)	(6)	-	-	-	(4)	-	-	-	-	
Efeito de conversão	-	6.642	5.961	12.402	1.243	407	65	6.394	9.884	84	-	43.082	
Saldo em 31.12.2010	-	<u>(146.221)</u>	<u>(132.274)</u>	<u>(270.144)</u>	<u>(27.208)</u>	<u>(9.008)</u>	<u>(1.446)</u>	<u>(137.131)</u>	<u>(212.737)</u>	<u>(1.856)</u>	-	<u>(938.025)</u>	
Imobilizado líquido													
Saldo em 31.12.2009	17.763	346.578	68.545	199.843	25.017	3.117	-	18.853	269.846	1.682	7.587	958.831	
Saldo em 31.12.2010	16.998	330.968	66.527	158.673	24.496	3.322	-	17.175	240.999	3.503	3.051	865.712	

Custo do imobilizado bruto											Imobilizações em andamento (ii)		Total
	Terrenos	Edifícios e benfeitorias em terrenos	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Aeronaves (i)	Computadores e periféricos	Ferramental	Outros bens			
Saldo em 01.01.2009	21.573	594.029	229.409	561.312	66.360	16.338	2.075	202.913	588.709	4.947	98.002	2.385.667	
Adições	1.710	-	570	48.244	830	861	-	2.587	20.914	40.157	16.128	132.001	
Baixas	-	-	-	(19.828)	(303)	(1.271)	(35)	(2.423)	-	(1.225)	-	(25.085)	
Reclassificação*	315	58.936	39.975	34.076	1.689	456	-	2.359	-	(39.000)	(98.806)	-	
Efeito de conversão	(5.835)	(162.040)	(66.659)	(153.282)	(17.181)	(4.106)	(529)	(52.179)	(153.071)	(1.257)	(7.737)	(623.876)	
Saldo em 31.12.2009	<u>17.763</u>	<u>490.925</u>	<u>203.295</u>	<u>470.522</u>	<u>51.395</u>	<u>12.278</u>	<u>1.511</u>	<u>153.257</u>	<u>456.552</u>	<u>3.622</u>	<u>7.587</u>	<u>1.868.707</u>	
Depreciação acumulada													
Saldo em 01.01.2009	-	(169.812)	(164.073)	(329.781)	(31.418)	(11.817)	(2.047)	(170.907)	(211.651)	(2.604)	-	(1.094.110)	
Depreciação	-	(20.357)	(14.215)	(47.696)	(3.626)	(1.207)	(7)	(10.555)	(33.224)	-	-	(130.887)	
Baixas	-	-	-	19.627	247	823	21	2.396	-	-	-	23.114	
Efeito de conversão	-	45.822	43.538	87.171	8.419	3.040	522	44.662	58.169	664	-	292.007	
Saldo em 31.12.2009	-	<u>(144.347)</u>	<u>(134.750)</u>	<u>(270.679)</u>	<u>(26.378)</u>	<u>(9.161)</u>	<u>(1.511)</u>	<u>(134.404)</u>	<u>(186.706)</u>	<u>(1.940)</u>	-	<u>(909.876)</u>	
Imobilizado líquido													
Saldo em 01.01.2009	21.573	424.217	65.336	231.531	34.942	4.521	28	32.006	377.058	2.343	98.002	1.291.557	
Saldo em 31.12.2009	17.763	346.578	68.545	199.843	25.017	3.117	-	18.853	269.846	1.682	7.587	958.831	

*Transações que não afetam o caixa.

b) Consolidado

	Terrenos	Edifícios e benfeitorias em terrenos	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Aeronaves (i)	Computadores e periféricos	Ferramental	Outros bens	"Pool" de peças de reposição	Imobilizações em andamento (ii)	Total
Custo do imobilizado bruto													
Saldo em 31.12.2010	18.416	657.068	208.035	730.916	74.851	21.978	787.165	191.807	457.041	5.314	299.338	66.725	3.518.654
Adições	-	204	250	37.054	7.508	1.255	108.962	30.678	16.912	17.935	172.322	164.888	557.968
Adições - Aquisição em participações	-	-	29	36.322	292	27	5.152	1.992	-	116	-	667	44.597
Baixas	-	(39)	(19)	(7.042)	(1.663)	(485)	-	(3.365)	(41)	-	-	-	(12.654)
Redução ao valor recuperável dos ativos	-	-	-	-	-	-	(4.812)	-	-	-	-	-	(4.812)
Reclassificação*	-	60.573	930	7.238	1.059	657	(107.841)	(19.422)	37.599	(11.140)	136.733	(77.494)	28.892
Efeito de conversão	2.266	85.798	25.997	96.189	7.643	2.757	106.478	24.891	61.746	2.426	50.814	20.282	487.287
Saldo em 31.12.2011	<u>20.682</u>	<u>803.604</u>	<u>235.222</u>	<u>900.677</u>	<u>89.690</u>	<u>26.189</u>	<u>895.104</u>	<u>226.581</u>	<u>573.257</u>	<u>14.651</u>	<u>659.207</u>	<u>175.068</u>	<u>4.619.932</u>
Depreciação acumulada													
Saldo em 31.12.2010	-	(195.999)	(137.553)	(464.071)	(44.451)	(17.082)	(151.643)	(164.589)	(215.601)	(1.855)	(124.736)	-	(1.517.580)
Depreciação	-	(16.659)	(4.043)	(29.598)	(2.989)	(982)	(60.944)	(7.223)	(27.467)	(121)	(31.849)	-	(181.875)
Depreciação - Aquisição em participações	-	-	(11)	(22.503)	(61)	(7)	-	(1.068)	-	-	-	-	(23.650)
Baixas	-	-	17	6.769	1.094	483	344	2.535	-	-	-	-	11.242
Reclassificação*	-	-	(1)	3	1	(33)	9.748	30	-	-	-	-	9.748
Efeito de conversão	-	(26.773)	(17.733)	(55.443)	(5.532)	(2.028)	(24.688)	(21.286)	(30.729)	(241)	(12.703)	-	(197.156)
Saldo em 31.12.2011	<u>-</u>	<u>(239.431)</u>	<u>(159.324)</u>	<u>(564.843)</u>	<u>(51.938)</u>	<u>(19.649)</u>	<u>(227.183)</u>	<u>(191.601)</u>	<u>(273.797)</u>	<u>(2.217)</u>	<u>(169.288)</u>	<u>-</u>	<u>(1.899.271)</u>
Imobilizado líquido													
Saldo em 31.12.2010	18.416	461.069	70.482	266.845	30.400	4.896	635.522	27.218	241.440	3.459	174.602	66.725	2.001.074
Saldo em 31.12.2011	20.682	564.173	75.898	335.834	37.752	6.540	667.921	34.980	299.460	12.434	489.919	175.068	2.720.661
	Terrenos	Edifícios e benfeitorias em terrenos	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Aeronaves (i)	Computadores e periféricos	Ferramental	Outros bens	"Pool" de peças de reposição	Imobilizações em andamento (ii)	Total
Custo do imobilizado bruto													
Saldo em 31.12.2009	19.361	678.726	212.944	799.534	76.404	23.010	654.414	189.321	460.006	4.325	230.793	28.185	3.377.023
Adições	-	2.985	47	36.400	2.631	149	50.229	21.305	17.590	720	76.932	51.276	260.264
Baixas	-	(40)	(52)	(53.364)	(1.662)	(508)	(29.906)	(984)	-	(3.880)	-	(8)	(90.404)
Redução ao valor recuperável dos ativos	-	-	-	-	-	-	(21.933)	-	-	-	-	-	(21.933)
Reclassificação*	-	5.922	4.576	(8.422)	1.599	917	161.013	(8.191)	1	5.170	-	(10.740)	151.845
Efeito de conversão	(945)	(30.525)	(9.480)	(43.232)	(4.121)	(1.590)	(26.652)	(9.644)	(20.556)	(1.021)	(8.387)	(1.988)	(158.141)
Saldo em 31.12.2010	<u>18.416</u>	<u>657.068</u>	<u>208.035</u>	<u>730.916</u>	<u>74.851</u>	<u>21.978</u>	<u>787.165</u>	<u>191.807</u>	<u>457.041</u>	<u>5.314</u>	<u>299.338</u>	<u>66.725</u>	<u>3.518.654</u>
Depreciação acumulada													
Saldo em 31.12.2009	-	(189.190)	(139.924)	(490.012)	(44.711)	(17.939)	(132.773)	(162.551)	(189.403)	(1.940)	(90.935)	-	(1.459.378)
Depreciação	-	(16.119)	(3.861)	(28.980)	(3.917)	(899)	(44.494)	(11.978)	(36.216)	-	(33.355)	-	(179.819)
Baixas	-	39	46	16.699	1.458	442	16.578	968	-	-	-	-	36.230
Reclassificação*	-	17	(7)	(6)	-	-	1.331	(4)	-	-	-	-	1.331
Efeito de conversão	-	9.254	6.193	38.228	2.719	1.314	7.715	8.976	10.018	85	(446)	-	84.056
Saldo em 31.12.2010	<u>-</u>	<u>(195.999)</u>	<u>(137.553)</u>	<u>(464.071)</u>	<u>(44.451)</u>	<u>(17.082)</u>	<u>(151.643)</u>	<u>(164.589)</u>	<u>(215.601)</u>	<u>(1.855)</u>	<u>(124.736)</u>	<u>-</u>	<u>(1.517.580)</u>
Imobilizado líquido													
Saldo em 31.12.2009	19.361	489.536	73.020	309.522	31.693	5.071	521.641	26.770	270.603	2.385	139.858	28.185	1.917.645
Saldo em 31.12.2010	18.416	461.069	70.482	266.845	30.400	4.896	635.522	27.218	241.440	3.459	174.602	66.725	2.001.074
	Terrenos	Edifícios e benfeitorias em terrenos	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Aeronaves (i)	Computadores e periféricos	Ferramental	Outros bens	"Pool" de peças de reposição	Imobilizações em andamento (ii)	Total
Custo do imobilizado bruto													
Saldo em 01.01.2009	21.573	784.769	239.462	952.912	97.762	29.493	789.983	246.947	593.345	5.603	266.998	173.879	4.202.726
Adições	3.426	39.813	583	66.080	4.582	1.348	153.472	13.525	20.914	40.667	36.482	8.525	389.417
Baixas	-	-	(5)	(28.304)	(1.589)	(1.283)	(52.195)	(3.393)	-	(1.225)	-	(3.308)	(91.302)
Reclassificação*	315	68.281	41.626	60.763	663	765	(4.828)	(345)	-	(39.041)	-	(128.199)	-
Efeito de conversão	(5.953)	(214.137)	(68.722)	(251.917)	(25.014)	(7.313)	(232.018)	(67.413)	(154.253)	(1.679)	(72.687)	(22.712)	(1.123.818)
Saldo em 31.12.2009	<u>19.361</u>	<u>678.726</u>	<u>212.944</u>	<u>799.534</u>	<u>76.404</u>	<u>23.010</u>	<u>654.414</u>	<u>189.321</u>	<u>460.006</u>	<u>4.325</u>	<u>230.793</u>	<u>28.185</u>	<u>3.377.023</u>
Depreciação acumulada													
Saldo em 01.01.2009	-	(219.554)	(170.117)	(604.231)	(54.775)	(22.728)	(140.827)	(205.644)	(215.041)	(2.604)	(90.854)	-	(1.726.375)
Depreciação	-	(28.795)	(14.758)	(67.451)	(5.606)	(1.678)	(36.712)	(13.305)	(33.424)	-	(26.612)	-	(228.341)
Baixas	-	-	5	27.503	1.507	834	4.301	3.173	-	-	-	-	37.323
Efeito de conversão	-	59.159	44.946	154.167	14.163	5.633	40.465	53.225	59.062	664	26.531	-	458.015
Saldo em 31.12.2009	<u>-</u>	<u>(189.190)</u>	<u>(139.924)</u>	<u>(490.012)</u>	<u>(44.711)</u>	<u>(17.939)</u>	<u>(132.773)</u>	<u>(162.551)</u>	<u>(189.403)</u>	<u>(1.940)</u>	<u>(90.935)</u>	<u>-</u>	<u>(1.459.378)</u>
Imobilizado líquido													
Saldo em 01.01.2009	21.573	565.215	69.345	348.681	42.987	6.765	649.156	41.303	378.304	2.999	176.144	173.879	2.476.351
Saldo em 31.12.2009	19.361	489.536	73.020	309.522	31.693	5.071	521.641	26.770	270.603	2.385	139.858	28.185	1.917.645

*Transações que não afetam o caixa.

As aeronaves destinam-se a uso em ensaios, voos corporativos e arrendamento operacional e estão ajustadas ao valor de realização, quando aplicável. A Companhia possuía aeronaves contabilizadas no ativo imobilizado, como segue:

- 31 de dezembro de 2011: um EMB 120, 24 ERJ 145, sete EMBRAER 170, dois EMBRAER 175, dois EMBRAER 190, um Phenom 100 e dois Phenom 300.
- 31 de dezembro de 2010: cinco EMB 120, 28 ERJ 145, seis EMBRAER 170, um EMBRAER 175, um EMBRAER 190, dois Phenom 100 e dois de outros modelos.

Destas aeronaves, 35 estavam destinadas a arrendamento operacional, cinco para ensaios e uma para voos corporativos.

(i) Referem-se principalmente às obras para ampliação da capacidade instalada para atender à fabricação de novos produtos.

Na Controladora o montante de R\$ 53.000 (2010 - R\$ 71.209 e 2009 - R\$ 117.578) referente à despesa de depreciação foi debitada no resultado do exercício, na rubrica de Custo dos produtos e serviços vendidos, o montante de R\$ 1.998 (2010 - R\$ 1.021 e 2009 - R\$ 3.415) como Despesas comerciais e o montante de R\$ 9.141 (2010 - R\$ 7.449 e 2009 - R\$ 9.895) como Despesas administrativas.

No Consolidado o montante de R\$ 128.496 (2010 - R\$ 150.817 e 2009 - R\$ 201.088) referente à despesa de depreciação foi reconhecido no resultado na rubrica de Custo dos produtos vendidos, o montante de R\$ 35.769 (2010 - R\$ 16.240 e 2009 - R\$ 11.200) como Despesas comerciais e o montante de R\$ 17.610 (2010 - R\$ 12.762 e 2009 - R\$ 16.053) como Despesas administrativas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, não houve encargos financeiros capitalizados. Em 2010 totalizaram R\$ 197 com uma taxa de 4,05% a.a.

Em 31 de dezembro de 2011, R\$ 524.162 em bens do ativo imobilizado tinham sido dados em garantia de empréstimos e financiamentos e contingências trabalhistas.

17 INTANGÍVEL

Os ativos intangíveis desenvolvidos internamente referem-se aos gastos incorridos no desenvolvimento de programas para cada nova aeronave, incluindo serviços de suporte, mão de obra produtiva, material e mão de obra direta alocados para a construção de protótipos de aeronaves ou componentes significativos, bem como aplicações de tecnologias avançadas que visam tornar as aeronaves mais leves, silenciosas, confortáveis e eficientes em consumo de energia e em emissões, além de projetadas e fabricadas em menos tempo e com otimização de recursos.

a) Controladora

	Desenvolvido internamente			Adquirido de terceiros		Total
	Aviação Comercial	Aviação Executiva	Defesa e Segurança	Outros	Software	
Custo do intangível						
Saldo em 31.12.2010	1.578.360	876.610	39.709	1.652	168.200	2.664.531
Adições	24.897	313.088	474	332	21.952	360.743
Adições de contribuição de parceiros	(1.723)	(147.283)	-	-	-	(149.006)
Efeito de conversão	201.247	135.668	5.005	260	22.869	365.049
Saldo em 31.12.2011	<u>1.802.781</u>	<u>1.178.083</u>	<u>45.188</u>	<u>2.244</u>	<u>213.021</u>	<u>3.241.317</u>
Amortização acumulada						
Saldo em 31.12.2010	(1.145.091)	(229.192)	(37.132)	(1.230)	(118.053)	(1.530.698)
Amortizações	(120.008)	(76.929)	(193)	(356)	(11.357)	(208.843)
Amortizações de contribuição de parceiros	39.205	11.011	-	-	-	50.216
Efeito de conversão	(152.479)	(34.826)	(4.702)	(199)	(16.191)	(208.397)
Saldo em 31.12.2011	<u>(1.378.373)</u>	<u>(329.936)</u>	<u>(42.027)</u>	<u>(1.785)</u>	<u>(145.601)</u>	<u>(1.897.722)</u>
Intangível líquido						
Saldo em 31.12.2010	433.269	647.418	2.577	422	50.147	1.133.833
Saldo em 31.12.2011	424.408	848.147	3.161	459	67.420	1.343.595

	Desenvolvido internamente			Adquirido de terceiros		Total
	Aviação Comercial	Aviação Executiva	Defesa e Segurança	Outros	Software	
Custo do intangível						
Saldo em 31.12.2009	1.627.180	839.752	40.579	1.727	149.561	2.658.799
Adições	26.650	247.360	931	-	22.611	297.552
Adições de contribuição de parceiros	(4.191)	(169.989)	-	-	-	(174.180)
Efeito de conversão	(71.279)	(40.513)	(1.801)	(75)	(3.972)	(117.640)
Saldo em 31.12.2010	<u>1.578.360</u>	<u>876.610</u>	<u>39.709</u>	<u>1.652</u>	<u>168.200</u>	<u>2.664.531</u>
Amortização acumulada						
Saldo em 31.12.2009	(1.142.134)	(166.983)	(34.224)	(878)	(111.414)	(1.455.633)
Amortizações	(90.115)	88.954	(4.687)	(408)	(12.247)	(196.411)
Amortizações de contribuição de parceiros	35.296	17.165	-	-	-	52.461
Efeito de conversão	51.862	9.580	1.779	56	5.608	68.885
Saldo em 31.12.2010	<u>(1.145.091)</u>	<u>(229.192)</u>	<u>(37.132)</u>	<u>(1.230)</u>	<u>(118.053)</u>	<u>(1.530.698)</u>
Intangível líquido						
Saldo em 31.12.2009	485.046	672.769	6.355	849	38.147	1.203.166
Saldo em 31.12.2010	433.269	647.418	2.577	422	50.147	1.133.833

	Desenvolvido internamente			Adquirido de terceiros		Total
	Aviação Comercial	Aviação Executiva	Defesa e Segurança	Outros	Software	
Custo do intangível						
Saldo em 01.01.2009	2.156.155	931.301	53.643	2.318	175.678	3.319.095
Adições	37.827	355.844	711	-	19.909	414.291
Adições de contribuição de parceiros	(13.723)	(180.269)	-	-	-	(193.992)
Efeito de conversão	(553.079)	(267.124)	(13.775)	(591)	(46.026)	(880.595)
Saldo em 31.12.2009	<u>1.627.180</u>	<u>839.752</u>	<u>40.579</u>	<u>1.727</u>	<u>149.561</u>	<u>2.658.799</u>
Amortização acumulada						
Saldo em 01.01.2009	(1.425.607)	(182.877)	(44.895)	(676)	(133.770)	(1.787.825)
Amortizações	(145.964)	(48.775)	(773)	(402)	(13.312)	(209.226)
Amortizações de contribuição de parceiros	54.026	15.803	-	-	-	69.829
Efeito de conversão	375.411	48.866	11.444	200	35.668	471.589
Saldo em 31.12.2009	<u>(1.142.134)</u>	<u>(166.983)</u>	<u>(34.224)</u>	<u>(878)</u>	<u>(111.414)</u>	<u>(1.455.633)</u>
Intangível líquido						
Saldo em 01.01.2009	730.548	748.424	8.748	1.642	41.908	1.531.270
Saldo em 31.12.2009	485.046	672.769	6.355	849	38.147	1.203.166

b) Consolidado

	Desenvolvido internamente			Adquirido de terceiros			Total
	Aviação Comercial	Aviação Executiva	Defesa e Segurança	Outros	Software	Aquisição em participações	
Custo do intangível							
Saldo em 31.12.2010	1.599.163	921.747	41.759	7.182	216.167	-	2.786.018
Adições	25.978	319.849	1.721	(4.490)	21.962	-	365.020
Adições de contribuição de parceiros	(1.723)	(147.283)	-	-	-	-	(149.006)
Adições aquisição em participações	-	-	-	-	1.911	105.601	107.512
Efeito de conversão	203.965	142.104	5.343	1.527	28.366	3.670	384.975
Saldo em 31.12.2011	<u>1.827.383</u>	<u>1.236.417</u>	<u>48.823</u>	<u>4.219</u>	<u>268.406</u>	<u>109.271</u>	<u>3.494.519</u>
Amortização acumulada							
Saldo em 31.12.2010	(1.156.572)	(235.320)	(38.655)	(3.409)	(158.547)	-	(1.592.503)
Amortizações	(121.571)	(82.013)	(201)	(114)	(12.876)	(2.545)	(219.320)
Amortizações de contribuição de parceiros	39.205	11.011	-	-	-	-	50.216
Baixas	238	716	-	10	-	-	964
Efeito de conversão	(154.100)	(36.172)	(5.253)	(158)	(21.593)	(411)	(217.687)
Saldo em 31.12.2011	<u>(1.392.800)</u>	<u>(341.778)</u>	<u>(44.109)</u>	<u>(3.671)</u>	<u>(193.016)</u>	<u>(2.956)</u>	<u>(1.978.330)</u>
Intangível líquido							
Saldo em 31.12.2010	442.591	686.427	3.104	3.773	57.620	-	1.193.515
Saldo em 31.12.2011	434.583	894.639	4.714	548	75.390	106.315	1.516.189

	Desenvolvido internamente			Adquirido de terceiros		
	Aviação Comercial	Aviação Executiva	Defesa e Segurança	Outros	Software	Total
Custo do intangível						
Saldo em 31.12.2009	1.646.047	879.749	42.719	9.938	211.163	2.789.616
Adições	27.848	255.853	932	2.753	25.701	313.087
Adições de contribuição de parceiros	(4.191)	(169.989)	-	-	-	(174.180)
Baixas	-	-	-	-	(15.350)	(15.350)
Efeito de conversão	(70.541)	(43.866)	(1.892)	(5.509)	(5.347)	(127.155)
Saldo em 31.12.2010	<u>1.599.163</u>	<u>921.747</u>	<u>41.759</u>	<u>7.182</u>	<u>216.167</u>	<u>2.786.018</u>
Amortização acumulada						
Saldo em 31.12.2009	(1.153.005)	(169.626)	(35.266)	(3.385)	(165.176)	(1.526.458)
Amortizações	(91.254)	(93.459)	(5.248)	(503)	(13.312)	(203.776)
Adições de contribuição de parceiros	35.296	17.165	-	-	-	52.461
Baixas	-	-	-	-	6.976	6.976
Efeito de conversão	52.391	10.600	1.859	479	12.965	78.294
Saldo em 31.12.2010	<u>(1.156.572)</u>	<u>(235.320)</u>	<u>(38.655)</u>	<u>(3.409)</u>	<u>(158.547)</u>	<u>(1.592.503)</u>
Intangível líquido						
Saldo em 31.12.2009	493.042	710.123	7.453	6.553	45.987	1.263.158
Saldo em 31.12.2010	442.591	686.427	3.104	3.773	57.620	1.193.515

	Desenvolvido internamente			Adquirido de terceiros		
	Aviação Comercial	Aviação Executiva	Defesa e Segurança	Outros	Software	Total
Custo do intangível						
Saldo em 01.01.2009	2.201.822	973.697	56.508	29.172	235.933	3.497.132
Adições	39.049	366.118	717	2.629	26.602	435.115
Adições de contribuição de parceiros	(13.723)	(180.269)	-	-	-	(193.992)
Baixas	(18.577)	(645)	-	(18.220)	198	(37.244)
Efeito de conversão	(562.524)	(279.152)	(14.506)	(3.643)	(51.570)	(911.395)
Saldo em 31.12.2009	<u>1.646.047</u>	<u>879.749</u>	<u>42.719</u>	<u>9.938</u>	<u>211.163</u>	<u>2.789.616</u>
Amortização acumulada						
Saldo em 01.01.2009	(1.460.240)	(183.200)	(46.068)	(9.735)	(185.511)	(1.884.754)
Amortizações	(147.148)	(51.525)	(966)	(7.607)	(16.561)	(223.807)
Amortizações de contribuição de parceiros	54.026	15.803	-	-	-	69.829
Baixas	18.281	-	-	12.417	15	30.713
Efeito de conversão	382.076	49.296	11.768	1.540	36.881	481.561
Saldo em 31.12.2009	<u>(1.153.005)</u>	<u>(169.626)</u>	<u>(35.266)</u>	<u>(3.385)</u>	<u>(165.176)</u>	<u>(1.526.458)</u>
Intangível líquido						
Saldo em 01.01.2009	741.582	790.497	10.440	19.437	50.422	1.612.378
Saldo em 31.12.2009	493.042	710.123	7.453	6.553	45.987	1.263.158

18 INSTRUMENTOS FINANCEIROS PASSIVOS POR CATEGORIA

a) Controladora

	Nota	2011		Total
		Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	
Financiamentos	19	-	2.826.889	2.826.889
Fornecedores e outras obrigações (i)	-	-	1.278.622	1.278.622
Garantias financeiras e de valor residual	38	224.233	704.040	928.273
Instrumentos derivativos	39	324	-	324
Obrigações de arrendamento financeiro	19	-	81	81
		<u>224.557</u>	<u>4.809.632</u>	<u>5.034.189</u>

	Nota	2010		Total
		Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	
Financiamentos	19	-	2.133.350	2.133.350
Fornecedores e outras obrigações (i)	-	-	1.189.193	1.189.193
Garantias financeiras e de valor residual	38	18.466	347.329	365.795
Obrigações de arrendamento financeiro	19	-	1.235	1.235
Instrumentos derivativos	39	730	-	730
		<u>19.196</u>	<u>3.671.107</u>	<u>3.690.303</u>

(i) O montante refere-se a fornecedores, contas a pagar, contas a pagar sociedade controlada e dívidas com e sem direito de regresso.

b) Consolidado

	Nota	2011		Total
		Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	
Financiamentos	19	-	3.104.731	3.104.731
Fornecedores e outras obrigações (i)	-	-	2.603.291	2.603.291
Garantias financeiras e de valor residual	38	224.233	704.040	928.273
Obrigações de arrendamento financeiro	19	-	5.424	5.424
Instrumentos derivativos	39	2.227	-	2.227
		<u>226.460</u>	<u>6.417.486</u>	<u>6.643.946</u>

	Nota	2010		Total
		Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	
Financiamentos	19	-	2.384.504	2.384.504
Fornecedores e outras obrigações (i)	-	-	2.220.262	2.220.262
Garantias financeiras e de valor residual	38	18.466	347.329	365.795
Obrigações de arrendamento financeiro	19	-	6.102	6.102
Instrumentos derivativos	39	3.732	-	3.732
		<u>22.198</u>	<u>4.958.197</u>	<u>4.980.395</u>

(i) O montante refere-se a fornecedores, contas a pagar e dívidas com e sem direito de regresso.

19 FINANCIAMENTOS

a) Controladora

	Moeda	Taxa contratual de juros - %	Taxa efetiva de juros - %	Vencimento	Controladora	
					2011	2010
Outras moedas:						
Capital de giro	US\$	6,38%	6,38%	2020	1.683.203	1.495.125
Arrendamento mercantil financeiro	US\$	6,48%	6,48%	2012	81	1.235
					1.683.284	1.496.360
Real:						
Pré-embarque	R\$	4,5% a 9,0%	4,5% a 9,0%	2013	759.815	552.135
Desenvolvimento de projetos	R\$	TJLP + 1,92% a 5,0% 3,5% a 4,5%	TJLP + 1,92% a 5,0% 3,5% a 4,5%	2018	383.871	86.090
					1.143.686	638.225
Total					2.826.970	2.134.585
Menos - Circulante					335.573	27.218
Não Circulante					2.491.397	2.107.367

b) Consolidado

	Moeda	Taxa contratual de juros - %	Taxa efetiva de juros - %	Vencimento	Consolidado	
					2011	2010
Outras moedas:						
Capital de giro	US\$	1,00% a 6,38% Libor 1M + 0,50% a 1,10%	1,00% a 6,72% Libor 1M + 0,50% a 1,10%	2020	1.751.803	1.581.587
	Euro	Euribor 6M + 1,75% 1,5% a 2,68%	Euribor 6M + 1,75% 1,5% a 2,68%		55.434	16.880
Desenvolvimento de projetos	US\$	6,87%	6,87%	2015	2.156	2.404
Aquisição de imobilizado	US\$	2,62% Libor 1M + 2,44% 6,16% a 7,95%	2,62% Libor 1M + 2,44% 6,16% a 7,95%	2035	132.662	118.848
Arrendamento mercantil financeiro	US\$	Libor 12M + 2,54% a 3,40%	Libor 12M + 2,54% a 3,40%	2014	3.404	3.626
					1.945.459	1.723.345
Real:						
Pré-embarque	R\$	4,5% a 9,0%	4,5% a 9,0%	2013	759.815	552.135
Desenvolvimento de projetos	R\$	TJLP + 1,92% a 5,0% 3,5% a 4,5%	TJLP + 1,92% a 5,0% 3,5% a 4,5%	2018	402.861	112.650
Arrendamento mercantil financeiro	R\$	CDI + 0,49% a 2,46%	CDI + 0,49% a 2,46%	2015	2.020	2.476
					1.164.696	667.261
Total					3.110.155	2.390.606
Menos - Circulante					472.235	120.883
Não Circulante					2.637.920	2.269.723

Em outubro de 2006, a Embraer Overseas Limited, subsidiária integral, cuja atividade é restrita à realização de operações financeiras, emitiu US\$ 400 mil em títulos com taxa de juros de 6,375% ao ano com vencimento em 24 de janeiro de 2017 numa oferta que posteriormente foi registrada parcialmente com a SEC. Em outubro de 2009, a Embraer Overseas Limited novamente captou recursos por meio de oferta de bônus garantidos (*guaranteed notes*) com vencimento em 15 de janeiro de 2020, por meio de uma oferta no exterior, no montante de US\$ 500 mil a uma taxa de 6,375% ao ano. As duas operações são garantidas integralmente e incondicionalmente pela Controladora e, por esse motivo são apresentadas no balanço desta como operações com terceiros.

A Companhia possui uma Linha de Crédito Sindicalizada, na modalidade *standby*, no valor de US\$ 1,0 bilhão com prazo para desembolso até setembro de 2012. O custo de manutenção é incluído nas despesas financeiras. Até 31 de dezembro de 2011, a Companhia não tinha realizado nenhum desembolso nesta linha de crédito.

O saldo não utilizado nesta linha de crédito esta demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Taxa variável:				
- Com vencimento em até um ano	1.875.800	-	1.875.800	-
- Com vencimento em mais de um ano	-	1.666.200	-	1.666.200
	1.875.800	1.666.200	1.875.800	1.666.200

Em 31 de março de 2011, a Embraer S.A. assinou contratos de financiamento com o BNDES e com a FINEP ambos em moeda nacional, classificados como desenvolvimento de projetos, com vencimento para abril de 2018. Até 31 de dezembro de 2011 foram desembolsados R\$ 319.898 nesta linha de crédito.

Em 8 de março de 2012, a Embraer S.A. assinou um contrato de uma linha de Crédito rotativo não desembolsado com quatro instituições financeiras de primeira linha do mercado brasileiro, no valor de R\$ 1 bilhão, equivalente a US\$ 533 milhões, com vencimento em 8 de março de 2015. Cada instituição disponibilizou em condições de igualdade o valor de R\$ 250 milhões permitindo a Companhia desembolsar o montante total ou parcelas menores, entre 9 de março de 2012 e 7 de fevereiro de 2015. Os custos de manutenção serão incluídos no resultado da Companhia em despesas financeiras.

Em 31 de dezembro de 2011, os financiamentos de longo prazo possuem a seguinte composição por ano de vencimento:

	Controladora	Consolidado
2013	516.535	530.345
2014	72.213	84.885
2015	70.154	87.839
2016	63.980	80.382
Após 2016	1.768.515	1.854.469
	2.491.397	2.637.920

c) Análise de moedas

O total da dívida está denominado nas seguintes moedas:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Empréstimos e financiamentos				
Dólar	1.683.284	1.496.360	1.890.025	1.706.465
Real	1.143.686	638.225	1.164.696	667.261
Euro	-	-	55.434	16.880
	2.826.970	2.134.585	3.110.155	2.390.606

d) Obrigações com arrendamento mercantil financeiro

As obrigações de arrendamento são garantidas por meio de alienação fiduciária dos bens arrendados e sua composição por vencimento é resumida a seguir:

	Controladora	
	2011	2010
Menos de um ano	83	1.194
Mais de um ano e menos de cinco anos	-	73
	83	1.267
Encargos de financiamentos futuros sobre os arrendamentos financeiros	(2)	(32)
Valor presente das obrigações de arrendamento financeiro	<u>81</u>	<u>1.235</u>
O valor presente das obrigações de arrendamento financeiro é como segue:		
Menos de um ano	81	1.165
Mais de um ano e menos de cinco anos	-	70
	81	1.235
	Consolidado	
	2011	2010
Menos de um ano	2.692	2.882
Mais de um ano e menos de cinco anos	3.266	4.261
	5.958	7.143
Encargos de financiamentos futuros sobre os arrendamentos financeiros	(534)	(1.041)
Valor presente das obrigações de arrendamento financeiro	<u>5.424</u>	<u>6.102</u>
O valor presente das obrigações de arrendamento financeiro é como segue:		
Menos de um ano	2.509	2.571
Mais de um ano e menos de cinco anos	2.915	3.531
	5.424	6.102

e) Encargos e garantias

Em 31 de dezembro de 2011, os financiamentos em Real (38,0% do total) estão sujeitos a encargos fixos e/ou baseados na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, e a taxa média ponderada era de 5,14% a.a. (4,24% a.a. em 31 de dezembro de 2010).

Em 31 de dezembro de 2011, os financiamentos em Dólar (61,6% do total) eram, predominantemente, sujeitos a encargos fixos e sua taxa média ponderada era 5,91% a.a. (5,89% a.a. em 31 de dezembro de 2010). Além desses endividamentos, em 31 de dezembro de 2011, a Companhia tinha endividamento em Euro (0,4% do total), predominantemente, sujeitos a encargos fixos com taxa média ponderada de 0,74% a.a. (2,23% a.a. em 31 de dezembro de 2010).

Considerando os efeitos da análise das taxas efetivas sobre os financiamentos em moeda estrangeira que incluem os custos de estruturação financeira incorridos e já pagos, as taxas médias efetivas ponderadas são equivalentes a Libor mais 4,41% a.a. em 31 de dezembro de 2011 (Libor mais 3,13% a.a. em 31 de dezembro de 2010).

Em garantia de parte dos financiamentos foram oferecidos imóveis, máquinas, equipamentos, penhor mercantil de itens do estoque de materiais e garantias bancárias, no montante total de R\$ 723.731. Para os financiamentos das controladas, as garantias foram constituídas por fiança ou aval da Controladora, totalizando o montante de R\$ 185.616 em 31 de dezembro de 2011 (2010 - R\$ 174.785).

f) Cláusulas restritivas

Os contratos de financiamentos de longo prazo estão sujeitos a cláusulas restritivas, em linha com as práticas usuais de mercado, que estabelecem controle sobre o grau de alavancagem obtido da relação endividamento líquido/EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*), bem como limites para a cobertura do serviço da dívida obtido da relação EBITDA/despesa financeira líquida. Incluem, também, restrições normais sobre criação de novos gravames sobre bens do ativo, mudanças significativas no controle acionário da Companhia, venda de bens do ativo e pagamento de dividendos excedentes ao mínimo obrigatório por lei em casos de inadimplência nos financiamentos e nas transações com empresas controladas. Em 31 de dezembro de 2011, a Controladora e as controladas estavam totalmente adimplentes com as cláusulas restritivas.

20 FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Fornecedores exterior	527.546	444.699	919.119	648.674
Parceiros de risco (i)	485.634	501.376	485.634	501.376
Fornecedores no país	100.159	60.514	151.952	99.979
Sociedades controladas	61.945	72.909	-	-
	1.175.284	1.079.498	1.556.705	1.250.029
Menos - Circulante	1.175.284	1.079.498	1.556.705	1.250.029

(i) Os parceiros de risco da Companhia desenvolvem e produzem componentes significativos da aeronave, incluindo motores, componentes hidráulicos, aviônicos, asas, cauda, interior, partes da fuselagem, etc. Determinados contratos firmados entre a Companhia e esses parceiros de risco caracterizam-se parcerias de longo prazo e incluem o diferimento de pagamentos para componentes e sistemas por um prazo negociado após a entrega desses. Uma vez selecionados os parceiros de risco e iniciado o programa de desenvolvimento e produção de aeronaves, é difícil substituí-los. Em alguns casos, como os motores, a aeronave é projetada especialmente para acomodar um determinado componente, o qual não pode ser substituído por outro fornecedor sem incorrer em atrasos e despesas adicionais significativas. Essa dependência torna a Companhia suscetível a desempenho, qualidade e condições financeiras de seus parceiros de risco.

O montante total por moeda está apresentado na nota de instrumentos financeiros (Nota 39(e)).

21 CONTAS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Demais contas a pagar (i)	32.781	51.606	85.790	65.513
Obrigações contratuais (ii)	-	-	55.449	48.699
Caução	-	-	12.851	16.862
Seguros	12.028	10.746	12.057	10.721
Concessões comerciais	7.252	21.478	7.252	21.478
Materiais faltantes (iii)	2.797	2.594	2.797	2.594
Créditos financeiros (iv)	-	-	2.633	3.333
Comando da aeronáutica (v)	-	4.469	-	4.469
Partes relacionadas (vi)	-	-	-	12.996
	54.858	90.893	178.829	186.665
Menos - Circulante	44.392	80.008	152.525	140.694
Não Circulante	10.466	10.885	26.304	45.971

(i) Representam basicamente despesas incorridas na data do balanço patrimonial, cujos pagamentos ocorrem no mês seguinte.

(ii) Representam substancialmente valores provisionados para fazer face aos custos de manutenção de aeronaves alugadas por meio de arrendamento operacional.

(iii) Referem-se aos acessórios ou componentes a serem instalados em aeronaves entregues, consoante termos contratuais.

(iv) Representam valores provisionados para compensar clientes por certos custos de financiamentos.

(v) Comando da Aeronáutica é considerado como parte relacionada da Companhia.

(vi) Referem-se basicamente a contrato de mútuo entre a OGMA e EMPORDEF, acionista da OGMA.

22 CONTRIBUIÇÕES DE PARCEIROS

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Circulante	-	-	1.659	1.474
Não Circulante	1.845	27.974	1.845	27.974
Total	1.845	27.974	3.504	29.448

A Companhia possui acordos com determinados fornecedores-chave, aqui denominados parceiros, para assegurar suas participações em atividades de pesquisa e desenvolvimento e em troca a Companhia recebe contribuições em dinheiro. Como parte desse acordo de fornecimento, essas contribuições estão atreladas ao cumprimento pela Companhia de algumas etapas e eventos importantes do desenvolvimento, incluindo certificação da aeronave, primeira entrega e número mínimo de aeronaves entregues. A Companhia registra essas contribuições quando recebidas como passivo não circulante, as quais não serão exigidas caso os objetivos contratuais sejam alcançados. À medida que essas etapas e eventos sejam alcançados e, portanto, não mais passíveis de devolução, esses valores são abatidos dos gastos de desenvolvimento das aeronaves registrados no Intangível, no ativo não circulante.

23 ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Em Dólar	1.498.385	1.270.755	1.731.034	1.423.629
Em Real	269.969	224.112	276.199	228.635
	1.768.354	1.494.867	2.007.233	1.652.264
Menos - Circulante	1.366.965	1.141.302	1.605.844	1.298.699
Não Circulante	401.389	353.565	401.389	353.565

24 IMPOSTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Contribuição social e imposto de renda (i)	461.014	507.844	469.113	513.977
INSS (ii)	250.817	205.214	255.827	208.665
Parcelamentos de tributos	81.377	32.293	85.262	32.643
IRRF	30.145	44.344	33.113	46.181
FGTS	12.972	11.923	13.525	12.363
PIS e COFINS (iii)	9.930	48.913	10.506	48.922
Outros	16.503	10.932	25.549	25.041
Impostos e encargos sociais a recolher	862.758	861.463	892.895	887.792
Imposto de renda e contribuição social	-	1.713	21.050	16.658
	862.758	863.176	913.945	904.450
Menos - Circulante	140.731	108.091	188.354	149.196
Não Circulante	722.027	755.085	725.591	755.254

A Companhia está questionando administrativa e judicialmente a constitucionalidade da instituição, da base de cálculo e sua expansão, bem como das majorações de alíquotas de alguns impostos, encargos e contribuições sociais, no intuito de assegurar o não recolhimento ou a recuperação de pagamentos efetuados em exercícios anteriores. A Companhia, por meio de processos administrativos e judiciais, obteve liminares e medidas congêneres para não recolher ou compensar pagamentos de impostos, encargos e contribuições sociais. Os valores de tributos não recolhidos, com base em decisões judiciais preliminares, são provisionados e atualizados com base na variação da SELIC até que se obtenha uma decisão final e definitiva e correspondem basicamente às seguintes questões:

(i) A Companhia está pleiteando o reconhecimento da imunidade constitucional da contribuição social sobre exportações e o direito ao crédito de IPI decorrente de entradas isentas, tributadas à alíquota zero ou não tributadas. Com relação à contribuição social sobre exportações, o processo encontra-se no Supremo Tribunal Federal, aguardando julgamento do Recurso Extraordinário, ao qual foi atribuído efeito suspensivo em favor da Companhia. Adicionalmente, a Companhia incluiu parte dos processos administrativos relativos a Contribuição Social de 2001 no programa de parcelamento instituído pela Medida Provisória nº 449, convertida, posteriormente, na Lei nº 11.941/09, parcelando os valores discutidos, o que resultou na reversão de R\$ 15.112 relativos aos benefícios decorrentes da adesão, refletidos na rubrica de Receitas (despesas) financeiras. Do montante envolvido em 31 de dezembro de 2011 de R\$ 452.538 (Controladora e Consolidado), foram efetuados depósitos judiciais no montante de R\$ 182.139, os quais estão apresentados na rubrica outros ativos (Nota 12).

O parcelamento de tributos ocorrido em maio de 2011, inclui débitos de imposto sobre a renda no valor de R\$ 63.567, cujo saldo remanescente em 31 de dezembro de 2011 é R\$ 37.604.

(ii) Corresponde à majoração da alíquota do seguro de acidente do trabalho (SAT). A Companhia questiona a legalidade e ausência de critérios técnicos para fixação das alíquotas das referidas contribuições desde 1995, cujos valores encontram-se com exigibilidade suspensa por força de sentença de primeira instância em ação ordinária. O montante envolvido nesse processo em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 193.125 (31 de dezembro de 2010 - R\$ 177.069).

(iii) Adicionalmente, em 18 de fevereiro de 2009, a Companhia ingressou com ação judicial para questionar a incidência de contribuições sociais sobre o aviso prévio indenizado. Por força de sentença de primeiro grau, os valores relativos ao aviso prévio indenizado foram excluídos da base de cálculo da contribuição previdenciária patronal e provisionados, até o êxito definitivo na demanda judicial. O processo foi julgado favoravelmente à Companhia no Tribunal Regional Federal da 3ª Região e aguarda julgamento do recurso interposto pela União. O montante envolvido neste processo em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 15.087 (31 de dezembro de 2010 - R\$ 11.120) na Controladora, R\$ 15.336 (2010 - R\$ 11.469) no Consolidado.

(iv) Referem-se às contribuições ao Programa de Integração Social (PIS)/Programa de Formação ao Patrimônio do Servidor Público (PASEP). A discussão, envolvendo a base de cálculo do sistema não-cumulativo, foi incluída nos termos da Lei nº 11.941/09, com a consequente desistência da ação e a Companhia prossegue discutindo critérios de aplicação dos benefícios do parcelamento no âmbito da discussão judicial. A outra ação, discute a inclusão da variação cambial na base de cálculo do PASEP. O montante envolvido no processo é de R\$ 9.533.

Houve a inclusão no processo de parcelamento, em maio de 2011, do valor de R\$ 44.415 relativos à provisão de COFINS, cujo processo administrativo foi incluído no programa de parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/09 e cujo saldo em 31 de dezembro de 2011 é R\$ 34.467.

Com relação às questões em discussão judicial acima mencionadas, as provisões remanescentes serão mantidas até que haja um desfecho final e não seja cabível mais nenhum recurso.

25 PROVISÕES DIVERSAS

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Provisões relacionadas com folha de pagamento	241.422	216.798	322.377	257.535
Garantia de produtos (i)	205.699	203.481	217.128	214.478
Programa de participação dos empregados nos lucros	49.455	62.692	62.590	71.603
Obrigações de benefícios pós-emprego (Nota 26)	-	16.000	8.262	22.658
Provisão para perdas em investimentos em sociedades controladas	-	589	-	-
Outras	2.255	10.484	24.744	32.299
	498.831	510.044	635.101	598.573
Menos - Circulante	409.747	426.726	508.585	515.844
Não Circulante	89.084	83.318	126.516	82.729

(i) Constituídas para fazer face aos gastos relacionados a produtos, incluindo garantias e obrigações contratuais para implementação de melhorias em aeronaves entregues com a finalidade de assegurar o atingimento de indicadores de desempenho.

Em 2011, a Companhia revisou sua base de estimativa para a constituição das provisões de garantia de produtos relacionados aos programas da aviação executiva. Tal revisão ocorreu, pois a Companhia apurou, tendo como referência dados históricos do programa Legacy. Além disso, também como consequência desta revisão, as aeronaves entregues em 2011 geraram um reconhecimento de R\$ 1.173 a menor do que seria reconhecido caso tivesse mantido os critérios de estimativas anteriores.

Movimentação das provisões:

	Controladora						
	Provisões relacionadas com folha de pagamento	Garantia de produtos	Programa de participação dos empregados nos lucros	Obrigação de benefícios pós-emprego	Outras	Provisão para perdas em investimentos em sociedades controladas	Total
Saldo em 01.01.2009	243.344	265.214	63.924	-	12.518	-	585.000
Adições	107.017	129.721	128.271	-	28.401	1.579	394.989
Baixas	-	(124.118)	(61.057)	-	(12.038)	-	(197.213)
Reversão	(159.675)	-	(74.222)	-	(20.005)	-	(253.902)
Ajuste de conversão	-	(68.324)	-	-	654	(200)	(67.870)
Saldo em 31.12.2009	190.686	202.493	56.916	-	9.530	1.379	461.004
Adições	108.429	113.156	83.545	16.000	13.426	766	335.322
Baixas	-	(88.646)	(52.961)	-	(7.998)	-	(149.605)
Reversão	(82.317)	(15.431)	(24.808)	-	(3.070)	-	(125.626)
Ajuste de conversão	-	(8.091)	-	-	(1.404)	(1.556)	(11.051)
Saldo em 31.12.2010	216.798	203.481	62.692	16.000	10.484	589	510.044
Adições	367.541	557.013	49.454	-	7.662	1.111	982.781
Baixas	-	(543.341)	(51.154)	-	(15.891)	-	(610.386)
Reversão	(342.915)	(35.321)	(11.537)	(16.000)	-	(1.729)	(407.502)
Ajuste de conversão	(2)	23.867	-	-	-	29	23.894
Saldo em 31.12.2011	241.422	205.699	49.455	-	2.255	-	498.831

	Consolidado					
	Provisões relacionadas com folha de pagamento	Garantia de produtos	Programa de participação dos empregados nos lucros	Obrigação de benefícios pós-emprego	Outras	Total
Saldo em 01.01.2009	292.150	274.764	71.201	7.685	24.952	670.752
Adições	141.445	129.720	144.745	223	61.437	477.570
Baixas	-	(124.118)	(61.057)	-	(12.038)	(197.213)
Reversão	(186.375)	-	(85.516)	-	(36.961)	(308.852)
Ajuste de conversão	(14.860)	(67.648)	(2.842)	(1.994)	(4.605)	(91.949)
Saldo em 31.12.2009	232.360	212.718	66.531	5.914	32.785	550.308
Adições	132.173	115.421	101.042	17.053	23.967	389.656
Baixas	-	(90.192)	(62.008)	-	(7.998)	(160.198)
Reversão	(105.799)	(15.431)	(32.380)	-	(13.251)	(166.861)
Ajuste de conversão	(1.199)	(8.038)	(1.582)	(309)	(3.204)	(14.332)
Saldo em 31.12.2010	257.535	214.478	71.603	22.658	32.299	598.573
Adições	406.257	648.059	53.678	2.489	7.863	1.118.346
Baixas	1.502	(543.341)	(51.154)	(372)	(15.408)	(608.773)
Reversão	(342.915)	(126.512)	(11.537)	(16.000)	-	(496.964)
Ajuste de conversão	(2)	24.444	-	(513)	(10)	23.919
Saldo em 31.12.2011	322.377	217.128	62.590	8.262	24.744	635.101

26 PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia apresentava os seguintes passivos relacionados às provisões para contingências:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Trabalhistas	65.579	74.232	67.992	76.849
Fiscais	45.360	47.882	48.304	51.182
Cíveis	1.279	-	1.279	-
	112.218	122.114	117.575	128.031
Menos - Circulante	9.671	11.854	9.999	12.572
Não Circulante	102.547	110.260	107.576	115.459

Movimentação das provisões para contingências:

	Controladora			
	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis	Total
Saldo em 01.01.2009	48.018	46.064	-	94.082
Adições	14.995	-	-	14.995
Juros	6.436	1.294	-	7.730
Atualização monetária	317	-	-	317
Baixas	(14.725)	(1.403)	-	(16.128)
Ajuste de conversão	(439)	494	-	55
Saldo em 31.12.2009	54.602	46.449	-	101.051
Adições	11.536	-	-	11.536
Juros	8.039	1.434	-	9.473
Atualização monetária	896	-	-	896
Baixas	(841)	-	-	(841)
Ajuste de conversão	-	(1)	-	(1)
Saldo em 31.12.2010	74.232	47.882	-	122.114
Adições	10.734	-	-	10.734
Juros	14.799	1.869	-	16.668
Atualização monetária	994	-	-	994
Transferências	(1.279)	-	1.279	-
Baixas	(2.608)	(4.302)	-	(6.910)
Reversão	(31.293)	-	-	(31.293)
Ajuste de conversão	-	(89)	-	(89)
Saldo em 31.12.2011	65.579	45.360	1.279	112.218

	Consolidado			Total
	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis	
Saldo em 01.01.2009	53.653	47.544	14.130	115.327
Adições	15.630	-	-	15.630
Juros	6.491	1.490	-	7.981
Atualização monetária	317	-	-	317
Baixas	(16.766)	(1.412)	(12.167)	(30.345)
Ajuste de conversão	(2.005)	889	(1.963)	(3.079)
Saldo em 31.12.2009	57.320	48.511	-	105.831
Adições	11.845	1.043	-	12.888
Juros	8.155	1.500	-	9.655
Transferências	(170)	170	-	-
Baixas	(1.099)	(782)	-	(1.881)
Ajuste de conversão	798	740	-	1.538
Saldo em 31.12.2010	76.849	51.182	-	128.031
Adições	11.047	18	-	11.065
Juros	14.799	1.787	-	16.586
Atualização monetária	1.246	77	-	1.323
Transferências	(1.075)	(204)	1.279	-
Baixas	(3.096)	(4.803)	-	(7.899)
Reversão	(31.613)	-	-	(31.613)
Ajuste de conversão	(165)	247	-	82
Saldo em 31.12.2011	67.992	48.304	1.279	117.575

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas e tributários e está discutindo essas questões tanto nas esferas administrativa quanto na judicial, as quais, em alguns casos, são amparadas por depósitos judiciais registrados no ativo da Companhia na rubrica outros ativos. As provisões para as perdas prováveis decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Companhia amparadas pela posição dos consultores legais externos.

A natureza das obrigações pode ser resumida como segue:

(i) Trabalhistas

As provisões para contingências trabalhistas caracterizam-se por processos movidos pelos sindicatos que representam os empregados ou por processos individuais, nos quais ex-empregados reclamam horas extras, produtividade, readmissões, adicionais, retroatividade de aumentos e reajustes salariais.

As principais ações em aberto foram movidas pelo sindicato em 1991, que procura aplicar retroativamente aos meses de novembro e dezembro de 1990 um aumento salarial concedido pela Companhia em janeiro e fevereiro de 1991. Até 30 de setembro de 2009, aproximadamente 97% dos empregados e ex-empregados já haviam feito acordo com a Companhia. Outra ação reivindica os ajustes dos Planos Verão e Collor I sobre a multa de 40% do FGTS paga aos empregados que estavam na Companhia entre fevereiro de 1989 e abril de 1990, e que foram demitidos entre 1989 e junho de 2003. Em setembro de 2007, o Sindicato e a Companhia firmaram acordo que prevê o início dos pagamentos a partir de outubro de 2007. Até 31 de dezembro de 2011, a Companhia efetuou pagamentos para 85% dos ex-empregados.

O montante total dos processos em discussão é estimado em aproximadamente R\$ 99.990, dos quais o valor provisionado de R\$ 67.992 correspondem aos processos cuja perda é considerada provável. Os processos encontram-se em diversas instâncias, aguardando julgamento. Com base na avaliação dos assessores jurídicos da Companhia e no sucesso de alguns julgamentos e negociações que se espera realizar, o montante provisionado é considerado adequado para cobrir perdas prováveis com estas questões. A probabilidade de um resultado negativo relacionada com os processos remanescentes de R\$ 31.998 é considerada possível pelos consultores jurídicos da Companhia e, por este motivo, nenhuma provisão foi registrada nas demonstrações financeiras.

(ii) Fiscais

Os principais processos fiscais em andamento são os seguintes:

- Contribuições previdenciárias - a Companhia foi notificada pelas autoridades pela não retenção da contribuição previdenciária de prestadores de serviços. Os processos encontram-se na 2ª instância da esfera judicial. Além desses processos, a Companhia foi notificada para recolhimento de adicionais de riscos ambientais do trabalho. Esse processo encontra-se na 1ª instância da esfera judicial. O montante envolvido relativamente a esses processos, cuja provisão foi constituída integralmente, é de R\$ 23.804.
- FUNDAF - Em março de 2005, foi lavrado AIIM contra a Companhia, exigindo o recolhimento da contribuição. Em decorrência do lançamento, a Companhia ajuizou na 1ª Instância da esfera judicial, Ação Anulatória de Débito Fiscal, que foi julgada parcialmente favorável a Companhia. O processo se encontra em 2ª instância judicial, para apreciação da Apelação e do Recurso de Ofício. O montante envolvido nessa questão em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 11.074, integralmente provisionado.
- Imposto de Importação - Trata-se de AIIM lavrado em decorrência de pretensa violação do prazo para cumprimento do *drawback* e divergências quanto à classificação fiscal de produtos. Esses processos encontram-se na 2ª e 1ª instâncias da esfera judicial, respectivamente. O montante envolvido nesses processos em 31 de dezembro de 2011, cuja provisão foi constituída integralmente, é de R\$ 5.393. O valor acima mencionado está líquido dos depósitos judiciais efetuados em igual montante.
- CIDE - A Companhia, de janeiro a setembro de 2002, procedeu ao recolhimento da CIDE sobre *royalties*, serviços técnicos e assistência técnica, sem o reajuste da base de cálculo. Após uma primeira fiscalização deste período e o êxito na esfera administrativa quanto aos fatos controversos, a Receita Federal do Brasil intimou a Companhia a proceder ao pagamento da diferença da base reajustada do período em epígrafe. Foi apresentada defesa no processo administrativo, que se encontra junto à Delegacia de Julgamento da Receita Federal para apreciação da questão em 1ª. Instância. O montante envolvido provisionado é de R\$ 5.088 em 31 de dezembro de 2011.
- Em 31 de dezembro de 2011 existiam R\$ 2.945 de outras contingências.

Passivos contingentes possíveis

Em razão de autos de infração, lavrados pela Receita Federal do Brasil em setembro de 2010 e junho de 2011, a Companhia discute a base de cálculo e alíquotas de tributos incidentes sobre determinadas e específicas remessas para o exterior e ainda, a contabilização e o reconhecimento de indenização recebida em razão de distrato contratual. O valor total envolvido em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 302.448. A Companhia apresentou impugnação dentro do prazo legal para ambos e aguarda apreciação das razões de defesa pelas Delegacias de Julgamento correspondentes. A probabilidade de perda das discussões é considerada "possível" pelos advogados responsáveis e, por esse motivo nenhuma provisão foi reconhecida.

A Companhia recebeu intimação da U.S. Securities and Exchange Commission - SEC indagando a respeito de certas operações de venda de aeronaves efetuadas no exterior. Em resposta ao ofício emitido pela SEC a respeito de uma investigação relativa à possível descumprimento do U.S. Foreign Corrupt Practices Act (FCPA), a Companhia contratou advogados externos para conduzirem um processo de investigação interna acerca de transações realizadas em três países específicos.

A investigação continua em andamento e a Companhia, por meio de seus advogados externos, permanece cooperando plenamente com as autoridades responsáveis pela análise do assunto (SEC e U.S. Department of Justice). Em 31 de dezembro de 2011, a Administração, apoiada pelos seus advogados externos, entende que ainda não é possível prever a duração, o escopo ou os resultados da investigação. Caso seja constatado ato ilegal ou as partes concordarem em encerrar a investigação, a Companhia poderá vir a pagar penalidades financeiras relevantes, conforme previstas pelo FCPA. A Administração, consubstanciada na posição dos seus advogados externos, entende que não há base para estimar uma eventual provisão em 31 de dezembro de 2011 ou tampouco meios para quantificar uma possível contingência.

27 OBRIGAÇÕES DE BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

a) Benefícios de plano de pensão - Contribuição definida

A Companhia e algumas subsidiárias patrocinam um plano de contribuição definida para seus empregados, na qual a participação é opcional. As contribuições da Companhia para o plano em 31 de dezembro de 2011 e 2010 foram de R\$ 47.481 e R\$ 40.142, respectivamente.

b) Benefício médico pós-emprego Controladora

Até 30 de novembro de 2011, a Controladora e suas subsidiárias no Brasil mantinham um plano de assistência médica para os funcionários que, dadas suas características, se constituía em benefício pós-emprego, sendo constituída provisão em 31 de dezembro de 2010 de R\$ 16 milhões para esse fim.

Em dezembro de 2011, a Companhia alterou o seu plano para eliminar o benefício historicamente concedido aos funcionários aposentados que passam a pagar 100% do custo de participação no plano. Como resultado desta alteração, a empresa eliminou a sua responsabilidade para com o plano revertendo a provisão constituída no ano anterior.

c) Benefícios médico pós-emprego subsidiárias

A EAH patrocina um plano médico pós-emprego que em 2007 foi modificado e a partir dessa data os funcionários contratados não possuem esse benefício. Os custos esperados de pensão e prestação de benefício médico pós-emprego para os empregados beneficiários e seus dependentes são provisionados em regime de competência com base em estudos atuariais.

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial foram determinados como segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Obrigações de benefícios - no início do exercício	7.648	7.045
Custo dos juros	597	494
Perda atuarial	1.450	462
Benefícios pagos aos participantes	(379)	(353)
Ajuste de conversão	962	-
Obrigação do benefício - no fim do exercício	<u>10.278</u>	<u>7.648</u>

As mudanças nos ativos do plano para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 são as seguintes:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Valor justo dos ativos do plano - no início do exercício	2.458	2.292
Retorno do investimento do plano	(63)	244
Benefícios pagos aos participantes	(379)	(353)
Valor justo dos ativos do plano - no fim do exercício	<u>2.016</u>	<u>2.183</u>

O valor justo dos ativos do plano é medido baseado nos *inputs* de Nível 1 de acordo com a norma contábil sobre medições de valor justo. Não houve alteração desde o ano anterior nas técnicas de valorização e níveis de *inputs*. O custo líquido de benefícios pré-pagos (provisionados) em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 está incluído em provisões diversas (Nota 25) e seus componentes estão resumidos conforme segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Custo provisionado - Grau de suficiência financeira	<u>(8.262)</u>	<u>(5.465)</u>
	(8.262)	(5.465)

As principais premissas atuariais utilizadas estão abaixo:

	<u>2011</u>	%	<u>2010</u>
Taxa de desconto média	5,25		5,75
Custo líquido do benefício periódico	4,50		5,25
Taxa de rendimento esperada sobre ativos	7,75		7,75
Taxa de aumento de remuneração	5,50		5,50

Os componentes dos custos líquidos dos benefícios periódicos foram os seguintes:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Custo do serviço	(125)	(92)
Custo dos juros	(473)	(402)
Taxa de rendimento esperada sobre ativos	172	159
Amortização do custo do serviço passado	417	371
Amortização das perdas	(218)	(165)
Custo líquido dos benefícios periódicos (benefícios)	<u>(227)</u>	<u>(129)</u>
Benefício líquido	(227)	(129)

O custo líquido de benefícios está incluído nas Despesas comerciais e nas Despesas administrativas.

A composição dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2011 e 2010 era conforme segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Fundos mútuos investidos principalmente em ações	68%	60%
Fundos mútuos investidos principalmente em bônus	31%	37%
Outros caixas	1%	3%
	<u>100%</u>	<u>100%</u>

Os seguintes pagamentos de benefícios, que refletem serviços futuros previstos, deverão ser efetuados aos participantes de acordo com o plano de saúde pós-emprego:

2012	484
2013	505
2014	492
2015	492
2016	508
2017 - 2021	<u>2.911</u>
	<u>5.392</u>

Para fins de quantificação, foi assumida uma taxa anual de crescimento de 7% no custo por pessoa de benefícios médicos cobertos. Está prevista redução da taxa para 5% em 2012. A tendência de taxas do custo de assistência médica tem um efeito significativo nos montantes reportados para o plano de saúde pós-emprego. Uma mudança de 1% nas taxas de custo de assistência médica assumidas não produziria efeitos relevantes das demonstrações financeiras.

28 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social autorizado está dividido em 1.000.000.000 ações ordinárias. O capital social da Controladora, subscrito e integralizado, é de R\$ 4.789.617, representado por 740.465.044 ações ordinárias, sem valor nominal, das quais 16.798.400 ações encontram-se em tesouraria.

b) Ação ordinária especial

A União Federal detém uma ação ordinária especial (*golden share*), com mesmo direito de voto dos outros acionistas detentores de ações ordinárias, porém com direitos especiais conforme descrito no Artigo 9º do Estatuto Social.

A ação ordinária de classe especial confere à União poder de veto nas seguintes matérias:

I - Mudança de denominação da Companhia ou de seu objeto social;

II - Alteração e/ou aplicação da logomarca da Companhia;

III - Criação e/ou alteração de programas militares, que envolvam ou não a República Federativa do Brasil;

IV - Capacitação de terceiros em tecnologia para programas militares;

V - Interrupção de fornecimento de peças de manutenção e reposição de aeronaves militares;

VI - Transferência do controle acionário da Companhia;

VII - Quaisquer alterações: (i) às disposições deste artigo 9, do art. 4, do caput do art. 10, dos arts. 11, 14 e 15, do inciso III do art. 18, dos parágrafos 1º e 2º do art. 27, do inciso X do art. 33, do inciso XII do art. 39 ou do Capítulo VII; ou ainda (ii) de direitos atribuídos pelo Estatuto à ação de classe especial.

c) Composição acionária

Acionistas	Quantidade ordinária		Sobre o capital total - %	
	2011	2010	2011	2010
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - Previ	76.676.601	92.983.001	10,36	12,56
Cia. Bozano	40.234.989	43.771.789	5,43	5,91
Oppenheimer Fund's (NYSE)	64.836.652	52.262.796	8,76	7,06
Thornburg Investment Management's (NYSE)	52.036.308	45.525.296	7,03	6,15
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR	39.762.489	39.762.489	5,37	5,37
Ações em Tesouraria	16.798.400	16.800.000	2,27	2,27
União Federal	1	1	-	-
Outros	450.119.604	449.359.672	60,78	60,68
	740.465.044	740.465.044	100,00	100,00

Ações em tesouraria

Correspondem a 16.798.400 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2011, as quais perdem seus direitos políticos e econômicos durante o período em que são mantidas em tesouraria, sendo sua movimentação no exercício demonstrada a seguir:

	Valor (R\$ mil)	Quantidade	Valor por ação (R\$)
No início do exercício (i)	320.251	16.800.000	19,06
Utilizadas no exercício do plano de remuneração em ações (ii)	(30)	(1.600)	19,06
No final do exercício	<u>320.221</u>	<u>16.798.400</u>	

(i) Correspondem a 16.800.000 ações ordinárias adquiridas até 4 de abril de 2008, no montante de R\$ 320.251, com utilização dos recursos da Reserva para investimentos e capital de giro. Esta operação foi realizada conforme regras aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 7 de dezembro de 2007.

(ii) Ações utilizadas no exercício de outorga previsto pelo "Programa para a outorga de opções de compra de ações", destinado a diretores e empregados da Companhia conforme Nota 29.

Em 31 de dezembro de 2011, o valor de mercado das ações em tesouraria era de R\$ 197.549 e em 31 de dezembro de 2010 era de R\$ 198.240.

d) Reserva de subvenção para investimentos

Constituída de acordo com o estabelecido no artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações (alteração introduzida pela Lei 11.638 de 2007), essa reserva corresponde à apropriação da parcela de lucros acumulados decorrente das subvenções governamentais recebidas para investimentos em pesquisas efetuados pela Companhia, as quais não podem ser distribuídas aos acionistas na forma de dividendos, reconhecidas no resultado do exercício na mesma rubrica dos investimentos realizados.

Essas subvenções não incorporam a base de cálculo dos dividendos obrigatórios.

e) Reserva legal

Constituída anualmente com destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social ou 30% no somatório dessa reserva e reservas de capital.

f) Juros sobre o capital próprio

Em atendimento à legislação fiscal, o montante dos juros sobre o capital próprio é contabilizado como despesa financeira. No entanto, para efeito destas demonstrações financeiras, os juros sobre o capital próprio são apresentados como distribuição do lucro líquido do exercício, portanto, reclassificados para o patrimônio líquido, pelo valor bruto, uma vez que os benefícios fiscais por ele gerados são mantidos no resultado do exercício.

Em reuniões realizadas durante 2011, o Conselho de Administração da Embrac S.A. aprovou a distribuição de juros sobre capital próprio, os quais são atribuídos aos dividendos conforme a seguir:

- Em 16 de março de 2011, aprovou o pagamento de juros sobre o capital próprio referentes ao 1º trimestre de 2011 no valor de R\$ 43.420, sendo, R\$ 0,06 por ação, sujeito à retenção de 15% de imposto de renda na fonte, respeitadas as exceções legais, com início de pagamento no dia 19 de abril de 2011 sem nenhuma remuneração;
- Em 9 de junho de 2011, aprovou o pagamento de juros sobre o capital próprio referentes ao 2º trimestre de 2011 no valor de R\$ 72.366, sendo, R\$ 0,10 por ação, sujeito à retenção de 15% de imposto de renda na fonte, respeitadas as exceções legais, com início de pagamento no dia 22 de julho de 2011, sem nenhuma remuneração;
- Em 14 de setembro de 2011, aprovou o pagamento de juros sobre o capital próprio referentes ao 3º trimestre de 2011 no valor de R\$ 65.130, sendo, R\$ 0,09 por ação, sujeito à retenção de 15% de imposto de renda na fonte, respeitadas as exceções legais, com início de pagamento no dia 17 de outubro de 2011, sem nenhuma remuneração.

g) Dividendos propostos

Nos termos do Estatuto Social, os acionistas têm o direito a dividendos ou juros sobre capital próprio equivalentes a 25% do lucro líquido do exercício, ajustados de acordo com as normas previstas no Estatuto.

A proposta de dividendos consignada nas demonstrações financeiras da Companhia, sujeita à aprovação dos acionistas, em Assembleia Geral Ordinária, calculada nos termos da Lei das Sociedades por Ações, é assim demonstrada:

Calculada com base nos valores da Controladora

	2011	2010
Lucro líquido da Controladora de acordo com o IFRS	156.297	573.592
Subvenções	(11.113)	(15.328)
Reserva legal	(7.815)	(28.680)
	<u>137.369</u>	<u>529.584</u>
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	<u>34.342</u>	<u>132.396</u>
Juros sobre o capital próprio, líquido do imposto de renda retido na fonte	158.551	176.945
Juros sobre o capital próprio, excedente ao mínimo obrigatório (i)	-	(45.255)
Remuneração total dos acionistas	158.551	131.690
Pagamentos efetuados no exercício	(158.530)	(49.561)
Remuneração total dos acionistas do exercício em aberto	21	82.129
Remuneração total dos acionistas de exercícios anteriores em aberto	195	202
Remuneração total dos acionistas em aberto	<u>216</u>	<u>82.331</u>

(i) O valor excedente é reclassificado do passivo circulante para a conta de dividendos adicionais propostos dentro da reserva de lucros no patrimônio líquido e distribuído no exercício seguinte quando da aprovação pelos acionistas.

h) Reserva para investimentos e de capital de giro

Esta reserva tem a finalidade de: (i) assegurar recursos para investimentos em bens do ativo permanente, sem prejuízo de retenção de lucros nos termos do artigo 196 da Lei 6.404/76; (ii) reforço de capital de giro; podendo ainda (iii) ser utilizada em operações de resgate, reembolso ou aquisição de ações do capital da Companhia e (iv) pode ser distribuída aos acionistas da Companhia.

i) Ajustes de avaliação patrimonial

Compreendem os seguintes ajustes:

- Variações cambiais resultantes da conversão das demonstrações financeiras da moeda funcional para a moeda de apresentação destas demonstrações financeiras (Real),
- Variações cambiais resultantes da conversão das demonstrações financeiras das controladas para a moeda funcional da Controladora (Dólar),
- Outros resultados abrangentes: Referem-se aos ganhos (perdas) atuariais não realizados decorrentes dos planos de benefícios médicos patrocinados pela Companhia e variação do valor justo de instrumentos financeiros disponíveis para venda.

29 PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de abril de 2010, na sede da Companhia, foi aprovado o "Programa para a outorga de opções de compra de ações", destinado a diretores e empregados da Companhia ou de suas controladas e que tenham pelo menos dois anos de vínculo de trabalho. A aquisição do direito de exercício das opções se dá em três momentos como segue: prazo I) 20% após 1º ano, prazo II) 30% após o 2º ano e prazo III) 50% após o 3º ano, sempre em relação à data da outorga de cada opção.

O preço de exercício de cada opção é definido na data da outorga de opção pela média ponderada da cotação dos últimos sessenta pregões, podendo ser ajustados em até 30% para anular eventuais movimentos especulativos. O participante terá um prazo máximo de cinco anos para exercício da opção, iniciado a partir da data da outorga.

Outorgas concedidas

- Em 30 de abril de 2010, foram outorgadas opções de compra de 6.510.000 ações, às quais foi atribuído um preço de exercício de R\$ 10,19 por ação. O valor justo, atribuído a estas opções foi determinado com base no modelo de precificação Black & Scholes, pelo qual o valor de cada opção foi calculado em R\$ 1,77 para o lote com início de direito de exercício ao final do primeiro ano, R\$ 2,74 para lote com início de direito de exercício ao final do segundo ano e R\$ 3,44 para o lote com início de direito de exercício ao final do terceiro ano. Este modelo leva em consideração o valor do ativo objeto, preço de exercício, tempo a decorrer até o exercício, probabilidade da opção ser exercida, volatilidade histórica baseada nos preços de fechamento diário das ações dos últimos 6 meses e taxa de juros ponderada para o período de cada lote baseada na taxa DI divulgada pela BM&FBOVESPA. Vale destacar que o tempo a decorrer até o exercício foi mensurado conforme decisão da administração e considera o final do período de carência como base para o cálculo, ou seja, as opções foram calculadas com os prazos de exercício determinados de um ano, dois anos e três anos. Esta premissa foi adotada, pois a administração entende que o exercício da opção ocorrerá ao final de cada período de carência devido à alta liquidez ao alto ganho previsto para cada ação.
- Em 18 de janeiro de 2011, foram outorgadas opções de compra de 6.345.000 ações e em 16 de março de 2011 mais 150.000 opções de compras de ações, às quais foram atribuídos o preço de exercício de R\$ 12,05 e R\$ 12,89 por ação respectivamente. O valor justo, atribuído a estas opções foi determinado com base no modelo de precificação Black & Scholes, sendo que para as outorgas concedidas em 18 de janeiro de 2011, o valor de cada opção foi determinado em R\$ 1,89, para o lote com início de direito de exercício ao final do primeiro ano, R\$ 2,88 para lote com início de direito de exercício ao final do segundo ano e R\$ 3,62 para o lote com início de direito de exercício ao final do terceiro ano. Para as outorgas concedidas em 16 de março de 2011, o valor de cada opção foi determinado em R\$ 2,11, para o lote com início de direito de exercício ao final do primeiro ano, R\$ 3,22 para lote com início de direito de exercício ao final do segundo ano e R\$ 4,08 para o lote com início de direito de exercício ao final do terceiro ano.

	Quantidade de ações				Preço médio de exercício (R\$)	
	Outorgas	Exercício (i)	Cancelamentos (ii)	Opções de ações em circulação	Opções de ações exercíveis	
Outorgas concedidas em 30.04.2010	6.510.000	(1.600)	(333.000)	6.175.400	1.233.800	10,19
Outorgas concedidas em 18.01.2011	6.345.000	-	(420.000)	5.925.000	-	12,05
Outorgas concedidas em 16.03.2011	150.000	-	-	150.000	-	12,89
Posição em 31 de dezembro de 2011	13.005.000	(1.600)	(753.000)	12.250.400	1.233.800	

(i) Exercício de opção de 1.600 ações referente a primeira outorga concedida pela Companhia.

(ii) Os cancelamentos referem-se a ações outorgadas a diretores ou empregados desligados da Companhia. Conforme previsto no "Programa para a outorga de opções de compra de ações", na hipótese de desligamento do participante, ficará de pleno direito cancelada a opção no tocante às parcelas cujo direito ao exercício ainda não tenha sido adquirido.

30 LUCRO POR AÇÃO

a) Básico

Em atendimento à legislação das sociedades anônimas, na Controladora o lucro por ação é calculado mediante a divisão do lucro líquido do exercício pela quantidade média de ações ordinárias existentes durante o exercício, excluindo as ações adquiridas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

	Controladora			Consolidado		
	2011	2010	2009	2011	2010	2009
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	156.297	573.592	912.093	156.297	573.592	912.093
	<u>156.297</u>	<u>573.592</u>	<u>912.093</u>	<u>156.297</u>	<u>573.592</u>	<u>912.093</u>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas - milhares	723.667	723.665	723.665	723.667	723.665	723.665
Lucro básico por ação (em Reais)	0,2160	0,7926	1,2604	0,2160	0,7926	1,2604

b) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A Companhia tem apenas uma categoria de ações ordinárias potenciais diluídas, sendo ela opções de compra de ações. Para estas opções de compra de ações, é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio de mercado da ação da Companhia), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados às opções de compra de ações em circulação. A quantidade de ações calculada conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o exercício das opções de compra das ações.

	Controladora			Consolidado		
	2011	2010	2009	2011	2010	2009
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	156.297	573.592	912.093	156.297	573.592	912.093
Lucro usado para determinar o lucro diluído por ação	156.297	573.592	912.093	156.297	573.592	912.093
	<u>156.297</u>	<u>573.592</u>	<u>912.093</u>	<u>156.297</u>	<u>573.592</u>	<u>912.093</u>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas - milhares	723.667	723.665	723.665	723.667	723.665	723.665
Média ponderada do número de ações (em milhares) - diluído (i)	1.180	354	-	1.180	354	-
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro diluído por ação - milhares	724.847	724.019	723.665	724.847	724.019	723.665
Lucro básico por ação (em Reais)	0,2156	0,7922	1,2604	0,2156	0,7922	1,2604

(i) Refere-se ao efeito dilutivo potencial das ações para o período findo em 31 de dezembro de 2011 e 2010. Não existe efeito potencialmente dilutivo das ações para o ano findo em 31 de dezembro de 2009.

Os efeitos potencialmente antidilutivos referente às ações de nosso plano de opções de ações, que foram excluídas do cálculo do lucro por ação diluído, totalizaram 289.577 ações em 31 de dezembro de 2011. Em 31 de dezembro de 2010 e 2009 não houve efeito antidilutivo.

O efeito antidilutivo pode variar no futuro em função de alterações na cotação da ação.

31 PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

A Companhia, baseada na política de remuneração variável, aprovada pelo Conselho de Administração em abril de 1996 e renovada em dezembro de 2008, concede participação nos lucros e resultados aos seus empregados, que está vinculada a um plano de ação, objeto da avaliação dos resultados, bem como ao alcance de objetivos específicos, os quais são estabelecidos e acordados no início de cada ano. Até 2009, o valor da participação nos lucros e resultados era equivalente a 12,5% do lucro líquido do exercício social apurado de acordo com o US GAAP.

A partir de 2010, com a adoção e apresentação das demonstrações financeiras em IFRS no Brasil, este passou a ser o novo princípio contábil base para cálculo da participação desses lucros e resultados. Do montante a ser distribuído, 30% são distribuídos em partes iguais a todos os empregados e 70% de forma proporcional ao salário.

Em 2011, em caráter excepcional, a participação nos lucros e resultados da Companhia foi calculada sem que fossem considerados os efeitos da provisão de garantias financeiras conforme descrito na Nota 38.

A Controladora contabilizou a participação nos lucros e resultados nos montantes de R\$ 66.904, R\$ 65.670 e R\$ 58.339 em 2011, 2010 e 2009, respectivamente (no Consolidado R\$ 80.039, R\$ 71.759 e R\$ 61.929 em 2011, 2010 e 2009, respectivamente).

32 OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	Controladora			Consolidado		
	2011	2010	2009	2011	2010	2009
Garantia financeira (i)	(510.195)	-	(179.344)	(510.195)	-	(179.344)
Multas contratuais (ii)	108.332	41.506	128.513	105.111	39.117	122.267
Impostos sobre outras receitas	(38.968)	2.096	(12.729)	(39.842)	1.382	(15.083)
Vendas diversas	12.457	9.106	7.462	16.613	11.117	7.750
Ressarcimento de despesas	10.210	14.057	14.582	15.155	14.180	16.115
Gastos com programas	(13.735)	(12.727)	(6.648)	(13.735)	(12.727)	(6.648)
Provisões para contingências	14.090	(11.529)	(1.017)	13.623	(11.692)	(102)
Royalties	14.810	18.935	21.374	12.742	11.948	11.581
Manutenção e custo de voo das aeronaves - frota	(10.448)	(9.034)	(15.262)	(10.448)	(10.438)	(47.986)
Normas de segurança de voo	(6.917)	(6.217)	(5.653)	(6.917)	(6.217)	(5.653)
Modificação de produtos	(6.596)	(8.442)	(9.733)	(6.596)	(8.442)	(9.733)
Despesas com reestruturação (iii)	-	-	(119.905)	(1.220)	-	(137.321)
Manutenção de aeronaves de terceiros	(426)	(2.268)	(4.331)	(426)	(2.268)	(4.331)
Outras	27.375	47.017	(11.834)	15.724	(9.230)	(8.391)
	(400.011)	82.500	(194.525)	(410.411)	16.730	(256.879)

(i) Em 2011 foram constituídas novas provisões de garantias financeiras em função da exposição causada pelo cenário atual de nossos clientes concordatários conforme descrito na Nota 38;

(ii) Substancialmente composto por multas cobradas dos clientes pelo cancelamento de contratos de vendas, principalmente no segmento executivo, conforme previstos nos referidos contratos; e

(iii) Correspondem a custos incorridos em decorrência da revisão de base de custos e de efetivo de pessoal, adequando-os à realidade de demanda por aeronaves comerciais e executivas.

33 RECEITA (DESPESAS) POR NATUREZA

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado do exercício por função. A seguir apresenta o detalhamento dos custos e despesas por natureza:

	Controladora			Consolidado		
	2011	2010	2009	2011	2010	2009
Conforme demonstração de resultado:						
Receitas líquidas	8.466.553	8.130.393	9.284.481	9.858.055	9.380.625	10.871.275
Custo dos produtos e serviços vendidos	(6.642.803)	(6.635.392)	(7.655.651)	(7.638.825)	(7.582.662)	(8.759.483)
Administrativas	(313.854)	(254.818)	(280.842)	(440.044)	(346.061)	(376.199)
Comerciais	(584.977)	(482.468)	(503.514)	(702.866)	(657.010)	(601.119)
Pesquisa	(141.331)	(125.090)	(110.757)	(143.557)	(126.102)	(110.855)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(400.011)	82.500	(194.525)	(410.411)	16.730	(256.879)
Equivalência patrimonial	39.949	(69.943)	147.191	(624)	-	-
Resultado operacional	423.526	645.182	686.383	521.728	685.520	766.740
Receitas (despesas) por natureza:						
Receita de produtos	7.828.463	7.937.871	9.058.116	8.835.648	8.700.525	10.275.165
Receita de serviços	716.617	268.998	304.225	1.153.646	787.987	722.624
Dedução de vendas	(78.527)	(76.476)	(77.860)	(131.239)	(107.887)	(126.514)
Material	(6.369.821)	(6.359.302)	(7.345.618)	(7.237.630)	(7.199.067)	(8.281.938)
Depreciação	(64.139)	(79.679)	(130.887)	(181.875)	(179.819)	(228.341)
Amortização	(208.843)	(196.411)	(209.226)	(219.320)	(203.776)	(223.807)
Despesa com pessoal	(359.998)	(335.639)	(302.205)	(571.728)	(509.981)	(496.891)
Despesa com comercialização	(135.831)	(120.142)	(119.755)	(162.604)	(175.460)	(170.524)
Outras (despesas), líquidas	(904.395)	(394.038)	(490.407)	(963.170)	(427.002)	(703.034)
Resultado operacional	423.526	645.182	686.383	521.728	685.520	766.740

34 RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS LÍQUIDAS

	Controladora			Consolidado		
	2011	2010	2009	2011	2010	2009
Receitas financeiras:						
Juros sobre caixa e equivalentes de caixa e instrumentos financeiros ativos	207.939	170.791	170.369	223.098	203.209	196.222
Juros sobre recebíveis	45.985	37.032	55.989	43.315	41.415	90.978
Estruturação financeira	498	1.145	-	498	1.321	1.739
Despesas com garantias de valor residual	-	-	1.917	-	-	1.917
Outras	383	387	409	1.110	881	11.915
Total receitas financeiras	254.805	209.355	228.684	268.021	246.826	302.771
Despesas financeiras:						
Juros sobre financiamentos	(148.889)	(146.157)	(207.564)	(168.598)	(159.080)	(232.692)
Juros sobre impostos, encargos sociais e contribuições	(23.579)	(19.711)	(21.207)	(23.613)	(19.737)	(22.092)
Despesas com estruturação financeira	(996)	(1.121)	(1.529)	(18.451)	(15.025)	(27)
IOF sobre operações financeiras	(4.479)	(2.284)	(5.010)	(5.220)	(2.781)	(5.347)
Despesas com garantias de valor residual (i)	(202.153)	(4.674)	-	(202.153)	(4.674)	-
Outras	(15.540)	(10.973)	(14.661)	(22.495)	(14.644)	(26.312)
Total despesas financeiras	(395.636)	(184.920)	(249.971)	(440.530)	(215.941)	(286.470)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(140.831)	24.435	(21.287)	(172.509)	30.885	16.301

(i) Em 2011, a Companhia aumentou a provisão de garantias de valor residual em decorrência do pedido de concordata (Chapter 11) do cliente American Airlines (AMR), conforme descrito na Nota 38.

35 VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS LÍQUIDAS

	Controladora			Consolidado		
	2011	2010	2009	2011	2010	2009
Ativas:						
Caixa e equivalentes de caixa e instrumentos financeiros ativos	(219.427)	45.739	477.602	(221.873)	45.804	477.604
Crédito de impostos	(23.444)	(18.190)	51.902	(27.580)	(17.570)	55.061
Contas a receber de clientes, líquida	(42.378)	(671)	54.566	(31.112)	19.733	74.222
Adiantamentos a fornecedores	-	-	-	3.714	(1.408)	623
Outras	(37.173)	59.822	36.553	(41.501)	52.547	23.408
	<u>(322.422)</u>	<u>86.700</u>	<u>620.623</u>	<u>(318.352)</u>	<u>99.106</u>	<u>630.918</u>
Passivas:						
Impostos e encargos a recolher	99.180	(47.473)	(189.629)	104.048	(50.567)	(191.313)
Financiamentos	137.073	(7.136)	(410.220)	139.138	(12.057)	(436.138)
Provisões diversas	43.402	(15.038)	(70.513)	44.624	(15.097)	(72.613)
Contas a pagar	6.369	(6.168)	(13.445)	8.262	(7.203)	(15.615)
Adiantamentos de clientes	20.279	(10.529)	(60.460)	23.042	(19.500)	(59.697)
Provisões para contingências	13.485	(6.187)	(8.052)	13.674	(6.270)	(8.096)
Fornecedores	6.833	(759)	(10.579)	10.061	(1.517)	(10.401)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	2.843	(70)	349	2.840	(70)
Outras	(738)	(875)	(308)	(3.234)	(2.904)	(192)
	<u>325.883</u>	<u>(91.322)</u>	<u>(763.276)</u>	<u>339.964</u>	<u>(112.275)</u>	<u>(794.135)</u>
Variações monetárias e cambiais	3.461	(4.622)	(142.653)	21.612	(13.169)	(163.217)
Instrumentos financeiros derivativos	(12.461)	(11.980)	48.608	11.197	11.819	27.393
Variações monetárias e cambiais, líquidas	(9.000)	(16.602)	(94.045)	32.809	(1.350)	(135.824)

36 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Face à base tributária dos ativos e passivos da Controladora ser mantida em Real históricos e a base contábil em Dólar (moeda funcional), as flutuações na taxa de câmbio impactaram significativamente a base tributária e, conseqüentemente as despesas/receitas de imposto de renda diferido registradas no resultado.

A Companhia, fundamentada na expectativa provável de geração de lucros tributáveis, registrou em suas demonstrações financeiras o ativo fiscal diferido representado pelos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição.

Os créditos referentes as diferenças temporárias relativas às provisões não dedutíveis, representados principalmente por provisões de contingências trabalhistas, provisões e tributos em discussão judicial, serão realizados à medida que os processos correspondentes forem concluídos.

a) impostos diferidos

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Impostos diferidos ativos	92.953	196.303	123.601	231.750
Impostos diferidos passivos	-	-	(43.094)	(18.998)
Impostos diferidos ativos (passivos), líquidos	<u>92.953</u>	<u>196.303</u>	<u>80.507</u>	<u>212.752</u>

Os componentes de impostos ativos e passivos diferidos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, são demonstrados a seguir:

	Controladora			Consolidado		
	2011	2010	2009	2011	2010	2009
Provisões temporariamente não dedutíveis	729.962	583.770	568.821	819.423	648.919	631.731
Diferenças entre as bases societária e fiscal	120.888	99.770	104.663	120.888	99.770	104.663
Efeito da moeda funcional sobre a base tributária e societária dos itens não monetários (i)	42.712	267.844	287.979	48.917	280.379	297.326
Prejuízos fiscais a compensar	4.919	6.017	12.022	9.520	9.478	18.121
Gastos com pesquisa e desenvolvimento (art. 17 Lei 11.196/05)	(622.099)	(624.275)	(602.733)	(634.210)	(637.145)	(615.338)
Efeito de IFRS (ii)	(139.846)	(43.921)	(32.623)	(141.289)	(43.740)	(33.206)
Reavaliação do imobilizado 1990	(12.400)	(12.996)	(13.589)	(12.400)	(12.996)	(13.589)
Reavaliação do imobilizado 1988	(3.362)	(3.658)	(4.012)	(3.362)	(3.658)	(4.012)
Ajustes acumulados de conversão sobre investimentos	(745)	(10.136)	(16.215)	(745)	(10.136)	(16.215)
Outros	(27.076)	(66.112)	(36.587)	(126.235)	(118.119)	(98.773)
Impostos diferidos ativos (passivos), líquidos	92.953	196.303	267.726	80.507	212.752	270.708

(i) Os efeitos da conversão decorrem substancialmente da variação cambial sobre a base fiscal de ativos não monetários (estoques, imóveis, instalações e equipamentos e ativos intangíveis) realizados durante o ano.

(ii) Impostos diferidos relacionados às diferenças entre a base fiscal e base contábil da empresa, formada principalmente pelas garantias de valor residual e lucros não realizados.

Segue abaixo a movimentação dos impostos diferidos que afetaram o resultado:

	Controladora			Consolidado		
	Exercício	Abrangente	Total	Exercício	Abrangente	Total
Saldos em 01.01.2010	308.910	(41.184)	267.726	321.477	(50.769)	270.708
Prejuízos fiscais a compensar	(6.005)	-	(6.005)	(7.976)	-	(7.976)
Base negativa de contribuição social	-	-	-	(668)	-	(668)
Provisões temporariamente não dedutíveis	14.949	-	14.949	17.188	-	17.188
Efeito da moeda funcional sobre a base tributária e societária do estoque, imobilizado e intangível	(20.135)	-	(20.135)	(16.947)	-	(16.947)
Diferenças entre as bases societária e fiscal	(4.893)	-	(4.893)	(4.893)	-	(4.893)
Pesquisa e desenvolvimento (Lei 11.196/05)	(21.542)	-	(21.542)	(21.807)	-	(21.807)
Efeito de conversão dos impostos diferidos	-	(3.532)	(3.532)	-	(8.982)	(8.982)
Reserva de correção monetária	354	-	354	354	-	354
Ajustes acumulados de conversão sobre investimentos	-	6.079	6.079	-	6.079	6.079
Efeito de IFRS	(11.298)	-	(11.298)	(10.534)	-	(10.534)
Outros	(25.400)	-	(25.400)	(9.770)	-	(9.770)
Saldos em 31.12.2010	234.940	(38.637)	196.303	266.424	(53.672)	212.752
Prejuízos fiscais a compensar	(1.098)	-	(1.098)	(10.059)	-	(10.059)
Provisões temporariamente não dedutíveis	146.192	-	146.192	180.605	-	180.605
Efeito da moeda funcional sobre a base tributária e societária dos itens não monetários	(225.132)	-	(225.132)	(231.462)	-	(231.462)
Diferenças entre as bases societária e fiscal	21.118	-	21.118	21.118	-	21.118
Pesquisa e desenvolvimento (Lei 11.196/05)	2.176	-	2.176	2.935	-	2.935
Efeito de conversão dos impostos diferidos	-	3.253	3.253	-	(1.704)	(1.704)
Reserva de correção monetária especial	296	-	296	296	-	296
Ajustes acumulados de conversão sobre investimentos	-	9.390	9.390	-	9.390	9.390
Efeito de IFRS	(95.925)	-	(95.925)	(97.549)	-	(97.549)
Outros	36.380	-	36.380	(5.815)	-	(5.815)
Saldos em 31.12.2011	118.947	(25.994)	92.953	126.493	(45.986)	80.507

(b) Composição dos impostos correntes e diferidos

A seguir apresentamos a composição da receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social segregado entre corrente e diferido:

	Controladora			Consolidado		
	2011	2010	2009	2011	2010	2009
Constituição de prejuízos fiscais e base negativa	(1.099)	(6.005)	(16.809)	(10.058)	(8.643)	(23.380)
Redução dos créditos não reconhecidos	-	-	-	-	-	(4.341)
Sobre prejuízos fiscais e bases negativas	(1.099)	(6.005)	(16.809)	(10.058)	(8.643)	(27.721)
Diferenças temporárias	(36.834)	(51.774)	393.560	(50.449)	(30.983)	407.812
Diferenças de prática (Lei 6.404 x Lei 11.638)	(95.925)	(11.298)	(10.648)	(97.549)	(10.534)	(12.512)
Diferenças entre as bases societária e fiscal	17.865	(4.893)	-	18.125	(4.893)	-
Sobre diferenças temporárias	(114.894)	(67.965)	382.912	(129.873)	(46.410)	395.300
Despesa de imposto de renda diferido	(115.993)	(73.970)	366.103	(139.931)	(55.053)	367.579
Despesa de imposto de renda corrente	(1.405)	(5.453)	(25.061)	(70.843)	(59.824)	(77.525)
Despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos e correntes	(117.398)	(79.423)	341.042	(210.774)	(114.877)	290.054

(c) Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social:

	Controladora			Consolidado		
	2011	2010	2009	2011	2010	2009
Lucro antes da provisão para imposto de renda e contribuição social	273.695	653.015	571.051	382.028	715.055	647.217
Despesa de imposto de renda e contribuição social às alíquotas aplicáveis no Brasil - 34%	(93.056)	(222.025)	(194.157)	(129.890)	(243.119)	(220.054)
Tributação do Lucro das Controladas no Exterior	(72.876)	(2.420)	(13.393)	(72.876)	(2.420)	-
Efeito da moeda funcional sobre a base tributária e societária dos itens não monetários	(225.132)	(20.135)	556.093	(234.313)	(16.947)	576.990
Gastos com pesquisa e desenvolvimento (Lei 11.196/05)	93.556	109.991	118.999	94.537	109.991	118.999
Juros sobre capital próprio	76.899	52.947	59.051	76.899	52.947	59.051
Variação cambial sobre investimento	74.808	(73.944)	(215.237)	74.808	(73.944)	-
Efeito de conversão do resultado	39.387	30.342	(240.820)	34.844	24.049	(243.495)
Equivalência patrimonial	11.751	10.149	38.472	-	-	-
Créditos fiscais (reconhecidos e não reconhecidos) e diferença de alíquota	-	-	-	(31.166)	(30.871)	-
Outros	(22.735)	35.672	232.034	(23.617)	65.437	(1.437)
	(24.342)	142.602	535.199	(80.884)	128.242	510.108
Receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social na demonstração do resultado	(117.398)	(79.423)	341.042	(210.774)	(114.877)	290.054

O reconhecimento dos valores acima mencionados resultou em uma alíquota efetiva de 35,4% na Controladora e 40,4% no Consolidado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 (2010 - 12,16% e 16,07%, respectivamente e 2009 - 65,46% e 48,17%, respectivamente).

37 REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DOS ATIVOS (IMPAIRMENT)

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Companhia efetuou uma avaliação de todas as suas unidades geradoras de caixa (UGC) sem encontrar indicadores de perda, no entanto existem unidades geradoras de caixa relacionadas a ativos intangíveis em desenvolvimento, desta forma a Companhia efetuou análise de *impairment* para estes casos.

O valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseada em orçamentos financeiros aprovados pela Administração para um período de cinco anos.

Principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso:

Margem bruta

A Administração determinou a margem bruta orçada com base no seu desempenho passado e em suas expectativas para o desenvolvimento do mercado. Essas margens também consideram os ganhos de eficiência planejados para o ciclo do produto.

Taxas de crescimento

As taxas de crescimento foram refletidas no fluxo de receita orçado pela Companhia, consistentemente com as previsões incluídas nos relatórios do setor.

Taxas de desconto

As taxas de desconto utilizadas correspondem à taxas baseadas em cotações de mercado considerando o período de fluxo de caixa orçado utilizado pela Companhia, sendo 1,83% ao ano em 31 de dezembro de 2011 e 2,17% ao ano em 31 de dezembro de 2010.

Nenhuma perda por *impairment* (exceto para aeronaves) foi registrada para o ativo intangível ou ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

38 GARANTIAS FINANCEIRAS E DE VALOR RESIDUAL

Segue abaixo a movimentação das garantias financeiras para a controladora e consolidado:

	Garantias financeiras	Garantias financeiras de valor residual	Provisão adicional (i)	Total
Saldo em 01.01.2009	382.057	22.138	-	404.195
Adições	1.708	-	179.340	181.048
Marcação a mercado	-	(1.699)	-	(1.699)
Apropriação ao resultado	(36.329)	-	-	(36.329)
Ajuste de conversão	(93.638)	(5.918)	-	(99.556)
Saldo em 31.12.2009	253.798	14.521	179.340	447.659
Adições	966	-	-	966
Baixa	-	-	(45.824)	(45.824)
Marcação a mercado	-	4.674	-	4.674
Apropriação ao resultado	(27.290)	-	-	(27.290)
Ajuste de conversão	(6.943)	(729)	(6.718)	(14.390)
Saldo em 31.12.2010	220.531	18.466	126.798	365.795
Adições	-	-	666.519	666.519
Baixa	-	-	(38.819)	(38.819)
Reversão	(77.426)	-	(77.149)	(154.575)
Marcação a mercado	-	63.117	-	63.117
Apropriação ao resultado	(24.592)	-	-	(24.592)
Ajuste de conversão	23.460	3.781	23.587	50.828
Saldo em 31.12.2011	141.973	85.364	700.936	928.273

(i) Provisão adicional

• MESA - Em 2009, em decorrência do pedido de concordata (*Chapter 11*) em 5 de janeiro de 2010, do cliente MESA AirGroup, junto à Corte Distrital Sul da cidade de Nova Iorque, nos Estados Unidos da América, a Companhia constituiu provisão para cobrir perdas relativas às suas obrigações com garantias financeiras oferecidas ao agente financiador e demais investidores (*equity investors*) em relação às 36 aeronaves ERJ145 adquiridas pela MESA, considerando a sua melhor estimativa à época. Durante 2010 e 2011, essas garantias foram parcialmente exercidas e, conseqüentemente, a Companhia procedeu aos respectivos desembolsos no montante de R\$ 93,8 milhões e registrou os direitos

adquiridos no montante de R\$ 140,0 milhões. Tendo em vista que ao longo de 2011 as negociações para venda das aeronaves não avançaram e considerando a provável disposição dos ativos no curto prazo pelo agente financiador, a Companhia decidiu complementar a provisão para Garantias Financeiras registrando o valor de R\$ 143,3 milhões na rubrica de outras despesas operacionais. Em 31 de dezembro de 2011, a provisão constituída representa a totalidade da exposição da Companhia a essas garantias.

- AMR - Em 2011, em decorrência do pedido de concordata (*Chapter 11*), do cliente American Airlines (AMR), nos Estados Unidos da América, a Companhia constituiu provisão para cobrir perdas relativas às suas obrigações com garantias financeiras oferecidas ao agente financiador em relação a 216 aeronaves (ERJ 135, ERJ 140 e ERJ 145) adquiridas da Companhia e que poderão ser devolvidas ao agente financiador ao longo dos anos. A Administração entende que o acordo definitivo da devolução das aeronaves será finalizado após negociação entre a AMR e o agente financiador.

Para fazer frente a estas obrigações e considerando a melhor estimativa em relação aos montantes que serão desembolsados ao longo do tempo a Companhia registrou uma provisão de R\$ 583,2 milhões em 31 de dezembro de 2011, sendo R\$ 444,3 milhões em Outras despesas operacionais e R\$ 138,9 milhões em despesas financeiras. Prospectivamente, os montantes serão ajustados para refletir o cálculo do valor presente nas datas dos balanços, utilizando a taxa de notas do governo norte-americano que melhor reflete as atuais avaliações de mercado e prazos, bem como as mudanças de circunstâncias que podem afetar a estimativa dos desembolsos e os termos a serem acordados entre agente financiador e a AMR. Em 31 de dezembro de 2011, a exposição máxima da Companhia junto ao agente financiador em relação a esta garantia é de R\$ 958 milhões.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possuía R\$ 22,5 milhões em depósitos em garantia relativas a esta operação.

39 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo dos ativos e passivos financeiros da Companhia foi determinado mediante informações disponíveis no mercado e com a aplicação de metodologias que a Companhia julga apropriada para melhor avaliar cada tipo de instrumento, sendo necessária a utilização de considerável julgamento na interpretação dos dados de mercado para se produzir a mais adequada estimativa do valor justo. Como consequência, as estimativas apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes hipóteses e/ou metodologias pode ter um efeito material nos valores estimados de realização.

Os métodos abaixo foram utilizados para estimar o valor justo de cada classe de instrumento financeiro para os quais é praticável estimar-se valor justo.

Os valores contábeis do caixa, equivalentes de caixa, contas a receber e passivo circulante se aproximam do valor justo. O valor justo dos títulos mantidos até o vencimento é estimado através da metodologia de fluxo de caixa. O valor justo das dívidas de longo prazo é baseado no valor de seus fluxos de caixa contratuais. A taxa de desconto utilizada, quando aplicável, é baseada na curva futura de mercado para o fluxo de cada obrigação.

Em 31 de dezembro, os valores justos dos instrumentos financeiros são como segue:

	Controladora			
	2011		2010	
	valores contábeis	valores justos	valores contábeis	valores justos
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	1.609.030	1.609.030	1.668.509	1.668.509
Contas a receber de sociedades controladas	1.300.287	1.300.287	1.047.042	1.047.042
Instrumentos financeiros ativos	1.250.803	1.250.803	729.596	729.596
Contas a receber de clientes, líquidas	330.225	330.225	231.494	231.494
Financiamento a clientes	136.135	136.135	128.208	128.208
Instrumentos derivativos - designado como <i>hedge</i> valor justo	4.041	4.041	-	-
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	2.826.970	2.952.213	2.134.585	2.200.118
Fornecedores e outras obrigações	1.278.622	1.278.622	1.189.193	1.189.193
Garantia financeira e de valor residual	928.273	928.273	365.795	365.795
Instrumentos derivativos	324	324	730	730
	Consolidado			
	2011		2010	
	valores contábeis	valores justos	valores contábeis	valores justos
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	2.532.671	2.532.671	2.321.199	2.321.199
Instrumentos financeiros ativos	1.516.195	1.516.195	1.308.986	1.308.986
Contas a receber vinculadas	914.689	914.689	896.814	896.814
Contas a receber de clientes, líquidas	949.187	949.187	581.943	581.943
Financiamento a clientes	191.875	191.875	117.459	117.459
Instrumentos financeiros derivativos	53.994	53.994	37.107	37.107
Instrumentos derivativos - designado como <i>hedge</i> valor justo	4.041	4.041	-	-
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	3.110.155	3.251.038	2.390.606	2.474.641
Fornecedores e outras obrigações	2.603.291	2.603.291	2.220.262	2.220.262
Garantia financeira e de valor residual	928.273	928.273	365.795	365.795
Instrumentos derivativos	2.227	2.227	3.732	3.732

(b) Classificação

A Companhia considera "valor justo" como sendo o preço que seria recebido para vender um ativo ou pago para liquidar um passivo em uma transação normal entre participantes do mercado na data de medição (preço de saída). A Companhia emprega dados ou premissas de mercado que outros participantes do mercado utilizariam para determinar o preço do ativo ou passivo em questão, inclusive premissas sobre risco e os riscos inerentes nas fontes usadas na técnica de valorização. A Companhia aplica principalmente o método de mercado para valorizações recorrentes de valor justo e procura utilizar as melhores informações disponíveis. Neste sentido, a Companhia usa técnicas de valorização que maximizem o uso de fontes de informações observáveis e minimizem o uso de fontes de informações não-observáveis. A Companhia classifica hierarquicamente os saldos conforme a disponibilidade de fontes observáveis utilizadas para gerar os preços dos valores justos. A hierarquia é composta por três níveis de valor justo conforme segue:

(i) Nível 1 - preços cotados estão disponíveis em mercados com liquidez elevada para ativos e passivos idênticos na data das demonstrações financeiras. Mercados com liquidez elevada são aqueles nos quais transações para o ativo ou passivo em questão ocorrem com uma frequência suficiente e em volumes que permitam obter informações sobre preços a qualquer momento. O Nível 1 consiste principalmente em instrumentos financeiros tais como derivativos, ações e outros ativos negociados em bolsas de valores.

(ii) Nível 2 - preços utilizados são outros que os preços cotados em mercados com liquidez elevada incluídos no Nível 1, porém que sejam direta ou indiretamente observáveis na data do reporte. Nível 2 inclui instrumentos financeiros valorizados utilizando algum tipo de modelagem ou de outra metodologia de valorização. Estes são modelos padronizados de mercado que são amplamente utilizados por outros participantes, que consideram diversas premissas, inclusive preços futuros de commodities, valores no tempo, fatores de volatilidade e preços atuais de mercado e contratuais para os instrumentos subjacentes, bem como quaisquer outras medições econômicas relevantes. Praticamente todas estas premissas podem ser observadas no mercado ao longo do prazo inteiro do instrumento em questão, derivados a partir de dados observáveis ou substanciadas por níveis que possam ser observados onde são executadas transações no mercado. Instrumentos que se enquadram nesta categoria incluem derivativos não negociados em bolsas como contratos de *swap* ou futuros e opções de balanço.

(iii) Nível 3 - as fontes de informação sobre preços utilizados incluem fontes que geralmente são menos observáveis, mas que possam partir de fontes objetivas. Estas fontes podem ser usadas junto com metodologias desenvolvidas internamente que resultem na melhor estimativa da administração de valor justo. Na data de cada balanço, a Companhia efetua uma análise de todos os instrumentos e inclui dentro da classificação de Nível 3 todos aqueles instrumentos cujos valores justos estão baseados em informações geralmente não observáveis.

A tabela a seguir classifica por nível utilizando a hierarquia de valor justo dos ativos e passivos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2011. A avaliação da Companhia sobre a significância de determinadas informações é subjetiva e poderá afetar a valorização de ativos e passivos ao valor justo e sua classificação dentro dos níveis de hierarquia de valor justo.

a) Controladora

2011				
	Preços cotados em mercados ativos por ativos idênticos (Nível 1)	Fontes significativas observáveis (Nível 2)	Fontes significativas não-observáveis (Nível 3)	Total
Ativos				
Títulos negociáveis	1.097.151	759	152.893	1.250.803
Derivativos designado valor justo	-	4.041	-	4.041
Passivos				
Derivativos	-	324	-	324
2010				
	Preços cotados em mercados ativos por ativos idênticos (Nível 1)	Fontes significativas observáveis (Nível 2)	Fontes significativas não-observáveis (Nível 3)	Total
Ativos				
Títulos negociáveis	597.699	131.897	-	729.596
Passivos				
Derivativos	-	730	-	730
Modificações de valor justo utilizando fontes significativas não-observáveis (Nível 3) - 2011				-
Compra/(venda)				150.072
Ganhos não realizados				2.821
Saldo em 31.12.2011				152.893

b) Consolidado

2011				
	Preços cotados em mercados ativos por ativos idênticos (Nível 1)	Fontes significativas observáveis (Nível 2)	Fontes significativas não-observáveis (Nível 3)	Total
Ativos				
Títulos negociáveis	1.249.630	778	168.513	1.418.921
Derivativos	-	53.994	-	53.994
Derivativos designado valor justo	-	4.041	-	4.041
Passivos				
Derivativos	-	2.227	-	2.227
2010				
	Preços cotados em mercados ativos por ativos idênticos (Nível 1)	Fontes significativas observáveis (Nível 2)	Fontes significativas não-observáveis (Nível 3)	Total
Ativos				
Títulos negociáveis	669.792	365.142	172.336	1.207.270
Derivativos	-	37.107	-	37.107
Passivos				
Derivativos	-	3.732	-	3.732
Modificações de valor justo utilizando fontes significativas não-observáveis (Nível 3) - 2011				172.336
Compra/(venda)				(25.253)
Ganhos (perdas) não realizados				(258)
Efeito de conversão				21.688
Saldo em 31.12.2011				168.513
Modificações de valor justo utilizando fontes significativas não-observáveis (Nível 3) - 2010				240.285
Compra/(venda)				(62.166)
Ganhos (perdas) não realizados				4.566
Efeito de conversão				(10.349)
Saldo em 31.12.2010				172.336

Política de gestão de riscos financeiros

A Companhia possui e segue política de gerenciamento de riscos, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartes. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito e a qualidade do risco das contrapartes.

A política de gerenciamento de risco da Companhia foi estabelecida pela Diretoria e aprovada pelo Conselho de Administração, e prevê a existência de um comitê de gestão financeira. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando não têm contrapartida nas operações da Companhia e quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa. Os procedimentos de controles internos da Companhia proporcionam o acompanhamento de forma consolidada dos resultados financeiros e dos impactos no fluxo de caixa.

O Comitê de Gestão Financeira auxilia a Diretoria Financeira a examinar e revisar informações relacionadas com o cenário econômico e seus possíveis impactos nas operações da Companhia, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco.

Nas condições da política de gestão financeira, a Companhia administra alguns dos riscos por meio da utilização de instrumentos derivativos, com propósito de mitigar suas operações contra os riscos de flutuação na taxa de juros e de câmbio, sendo vedada à utilização desse tipo de instrumento para fins especulativos.

a) Gestão de Capital

Ao administrar seu capital a Companhia busca salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital otimizada com o objetivo de reduzir os custos.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

A companhia busca e monitora constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira, com o objetivo de mitigação de risco de refinanciamento e maximização do retorno ao acionista. A relação entre liquidez e o retorno ao acionista pode sofrer alterações de tempos em tempos, conforme a administração julgue necessária.

Nesse sentido a Companhia vem mantendo ao longo do tempo saldo de caixa superior ao saldo de endividamento financeiro, bem como procura manter acesso à liquidez através do estabelecimento e manutenção de linha de crédito da modalidade *standby* conforme descrito na Nota 19.

A gestão de capital da Companhia pode sofrer alterações ao longo do tempo conforme mudança no cenário econômico ou por reposicionamento estratégico da Companhia.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a posição consolidada de caixa e equivalentes de caixa superava o endividamento financeiro da Companhia em R\$ 836.100 (R\$ 1.152.800 em 31 de dezembro de 2010) resultando, em termos líquidos, em uma estrutura de capital sem alavancagem.

Do endividamento financeiro total em 31 de dezembro de 2011, 15,2% era de curto prazo (5,1% em 31 de dezembro de 2010) e o prazo médio ponderado era equivalente há 4,8 anos em 31 de dezembro de 2011 (6,3 anos em 31 de dezembro de 2010). O capital próprio representava 35,2% em 31 de dezembro de 2011 e 37,3% ao final de 2010 do passivo total.

b) Risco de crédito

A Companhia pode incorrer em perdas com valores a receber oriundos de faturamentos de peças de reposição e serviços. Para reduzir esse risco, é realizada constantemente a análise de crédito dos clientes. Quanto às contas a receber oriundas de faturamento de aeronaves, a Companhia pode incorrer em risco de crédito, enquanto a estruturação de financiamento não for finalizada. Para minimizar esse risco de crédito, a Companhia atua com instituições financeiras com o objetivo de agilizar a estruturação dos financiamentos.

Para fazer face às possíveis perdas com créditos de liquidação duvidosa foram constituídas provisões, cujo montante é considerado suficiente pela Administração, para a cobertura de eventuais perdas com a realização dos ativos.

A política de gestão financeira determina que os ativos que compõem as carteiras de investimento no Brasil e no exterior possuam classificação de risco mínima como grau de investimento, bem como estabelece uma concentração máxima de risco equivalente a 15% do Patrimônio Líquido da instituição financeira emitente e, quando se tratar de instituição não financeira, uma participação máxima equivalente a 5% do valor total da emissão.

Os riscos de contraparte nas operações derivativas são administrados com a contratação de operações por meio de instituições financeiras de primeira linha e registro na Câmara Especial de Liquidação e Custódia - (CETIP).

c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em Real e em Dólar, são estabelecidas projeções baseadas em contratos e premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela Companhia, dado isto possíveis descasamentos são detectados com grande antecedência permitindo que a Companhia adote medidas de mitigação com grande antecedência, sempre buscando diminuir o risco e o custo financeiro.

A tabela a seguir fornece informações adicionais relativas aos passivos financeiros da Companhia, não descontados, e seus respectivos vencimentos.

	Controladora				
	Total	Menos de um ano	Entre um e três anos	Entre três e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2011					
Financiamentos	3.642.973	483.270	842.958	359.400	1.957.345
Fornecedores	1.175.284	1.175.284	-	-	-
Garantias financeiras	928.273	595.141	159.789	130.709	42.634
Outros passivos	328.553	25.922	109.578	130.148	62.905
Obrigações com arrendamento financeiro	83	83	-	-	-
Total	<u>6.075.166</u>	<u>2.279.700</u>	<u>1.112.325</u>	<u>620.257</u>	<u>2.062.884</u>
Em 31 de dezembro de 2010					
Financiamentos	2.913.858	144.647	812.630	202.802	1.753.779
Fornecedores	1.079.498	1.079.498	-	-	-
Garantias financeiras	365.795	158.357	61.093	71.865	74.480
Outros passivos	175.047	20.167	30.888	104.620	19.372
Obrigações com arrendamento financeiro	1.267	1.194	73	-	-
Total	<u>4.535.465</u>	<u>1.403.863</u>	<u>904.684</u>	<u>379.287</u>	<u>1.847.631</u>
	Consolidado				
	Total	Menos de um ano	Entre um e três anos	Entre três e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2011					
Financiamentos	3.965.127	588.438	872.001	400.099	2.104.589
Fornecedores	1.556.705	1.556.705	-	-	-
Dívida com e sem direito de regresso	867.757	586.797	59.496	83.740	137.724
Garantias financeiras	928.273	595.141	159.789	130.709	42.634
Outros passivos	302.806	11.087	70.286	132.994	88.439
Obrigações com arrendamento financeiro	5.958	2.692	2.936	330	-
Total	<u>7.626.626</u>	<u>3.340.860</u>	<u>1.164.508</u>	<u>747.872</u>	<u>2.373.386</u>
Em 31 de dezembro de 2010					
Financiamentos	3.245.161	219.628	910.850	226.791	1.887.892
Fornecedores	1.250.029	1.250.029	-	-	-
Dívida com e sem direito de regresso	783.568	186.314	364.980	35.556	196.718
Garantias financeiras	365.795	158.357	61.093	71.865	74.480
Outros passivos	190.939	34.604	67.325	39.653	49.357
Obrigações com arrendamento financeiro	7.143	2.882	4.261	-	-
Total	<u>5.842.635</u>	<u>1.851.814</u>	<u>1.408.509</u>	<u>373.865</u>	<u>2.208.447</u>

A tabela acima mostra o valor de principal do passivo e juros quando aplicáveis na data de seus respectivos vencimentos. Para os passivos de taxa fixa, as despesas de juros foram calculadas com base no índice estabelecido em cada contrato e para passivos com taxas flutuantes. As despesas de juros foram calculadas com base na previsão de mercado para cada período (exemplo: LIBOR 6m - 12m).

(d) Risco de mercado

(i) Risco com taxa de juros

Possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a passivos sujeitos a juros flutuantes que reduzam os rendimentos dos ativos sujeitos a juros flutuantes e/ou quando da flutuação do valor justo na apuração de preço de ativos ou passivos que estejam marcados a mercado e que sejam corrigidos com taxas pré-fixadas.

Aplicações financeiras - Como parte da política de gerenciamento do risco de flutuação nas taxas de juros relativamente às aplicações financeiras, a Companhia mantém um sistema de mensuração de risco de mercado, utilizando o método *Value-At-Risk (VAR)*, que compreende uma análise conjunta da variedade de fatores de risco que podem afetar a rentabilidade dessas aplicações. As receitas financeiras apuradas no exercício já refletem o efeito de marcação a mercado dos ativos que compõem as carteiras de investimento no Brasil e no exterior.

Empréstimos e Financiamentos - A Companhia tem pactuados contratos de derivativos para fazer proteção contra o risco de flutuação nas taxas de juros em algumas operações e, além disso, monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Em 31 de dezembro de 2011, as aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos consolidados da Companhia, estão indexados como segue:

	Controladora					
	Pré-Fixado		Pós-Fixado		Total	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Aplicações Financeiras	910.437	31,84%	1.949.396	68,16%	2.859.833	100,00%
. Denominadas em Reais	-	-	1.685.156	58,92%	1.685.156	58,92%
. Denominadas em US\$	910.408	31,83%	264.240	9,24%	1.174.648	41,07%
. Denominadas em outras moedas	29	0,01%	-	-	29	0,01%
Empréstimos	2.669.467	94,43%	157.503	5,57%	2.826.970	100,00%
. Denominados em Reais	986.183	34,88%	157.503	5,57%	1.143.686	40,45%
. Denominados em US\$	1.683.284	59,55%	-	-	1.683.284	59,55%

TABELA APÓS OS DERIVATIVOS

	Controladora					
	Pré-Fixado		Pós-Fixado		Total	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Aplicações Financeiras	910.437	31,84%	1.949.396	68,16%	2.859.833	100,00%
. Denominadas em Reais	-	-	1.685.156	58,92%	1.685.156	58,92%
. Denominadas em US\$	910.408	31,83%	264.240	9,24%	1.174.648	41,07%
. Denominadas em outras moedas	29	0,01%	-	-	29	0,01%
Empréstimos	2.461.802	87,08%	365.168	12,92%	2.826.970	100,00%
. Denominados em Reais	778.518	27,54%	365.168	12,92%	1.143.686	40,46%
. Denominados em US\$	1.683.284	59,54%	-	-	1.683.284	59,54%

	Consolidado					
	Pré-Fixado		Pós-Fixado		Total	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Aplicações Financeiras	1.731.770	42,77%	2.317.096	57,23%	4.048.866	100,00%
. Denominadas em Reais	-	0,00%	1.724.016	42,58%	1.724.016	42,58%
. Denominadas em US\$	1.540.929	38,06%	593.080	14,65%	2.134.009	52,71%
. Denominadas em outras moedas	190.841	4,71%	-	-	190.841	4,71%
Empréstimos	2.767.575	88,99%	342.580	11,01%	3.110.155	100,00%
. Denominados em Reais	986.767	31,73%	177.929	5,72%	1.164.696	37,45%
. Denominados em US\$	1.725.374	55,48%	164.651	5,29%	1.890.025	60,77%
. Denominados em Outras moedas	55.434	1,78%	-	-	55.434	1,78%

TABELA APÓS OS DERIVATIVOS

	Consolidado					
	Pré-Fixado		Pós-Fixado		Total	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Aplicações Financeiras	1.731.770	42,77%	2.317.096	57,23%	4.048.866	100,00%
. Denominadas em Reais	-	-	1.724.016	42,58%	1.724.016	42,58%
. Denominadas em US\$	1.540.929	38,06%	593.080	14,65%	2.134.009	52,71%
. Denominadas em outras moedas	190.841	4,71%	-	-	190.841	4,71%
Empréstimos	2.570.905	82,66%	539.251	17,34%	3.110.156	100,00%
. Denominados em Reais	779.102	25,05%	385.594	12,40%	1.164.696	37,45%
. Denominados em US\$	1.736.369	55,83%	153.657	4,94%	1.890.026	60,77%
. Denominados em Outras moedas	55.434	1,78%	-	-	55.434	1,78%

Em 31 de dezembro de 2011, as aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos pós-fixados da Controladora e Consolidado eram indexados como segue:

	Controladora			
	Sem efeito dos derivativos		Com efeito dos derivativos	
	Valor	%	Valor	%
Aplicações Financeiras	1.949.396	100,00%	1.949.396	100,00%
CDI	1.685.156	86,45%	1.685.156	86,45%
Libor	264.240	13,55%	264.240	13,55%
Empréstimos	157.503	100,00%	365.168	100,00%
TJLP	157.503	100,00%	157.503	43,13%
CDI	-	-	207.665	56,87%

	Consolidado			
	Sem efeito dos derivativos		Com efeito dos derivativos	
	Valor	%	Valor	%
Aplicações Financeiras	2.317.096	100,00%	2.317.096	100,00%
CDI	1.724.016	74,40%	1.724.016	74,40%
Libor	593.080	25,60%	593.080	25,60%
Empréstimos	342.580	100,00%	539.251	100,00%
TJLP	175.916	51,35%	175.916	32,62%
Libor	164.651	48,06%	153.657	28,50%
CDI	2.013	0,59%	209.678	38,88%

(ii) Risco com taxa de câmbio

A Companhia adota o Dólar como moeda funcional de seus negócios (Nota 2.2.b).

Como consequência, as operações da Companhia expostas ao risco de variação cambial são, majoritariamente, as operações denominadas em Real (custo de mão de obra, despesas no Brasil, aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos denominados em Real), bem como os ativos e passivos em sociedades controladas e coligadas em moedas diferentes das suas respectivas moedas funcionais.

A política de proteção de riscos cambiais sobre posições ativas e passivas adotada pela Companhia está substancialmente baseada na busca pela manutenção do equilíbrio de ativos e passivos sujeitos a variação cambial indexados em cada moeda e na gestão diária das operações de compra e venda de moeda estrangeira visando assegurar que, na realização das transações contratadas, esse *hedge* natural efetivamente se materialize. Essa política minimiza o efeito da variação cambial sobre ativos e passivos já contratados, mas não protege o risco de flutuação dos resultados futuros em função da apreciação ou depreciação do Real que pode, quando medida em Dólar, apresentar um aumento ou redução da parcela de custos denominados em Real.

A Companhia, em determinadas condições de mercado, pode decidir proteger possíveis descasamentos futuros de despesas ou receitas em outras moedas com o intuito de minimizar a variação cambial futura implícita no resultado da empresa.

A busca pela minimização do risco cambial sobre os direitos e obrigações denominadas em moedas diferentes da moeda funcional pode originar operações com instrumentos derivativos, como por exemplo, mas não limitado, *swaps*, opções cambiais e *Non-Deliverable Forward (NDF)*.

Hedge accounting - Valor justo

No momento da designação inicial do *hedge*, a Companhia formalmente documenta o relacionamento entre os instrumentos de *hedge* e os itens que são objeto de *hedge*, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e a estratégia na condução da transação, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade do relacionamento. A Companhia faz uma avaliação contínua do contrato para avaliar se o instrumento será “altamente eficaz” na compensação de variações no valor justo dos respectivos itens objeto de *hedge* durante o período para o qual o *hedge* é designado, e se os resultados reais de cada *hedge* estão dentro da faixa de 80% a 125%.

Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia designou como *hedge accounting*, instrumentos financeiros derivativos (*swap*), convertendo operações de financiamentos sujeitos a taxas de juros fixo de 9,00% a.a para uma taxa flutuante equivalente a 75,08% a.a. do CDI. O montante do financiamento e do valor de referência do instrumento derivativo corresponde a R\$ 200.000.

Hedge Accounting - Fluxo de Caixa

No momento da designação inicial do *hedge*, a Companhia formalmente documenta o relacionamento entre os instrumentos de *hedge* e os itens que são objeto de *hedge*, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e a estratégia na condução da transação, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade do relacionamento. A Companhia faz uma avaliação contínua do contrato para avaliar se o instrumento será “altamente eficaz” na compensação de variações no valor justo dos respectivos itens objeto de *hedge* durante o período para o qual o *hedge* é designado, e se os resultados reais de cada *hedge* estão dentro da faixa de 80% a 125%.

O objetivo das operações de *hedge* de fluxo de caixa é proteger os fluxos altamente prováveis de despesas de salários além das despesas médicas denominados em Real contra o risco de variação cambial. Os fluxos de caixa objeto das transações são esperados para se realizarem mensalmente, com início em janeiro de 2012 e término em janeiro de 2013. Os fluxos de caixa projetados afetarão resultado do exercício no momento em que as despesas forem reconhecidas.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia designou como *hedge* de fluxo de caixa instrumentos financeiros derivativos na modalidade *zero-cost collar*. Tais instrumentos consistem na compra de *Put* com *strike price* de R\$ 1,7500 e na venda de *Call* com *strike price* médio de R\$ 2,4390; tendo sido as opções contratadas com a mesma contraparte e com prêmio líquido zero. O valor de referência dos instrumentos contratados totaliza R\$ 756.000 (equivalente a US\$ 432.000 milhões, convertidos a taxa de câmbio de R\$ 1,75). O valor justo dos instrumentos de *hedge* em 31 de dezembro de 2011 está apresentado na seção “Contratos de *swap* cambial”.

Os valores justos dos instrumentos de *hedge* são determinados através do modelo Garman-Kohlhagen, o qual é usualmente utilizado pelos participantes de mercado para mensuração de instrumentos similares.

Contratos de swap de juros

São contratados com o objetivo principal de trocar o indexador de dívidas a taxas flutuantes para taxas de juros fixas, bem como para troca de Dólar para o Real ou inversos conforme o caso. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia não possuía nenhum contrato derivativo sujeito a chamadas de margem.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia tinha contratado um *swap* designado como *hedge* de valor justo, pelo qual converteu uma dívida na modalidade de Exportação com o valor de referência em Real no montante de R\$ 200.000 equivalentes a US\$ 106.621 mil, de uma taxa fixa de 9,00% a.a. para uma taxa flutuante de 75,08% a.a. do CDI (Certificado de Depósito Interbancário), conforme demonstrado no quadro abaixo:

Objeto amparado	Modalidade	Moeda original	Moeda atual	Notional (em milhares)	Taxa média pactuada	Ganho (perda)	
						Valor	Valor de
						contábil 2011	mercado 2011
Controladora							
Financiamento de Exportação							
Designado como Hedge de Valor Justo							
Ativo da Empresa	“Swap”	R\$	R\$	200.000	9,00% a.a.	4.041	4.041
Passivo da Empresa	“Swap”				75,08% CDI a.a.		
Contrapartes							
Bradesco						2.021	2.021
Goldman Sachs						2.020	2.020
Total						4.041	4.041

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia tem pactuado contratos de *swap* por meio dos quais efetivamente converteu o montante de R\$ 299.345 equivalentes a US\$ 159.583 mil de obrigações com e sem direito de regresso de uma taxa de juros fixa de 5,98% a.a. para uma taxa de juros flutuante equivalente a Libor + 1,21% a.a., e por meio de uma subsidiária contratou uma operação de *swap* no montante de R\$ 10.994 equivalentes a US\$ 5.861 mil convertendo operações de financiamentos sujeitos a taxa de juros flutuantes de Libor 1 mês + 2,44% a.a. a juros fixos de 5,23% a.a.

Veja abaixo a tabela com as operações de *swaps* descritas:

Objeto amparado	Modalidade	Moeda original	Moeda atual	Notional (em milhares)	Taxa média pactuada	Ganho (perda)		Ganho (perda)	
						Valor	Valor de	Valor	Valor de
						contábil 2011	mercado 2011	contábil 2010	mercado 2010
Consolidado									
Obrigações com e sem direito de regresso									
Ativo da Empresa	“Swap”	US\$	US\$	299.345	5,98% a.a.	53.373	53.373	34.725	34.725
Passivo da Empresa	“Swap”			299.345	Libor + 1,21% a.a.				
Contrapartes									
Natixis						53.373	53.373	34.725	34.725
Financiamento de Exportação - Designado como Hedge de Valor Justo									
Ativo da Empresa	“Swap”	R\$	R\$	200.000	9,00% a.a.	4.041	4.041	-	-
Passivo da Empresa	“Swap”	75,08% CDI a.a.							
Contrapartes									
Bradesco						2.021	2.021	-	-
Goldman Sachs						2.020	2.020	-	-
Aquisição de Imobilizado									
Ativo da Empresa	“Swap”	US\$	US\$	10.994	Libor 1M + 2,44% a.a.	(1.283)	(1.283)	(620)	(620)
Passivo da Empresa	“Swap”			10.994	5,23% a.a.				
Contrapartes									
Compass Bank						(1.283)	(1.283)	(620)	(620)
Total						56.131	56.131	34.105	34.105

Swaps - são avaliados pelo valor presente do fluxo futuro apurado pela aplicação das taxas contratuais até o vencimento e descontado a valor presente na data das demonstrações financeiras pelas taxas de mercado vigentes.

Contratos de derivativos cambiais

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possuía operações de opções que foram designadas como *hedge accounting* de Fluxo de Caixa no montante líquido de R\$ 756.000 equivalentes a US\$ 432.000 mil onde efetuou compra de *Put* com preço de exercício médio de R\$ 1,7500 e venda de *Call* com preço médio de R\$ 2,4390. Em 31 de dezembro de 2011, a taxa de fechamento se encontrava entre os valores de *Put* e *Call*, não sendo reconhecido nenhum ganho ou perda para as operações.

Outros Derivativos

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia tem pactuado operações de swap equivalentes a R\$ 46.895 por meio das quais passou a ter um ativo indexado ao Cupom Cambial e um passivo a uma taxa de juros préfixada. Conforme demonstrado abaixo, com efeito, na Controladora e Consolidado:

Objeto amparado	Modalidade	Moeda original	Moeda atual	Notional (em milhares)	Taxa média pactuada	Ganho (perda)		Ganho (perda)	
						Valor contábil 2011	Valor de mercado 2011	Valor contábil 2010	Valor de mercado 2010
Outros									
Ativo da Empresa	"Swap"	US\$	US\$	46.895	Cupom	(324)	(324)	(730)	(730)
Passivo da Empresa	"Swap"			46.895	USD Pré				
Contrapartes									
JP Morgan						(324)	(324)	(730)	(730)
Total						(324)	(324)	(730)	(730)

Esses contratos de swap são sujeitos ao risco Soberano Brasileiro e, em caso de um evento que limite à conversibilidade do Real e/ou altere os tributos incidentes, poderá resultar no resgate da operação no Brasil na forma de títulos públicos de emissão do Governo Brasileiro no mercado interno (Letras do Tesouro Nacional (LTNs)) juntamente com uma operação de swap de tais títulos para Dólar.

Análise de sensibilidade

Nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução nº 475/08, a fim de apresentar 25% e 50% de variação positiva e negativa na variável de risco considerada apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, incluindo os derivativos, que descreve os efeitos sobre as variações monetárias e cambiais, bem como sobre as receitas e despesas financeiras apuradas sobre os saldos contábeis registrados em 31 de dezembro de 2011 caso tais variações no componente de risco identificado ocorressem.

Entretanto, simplificações estatísticas foram efetuadas no isolamento da variabilidade do fator de risco em análise. Como consequência, as estimativas apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser apurados nas próximas demonstrações financeiras. O uso de diferentes hipóteses e/ou metodologias pode ter um efeito material sobre as estimativas apresentadas a seguir.

Metodologia utilizada:

A partir dos saldos dos valores expostos, conforme demonstrado nas tabelas do item (c) acima, e assumindo que os mesmos se mantenham constantes, apuramos o diferencial de juros e de variação cambial para cada um dos cenários projetados.

Na avaliação dos valores expostos ao risco de taxa de juros, consideramos apenas os riscos para as demonstrações financeiras, ou seja, não foram incluídas as operações sujeitas a juros pré-fixados.

O cenário provável está baseado nas expectativas da Companhia para cada uma das variáveis indicadas e, as variações positivas e negativas de 25% e 50% foram aplicadas sobre as taxas vigentes na data das demonstrações financeiras.

Para análise de sensibilidade dos contratos de derivativos as variações positivas e negativas de 25% e 50% foram aplicadas sobre a curva de mercado (BM&FBOVESPA) vigente na data das demonstrações financeiras.

a) Fator de risco juros

Fator de risco	Valores expostos em 2011	Controladora					
		Variações Adicionais no Saldo Contábil (*)					
		(50%)	(25%)	Cenário provável	25%	50%	
Aplicações Financeiras	CDI	1.685.156	(91.588)	(45.794)	(18.874)	45.794	91.588
Empréstimos	CDI	-	-	-	-	-	-
Impacto Líquido	CDI	1.685.156	(91.588)	(45.794)	(18.874)	45.794	91.588
Aplicações Financeiras	Libor	264.240	(293)	(146)	339	146	293
Empréstimos	Libor	-	-	-	-	-	-
Impacto Líquido	Libor	264.240	(293)	(146)	339	146	293
Aplicações Financeiras	TJLP	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	TJLP	157.503	4.725	2.363	-	(2.363)	(4.725)
Impacto Líquido	TJLP	(157.503)	4.725	2.363	-	(2.363)	(4.725)
Taxas Consideradas	CDI	10,87%	5,44%	8,15%	9,75%	13,59%	16,31%
Taxas Consideradas	Libor	0,22%	0,11%	0,17%	0,35%	0,28%	0,33%
Taxas Consideradas	TJLP	6,00%	3,00%	4,50%	6,00%	7,50%	9,00%

(*) As variações positivas e negativas de 25% e 50% foram aplicadas sobre as taxas vigentes em 2011.

Fator de risco	Valores expostos em 2011	Consolidado					
		Variações Adicionais no Saldo Contábil (*)					
		(50%)	(25%)	Cenário provável	25%	50%	
Aplicações Financeiras	CDI	1.724.016	(93.700)	(46.850)	(19.309)	46.850	93.700
Empréstimos	CDI	2.013	109	55	23	(55)	(109)
Impacto Líquido	CDI	1.722.003	(93.591)	(46.795)	(19.286)	46.795	93.591
Aplicações Financeiras	LIBOR	593.080	(657)	(329)	761	329	657
Empréstimos	LIBOR	164.651	183	91	(211)	(91)	(183)
Impacto Líquido	LIBOR	428.429	(474)	(238)	550	238	474
Aplicações Financeiras	TJLP	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	TJLP	175.916	5.277	2.639	-	(2.639)	(5.277)
Impacto Líquido	TJLP	(175.916)	5.277	2.639	-	(2.639)	(5.277)
Taxas Consideradas	CDI	10,87%	5,44%	8,15%	9,75%	13,59%	16,31%
Taxas Consideradas	LIBOR	0,22%	0,11%	0,17%	0,35%	0,28%	0,33%
Taxas Consideradas	TJLP	6,00%	3,00%	4,50%	6,00%	7,50%	9,00%

(*) As variações positivas e negativas de 25% e 50% foram aplicadas sobre as taxas vigentes em 2011.

b) Fator de risco câmbio

Fator de risco	Valores expostos em 2011	Controladora					
		Variações Adicionais no Saldo Contábil (*)					
		(50%)	(25%)	Cenário provável	25%	50%	
Ativos		2.512.947	1.256.474	628.237	168.531	(628.237)	(1.256.474)
Aplicações Financeiras	BRL	1.685.156	842.578	421.289	113.015	(421.289)	(842.578)
Demais Ativos	BRL	827.791	413.896	206.948	55.516	(206.948)	(413.896)
Passivos		2.787.714	(1.393.857)	(696.929)	(186.957)	696.929	1.393.857
Financiamentos	BRL	1.143.686	(571.843)	(285.922)	(76.701)	285.922	571.843
Demais Passivos	BRL	1.644.028	(822.014)	(411.007)	(110.256)	411.007	822.014
Total Líquido		(274.767)	(137.383)	(68.692)	(18.426)	68.692	137.383
Taxa de Câmbio Considerada		1,8758	0,9379	1,4069	1,7500	2,3448	2,8137

(*) As variações positivas e negativas de 25% e 50% foram aplicadas sobre as taxas vigentes em 2011.

	Fator de risco	Valores expostos em 2011	Consolidado				
			Variações Adicionais no Saldo Contábil (*)				
			(50%)	(25%)	Cenário provável	25%	50%
Ativos		2.534.273	1.267.136	633.568	169.961	(633.568)	(1.267.136)
Aplicações Financeiras	BRL	1.724.016	862.008	431.004	115.621	(431.004)	(862.008)
Demais Ativos	BRL	810.257	405.128	202.564	54.340	(202.564)	(405.128)
Passivos		2.839.310	(1.419.655)	(709.828)	(190.418)	709.828	1.419.655
Financiamentos	BRL	1.164.696	(582.348)	(291.174)	(78.110)	291.174	582.348
Demais Passivos	BRL	1.674.614	(837.307)	(418.654)	(112.308)	418.654	837.307
Total Líquido		(305.037)	(152.519)	(76.260)	(20.457)	76.260	152.519
Taxa de Câmbio Considerada		1,8758	0,9379	1,4069	1,7500	2,3448	2,8137

(*) As variações positivas e negativas de 25% e 50% foram aplicadas sobre as taxas vigentes em 2011.

c) Contratos derivativos

	Fator de risco	Valores expostos em 2011	Controladora				
			Variações Adicionais no Saldo Contábil (*)				
			(50%)	(25%)	Cenário provável	25%	50%
Swap Juros - Designado como Hedge de Valor Justo	CDI	4.041	12.989	5.953	468	(5.712)	(10.967)
Hedge Designado - Fluxo de Caixa	US\$	-	-	-	-	(12.634)	(44.877)
Outros Derivativos	Cupom Cambial	(324)	238	57	(220)	(529)	(778)
Total		3.717	13.227	6.010	248	(18.875)	(56.622)
Taxas Consideradas	CDI	10,87%	5,44%	8,15%	9,75%	13,59%	16,31%
Taxas Consideradas	US\$	1,8758	0,9379	1,4069	1,7500	2,3448	2,8137
Taxas Consideradas	Cupom Cambial	2,65%	1,33%	1,99%	2,97%	3,31%	3,98%

(*) As variações positivas e negativas de 25% e 50% foram aplicadas sobre as taxas vigentes em 2011.

	Fator de risco	Valores expostos em 2011	Consolidado				
			Variações Adicionais no Saldo Contábil (*)				
			(50%)	(25%)	Cenário provável	25%	50%
Swap Juros	LIBOR	52.090	12.523	6.280	(3.743)	(5.685)	(11.427)
Swap Juros - Designado como Hedge de Valor Justo	CDI	4.041	12.989	5.953	468	(5.712)	(10.967)
Hedge Designado - Fluxo de Caixa	US\$	-	-	-	-	(12.634)	(44.877)
Outros Derivativos	Cupom Cambial	(324)	238	57	(220)	(529)	(778)
Total		55.807	25.750	12.290	(3.495)	(24.560)	(68.049)
Taxas Consideradas	CDI	10,87%	5,44%	8,15%	9,75%	13,59%	16,31%
Taxas Consideradas	LIBOR	0,29%	0,15%	0,22%	0,35%	0,36%	0,44%
Taxas Consideradas	US\$	1,8758	0,9379	1,4069	1,7500	2,3448	2,8137
Taxas Consideradas	Cupom Cambial	2,65%	1,33%	1,99%	2,97%	3,31%	3,98%

(*) As variações positivas e negativas de 25% e 50% foram aplicadas sobre as taxas vigentes em 2011.

d) Garantia financeira de valor residual

As garantias financeiras de valor residual são contabilizadas de forma semelhante aos instrumentos financeiros derivativos (Nota 2.2 (cc)).

Metodologia utilizada:

A partir dos contratos vigentes de garantia de valor residual, apuramos a variação dos valores com base em avaliações de terceiros. O cenário provável está baseado nas expectativas da Companhia para registro das provisões em bases estatísticas, e as variações positivas e negativas de 25% e 50% foram aplicadas sobre as avaliações de terceiros na data das demonstrações financeiras.

	Valores expostos em 2011	Variações adicionais no saldo contábil				
		Cenário				
		(50%)	(25%)	provável	25%	50%
Garantia Financeira de Valor Residual	85.364	(702.224)	(140.910)	(188)	67.643	82.036
Total	85.364	(702.224)	(140.910)	(188)	67.643	82.036

Os contratos vigentes de garantias de valor residual são analisados tomando por base os valores de mercado das aeronaves, obtidos por avaliações efetuadas por terceiros (*appraisers*). Com base nestas avaliações, simulações de cenários hipotéticos são elaboradas pela Companhia a fim de mensurar o impacto das variações nos valores residuais das aeronaves, comparando-as aos valores de provisão.

Sempre que for detectada a insuficiência da provisão atual para fazer frente ao provável exercício futuro destas garantias, a provisão é complementada a fim de apresentar a posição adequada de exposição da Companhia ao final do exercício.

e) Contratos Derivativos que compõem a Carteira de Fundos de Investimentos Exclusivos

A Companhia mantém uma estrutura de fundos exclusivos que são consolidados às suas demonstrações financeiras, uma vez que a Companhia detém o controle destes fundos.

Esses fundos foram constituídos com o propósito de terceirização da gestão de aplicações financeiras da Companhia e os gestores contratados têm, respeitado os limites estabelecidos na política de investimentos, discricionariedade na seleção dos ativos que irão compor o portfólio de investimentos.

Todos os fundos são classificados como multimercado e podem manter em seu portfólio instrumentos derivativos como ferramentas para atingir o objetivo de rentabilidade proposto, derivativos esses exclusivamente relacionados às posições assumidas pelo próprio fundo não tendo qualquer relação com instrumentos derivativos contratados pela Companhia para proteção de suas próprias exposições.

Os quadros a seguir detalham os instrumentos derivativos mantidos pelos fundos no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, bem como a análise de sensibilidade à variação do principal fator de risco de que tais instrumentos estão expostos.

Simplificações estatísticas foram efetuadas no isolamento da variável de risco em análise, e, como consequência, as estimativas apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser apurados nas próximas demonstrações financeiras da Companhia. O uso de diferentes hipóteses e/ou metodologias pode ter um efeito material sobre as estimativas apresentadas a seguir:

i) Descrição dos contratos de instrumentos derivativos detidos pelos fundos de investimentos exclusivos

Modalidade	Quantidade de contratos	Data de vencimento	Preço unitário de mercado	Valor de referência 2011
Compra - Futuro de DI	331	julho-12	95.284	(31.539)
Venda - Futuro de DI	5	outubro-12	93.043	465
Venda - Futuro de DI	178	janeiro-13	90.879	16.176
Compra - Futuro de DI	193	abril-13	88.762	(17.131)
Compra - Futuro de DI	117	julho-13	86.474	(10.118)
Venda - Futuro de DI	44	janeiro-14	81.897	3.603
Compra - Futuro de DI	8	janeiro-15	73.556	(588)
Compra - Futuro de Dólar	169	janeiro-12	1.876	(15.851)
Compra - Futuro de Dólar	13	fevereiro-12	1.880	(1.222)
Compra - Futuro de EUR	2	janeiro-12	2.418	(242)
Venda - Futuro de Reais por Dólar Australiano	2	janeiro-12	1.897	228
Venda - Futuro de Reais por Dólar Australiano	2	fevereiro-12	1.897	228
Venda - Futuro de Reais por Dólar Canadense	3	janeiro-12	1.836	330
Venda - Futuro de Reais por Dólar Canadense	2	fevereiro-12	1.839	221
Venda - Futuro de GBP	3	janeiro-12	2.887	303
Compra - Futuro de Reais por Dólar Nova Zelândia	5	janeiro-12	1.446	(542)
Compra - Futuro de Reais por Dólar Nova Zelândia	4	fevereiro-12	1.448	(434)
Total				(56.113)

ii) Análise de sensibilidade

Variações adicionais no retorno do fundo

Fator de risco	Valor de referência	(50%)	(25%)	Cenário provável	+25%	+50%
CDI	(39.132)	(1.472)	(718)	(132)	687	1.343
Dólar	(17.073)	8.537	4.269	(918)	(4.268)	(8.536)
Euro	(242)	363	423	479	544	605
Dólar Canadense	551	(275)	(138)	(55)	138	276
Libra Esterlina	303	(151)	(76)	1	76	152
Dólar Australiano	456	(228)	(114)	4	113	227
Dólar Nova Zelândia	(976)	488	243	(3)	(245)	(489)
Total	(56.113)	7.262	3.889	(624)	(2.955)	(6.422)
Taxas consideradas						
CDI	10,87%	5,44%	8,15%	9,75%	13,59%	16,31%
Dólar	1,8758	0,9379	1,4069	1,7500	2,3448	2,8137
Euro	2,4342	1,2171	1,8257	2,4800	3,0428	3,6513
Dólar Canadense	1,8401	0,9201	1,3801	1,8360	2,3001	2,7602
Libra Esterlina	2,9148	1,4574	2,1861	2,9100	3,6435	4,3722
Dólar Australiano	1,9116	0,9558	1,4337	1,9200	2,3895	2,8674
Dólar Nova Zelândia	1,4537	0,7269	1,0903	1,4600	1,8171	2,1806

40 COBRIGAÇÕES, RESPONSABILIDADES E COMPROMISSOS

a) Trade-in

A Companhia está sujeita a opções de *trade-in* para uma aeronave. Em quaisquer operações de *trade-in* a condição fundamental é a aquisição de aeronaves novas pelos respectivos clientes. O exercício de opção de *trade-in* está vinculado ao cumprimento das cláusulas contratuais por parte dos clientes. Essas opções determinam que o preço do bem dado em pagamento poderá ser aplicado ao preço de compra de um novo modelo mais atualizado produzido pela Companhia. O preço de *trade-in* é baseado em uma porcentagem do preço de compra original da aeronave. A Companhia continua a monitorar todos os compromissos de *trade-in* para antecipar-se a situações adversas. Com base nas estimativas atuais da Companhia e na avaliação de terceiros, a Administração acredita que qualquer aeronave potencialmente aceita sob *trade-in* poderá ser vendida no mercado sem ganhos ou perdas relevantes.

b) Arrendamentos

Na Controladora os arrendamentos operacionais referem-se a equipamentos de telefonia e informática e na subsidiária EAH, refere-se a arrendamentos operacionais não canceláveis de terrenos e equipamentos. Esses arrendamentos expiram em várias datas até 2020.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possuía contratos de arrendamento mercantil operacional cujos pagamentos ocorrerão conforme demonstrado a seguir:

Ano	Controladora	Consolidado
2012	4.153	5.395
2013	2.550	3.779
2014	1.959	3.166
2015	343	1.445
2016	-	1.098
Após 2016	-	17.826
	9.005	32.709

c) Garantias financeiras

A tabela a seguir fornece dados quantitativos relativos a garantias financeiras dadas pela Companhia a terceiros. O pagamento potencial máximo (exposição fora do balanço) representa o "piores cenário" e não reflete, necessariamente, os resultados esperados pela Companhia. Os recursos estimados das garantias de *performance* e dos ativos vinculados representam valores antecipados dos ativos, os quais a Companhia poderia liquidar ou receber de outras partes para compensar os pagamentos relativos a essas garantias dadas.

	2011	2010
Valor máximo de garantias financeiras (i)	884.557	1.889.304
Valor máximo de garantia de valor residual (i)	1.017.088	1.238.653
Exposição mutuamente exclusiva (ii)	(393.588)	(656.316)
Provisões e obrigações registradas (Nota 38)	(227.281)	(238.997)
Exposição fora do balanço	1.280.776	2.232.644
Estimativa do desempenho da garantia e ativos vinculados	1.681.659	2.092.581

(i) Em 2011 o potencial máximo de exposição (exposição fora do balanço) foi reduzido em razão do pedido de concordata (Chapter 11) do cliente American Airlines (AMR), conforme descrito na Nota 38.

(ii) Quando um ativo estiver coberto por garantias financeiras e de valor residual, mutuamente excludentes, a garantia de valor residual só poderá ser exercida caso a garantia financeira tenha expirado sem ter sido exercida. Caso a garantia financeira tenha sido exercida, a garantia de valor residual fica automaticamente cancelada.

A exposição da Companhia é minimizada pelo fato de que, para poder se beneficiar da garantia, a parte garantida deve retornar o ativo vinculado em condições específicas de utilização.

41 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Pagamentos efetuados durante o exercício e transações que não afetam o caixa

	Controladora			Consolidado		
	2011	2010	2009	2011	2010	2009
Pagamentos durante o exercício:						
IR e CSLL	3.109	8.986	-	61.156	50.063	31.416
Juros	1.098.753	142.655	160.776	4.255	107.133	171.664
Transações que não envolvem o desembolso de caixa:						
Adições ao imobilizado com capitalização de juros	-	209	2.121	-	209	2.121
Adições ao imobilizado pela transferência de estoques de aeronaves	-	-	-	-	174.701	-
Baixa do imobilizado pela disponibilização para venda de estoques	-	-	-	(98.093)	13.688	-
Transferência depósito em garantia para instrumentos financeiros ativos	-	-	-	-	25.265	-
Transferência de estoque para ativo imobilizado	-	-	-	136.733	-	-
Transferência do controle da EAP para ENL	28.296	-	-	-	-	-
Caixa restrito	-	-	-	-	47.748	-

b) Aquisição de participações

	Consolidado 2011 (i)
Caixa e equivalentes de caixa	3.361
Contas a receber	2.053
Estoques	251
Ativos intangíveis	39.487
Ativos fixos	21.910
Outros ativos	30.188
Financiamentos	(24.037)
Fornecedores	(2.184)
Impostos diferidos	(4.179)
Outros passivos	(49.590)
Acervo líquido adquirido	17.260
Participação de não controladores	(1.466)
Total do acervo líquido adquirido	15.794
Ágio adquirido	60.682
	76.476
Contraprestação a receber	9.740
Valor total pago pela participação	86.216
Caixa e equivalentes de caixa	(3.361)
Efeito de conversão	(916)
Efeito líquido das aquisições no fluxo de caixa	81.939

(i) refere-se à aquisição da controlada Orbisat (90% do capital) e da controlada em conjunto Atech (50% do capital), neste caso os valores são apresentados proporcionais a nossa participação (Nota 14).

42 INFORMAÇÕES POR SEGMENTO - CONSOLIDADO

Em 2011, a Companhia decidiu alocar as receitas e resultados do segmento de Serviços Aeronáuticos aos seus principais segmentos de negócio: Aviação Comercial, Aviação Executiva e Defesa e Segurança. Os arrendamentos operacionais de aeronaves anteriormente alocados no segmento outros, também foram agregados as unidades de negócio. Esta alteração visa demonstrar os resultados por negócios conforme a Companhia passou a administrá-los a partir de 2011. Os valores dos exercícios anteriores foram reclassificados para fins de comparação. Os valores que não são diretamente alocados aos segmentos de negócio são alocados com base em critérios considerados adequados pela Administração.

A Administração determinou os segmentos operacionais da Companhia, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pelo Diretor-Presidente.

O Diretor-Presidente efetua sua análise do negócio baseado no resultado consolidado da Companhia, segmentando-o sob a perspectiva geográfica, e também, sob a ótica de produto comercializado. Geograficamente, a Administração considera o desempenho do Brasil, América do Norte, América Latina, Ásia Pacífico, Europa e Outros.

Sob a ótica dos produtos comercializados, a análise é efetuada considerando os seguintes segmentos:

I - Mercado de Aviação Comercial

As atividades voltadas ao mercado de aviação comercial envolvem, principalmente o desenvolvimento, a produção e a venda de jatos comerciais, o fornecimento de serviços de suporte, com ênfase no segmento de aviação regional e arrendamento de aeronaves.

- Família ERJ 145 é integrada pelos jatos ERJ 135, ERJ 140 e ERJ 145, certificados para operar com 37, 44 e 50 assentos, respectivamente.
- Família EMBRAER 170/190 é integrada pelo EMBRAER 170, com 70 assentos, EMBRAER 175, com 76 assentos, EMBRAER 190, com 100 assentos e o EMBRAER 195, com 108 assentos. O modelo EMBRAER 170 está em operação comercial desde 2004 e os modelos EMBRAER 175 e EMBRAER 190 começaram a operar comercialmente a partir de 2006, e o modelo EMBRAER 195 começou a operar comercialmente a partir de 2007.

II - Mercado de Defesa e Segurança

As atividades voltadas ao mercado de defesa e segurança envolvem, principalmente a pesquisa, o desenvolvimento, a produção, a modificação e o suporte para aeronaves de defesa e segurança, assim como produtos e sistemas relacionados. O principal cliente da Companhia é o Ministério da Defesa do Brasil e em particular, o Comando da Aeronáutica.

- Super Tucano - Aeronave leve de ataque, especialmente desenvolvida para operar em ambientes severos, sujeitos a condições extremas de temperatura e umidade, equipada com sofisticados sistemas de navegação e ataque, treinamento e simulação em voo.
- AMX - Jato avançado de ataque ao solo, desenvolvido e produzido através da cooperação entre Brasil e Itália. A Embraer foi contratada pelo Comando da Aeronáutica para modernização dessas aeronaves.
- Programa F-5BR - Modernização dos caças a jato F-5.
- Família ISR (*Intelligence, Surveillance and Reconnaissance*) baseada na plataforma do ERJ 145 inclui os modelos EMB 145 AEW&C - Alerta Aéreo Antecipado e Controle, EMB 145 Multi Intel - Sensoriamento Remoto e Vigilância Ar-Terra e EMB 145 MP - Patrulha Marítima e Guerra Anti-submarino. Originalmente desenvolvida para atender ao programa SIVAM, teve versões encomendadas pelos governos da Grécia, do México e mais recentemente da Índia.
- KC-390 - O Programa KC-390 tem como escopo o desenvolvimento e produção para o Comando da Aeronáutica de 2 aeronaves protótipos para transporte militar e reabastecimento em voo.
- 190PR - Derivada da plataforma EMBRAER 170/190, este jato tem a finalidade de transportar o Presidente da República do Brasil e membros de sua comitiva.

III - Mercado de Aviação Executiva

As atividades voltadas ao mercado de Aviação Executiva envolvem principalmente o desenvolvimento, a produção e a venda de jatos executivos e o fornecimento de serviços de suporte relacionados com esse segmento de mercado, bem como arrendamento de aeronaves.

- Legacy 600 e Legacy 650 - jatos executivos das categorias super *midsized* e *large* cujas entregas começaram em 2002 e 2010, respectivamente.
- Jatos Phenom - jatos executivos das categorias *entry level* e *light* e integrada pelos modelos Phenom 100, cujas primeiras unidades foram entregues em 2008 e Phenom 300 com entregas iniciadas em 2009.

- Lineage 1000 - jato executivo da categoria *ultra-large*. As entregas deste modelo iniciaram em 2009.
- Legacy 450 e Legacy 500 - jatos executivos das categorias *midlight* e *midsize* lançados em abril de 2008.

IV - Outros

As atividades deste segmento referem-se ao fornecimento de partes estruturais e sistemas hidráulicos e produção de aviões agrícolas pulverizadores e treinamentos de clientes.

a) Resultado consolidado por segmento acumulado em 31 de dezembro de 2011

	Aviação Comercial	Defesa e Segurança	Aviação Executiva	Outros	Não Segmentado	Total
Receita líquida	6.273.600	1.444.738	1.930.382	209.335	-	9.858.055
Custo dos produtos e serviços vendidos	(4.894.737)	(1.091.344)	(1.530.659)	(122.085)	-	(7.638.825)
Lucro bruto	1.378.863	353.394	399.723	87.250	-	2.219.230
Margem bruta	22,0%	24,5%	20,7%	41,7%	-	22,5%
Receitas (despesas) operacionais	(1.165.832)	(210.582)	(294.204)	(26.884)	-	(1.697.502)
Resultado operacional	213.031	142.812	105.519	60.366	-	521.728
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	-	-	-	-	(172.509)	(172.509)
Variações monetárias e cambiais, líquidas	-	-	-	-	32.809	32.809
Lucro antes do imposto						382.028
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-	(210.774)	(210.774)
Lucro líquido do período						171.254

b) Receitas líquidas consolidadas por região acumuladas em 31 de dezembro de 2011

	Aviação Comercial	Defesa e Segurança	Aviação Executiva	Outros	Total
América do Norte	1.193.483	46.450	616.882	159.180	2.015.995
Europa	1.719.753	295.104	491.941	2.369	2.509.167
Ásia Pacífico	1.766.733	242.383	280.410	862	2.290.388
América Latina, exceto Brasil	916.879	26.935	145.233	209	1.089.256
Brasil	457.467	783.413	345.634	46.600	1.633.114
Outros	219.285	50.453	50.282	115	320.135
Total	6.273.600	1.444.738	1.930.382	209.335	9.858.055

c) Ativos consolidados da Companhia por segmentos em 31 de dezembro de 2011

	Aviação Comercial	Defesa e Segurança	Aviação Executiva	Outros	Não Segmentado	Total
Contas a Receber	324.252	576.973	35.898	12.064	-	949.187
Ativo Imobilizado	1.810.033	225.137	673.344	53	12.094	2.720.661
Ativo Intangível	434.583	111.029	894.639	548	75.390	1.516.189
Total	2.568.868	913.139	1.603.881	12.665	87.484	5.186.037

d) Ativos consolidados da Companhia por região em 31 de dezembro de 2011

	América do Norte	Europa	Ásia Pacífico	Brasil	Total
Contas a Receber	62.423	517.369	10.923	358.472	949.187
Ativo Imobilizado	300.753	1.214.864	88.005	1.117.039	2.720.661
Ativo Intangível	2.928	2.738	483	1.510.040	1.516.189
Total	366.104	1.734.971	99.411	2.985.551	5.186.037

e) Resultado consolidado por segmento acumulado em 31 de dezembro de 2010 (reapresentado)

	Aviação Comercial	Defesa e Segurança	Aviação Executiva	Outros	Não Segmentado	Total
Receita líquida	5.707.323	1.445.195	2.095.638	132.469	-	9.380.625
Custo dos produtos e serviços vendidos	(4.696.704)	(1.052.945)	(1.711.253)	(121.760)	-	(7.582.662)
Lucro bruto	1.010.619	392.250	384.385	10.709	-	1.797.963
Margem bruta	17,7%	27,1%	18,3%	8,1%	-	19,2%
Receitas (despesas) operacionais	(615.611)	(200.454)	(248.106)	(48.272)	-	(1.112.443)
Resultado operacional	395.008	191.796	136.279	(37.563)	-	685.520
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	-	-	-	-	30.885	30.885
Variações monetárias e cambiais, líquidas	-	-	-	-	(1.350)	(1.350)
Lucro antes do imposto						715.055
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-	(114.877)	(114.877)
Lucro líquido do período						600.178

f) Receitas líquidas consolidadas por região acumuladas em 31 de dezembro de 2010 (reapresentado)

	Aviação Comercial	Defesa e Segurança	Aviação Executiva	Outros	Total
América do Norte	612.622	42.393	511.495	93.851	1.260.361
Europa	2.431.041	227.922	416.654	3.138	3.078.755
Ásia Pacífico	1.346.962	212.965	502.802	4.393	2.067.122
América Latina, exceto Brasil	731.643	495.662	215.858	490	1.443.653
Brasil	398.630	386.313	369.719	29.912	1.184.574
Outros	186.425	79.940	79.110	685	346.160
Total	5.707.323	1.445.195	2.095.638	132.469	9.380.625

g) Ativos consolidados da Companhia por segmentos em 31 de dezembro de 2010 (reapresentado)

	Aviação Comercial	Defesa e Segurança	Aviação Executiva	Outros	Não Segmentado	Total
Contas a Receber	283.942	224.147	31.435	42.419	-	581.943
Ativo Imobilizado	996.341	104.075	305.907	4.388	590.363	2.001.074
Ativo Intangível	442.591	3.104	686.427	3.773	57.620	1.193.515
Total	1.722.874	331.326	1.023.769	50.580	647.983	3.776.532

h) Ativos consolidados da Companhia por região em 31 de dezembro de 2010 (reapresentado)

	América do Norte	Europa	Ásia Pacífico	Brasil	Total
Contas a Receber	48.530	270.685	15.005	247.723	581.943
Ativo Imobilizado	300.076	692.836	72.217	935.945	2.001.074
Ativo Intangível	4.337	4.388	432	1.184.358	1.193.515
Total	352.943	967.909	87.654	2.368.026	3.776.532

i) Resultado consolidado por segmento acumulado em 31 de dezembro de 2009 (reapresentado)

	<u>Aviação Comercial</u>	<u>Defesa e Segurança</u>	<u>Aviação Executiva</u>	<u>Outros</u>	<u>Não Segmentado</u>	<u>Total</u>
Receita líquida	7.560.655	1.331.916	1.770.114	208.590	-	10.871.275
Custo dos produtos e serviços vendidos	(6.085.649)	(1.038.410)	(1.451.938)	(183.486)	-	(8.759.483)
Lucro bruto	1.475.006	293.506	318.176	25.104	-	2.111.792
Margem bruta	19,5%	22,0%	18,0%	12,0%	-	19,4%
Receitas (despesas) operacionais	(979.210)	(147.216)	(200.953)	(17.673)	-	(1.345.052)
Resultado operacional	495.796	146.290	117.223	7.431	-	766.740
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	-	-	-	-	16.301	16.301
Variações monetárias e cambiais, líquidas	-	-	-	-	(135.824)	(135.824)
Lucro antes do imposto						647.217
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-	290.054	290.054
Lucro líquido do período						937.271

j) Receitas líquidas consolidadas por região acumulado em 31 de dezembro de 2009 (reapresentado)

	<u>Aviação Comercial</u>	<u>Defesa e Segurança</u>	<u>Aviação Executiva</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
América do Norte	1.636.381	29.886	604.389	91.685	2.362.341
Europa	2.873.526	342.359	356.633	26.007	3.598.525
Ásia Pacífico	1.574.886	143.959	475.842	56.905	2.251.592
América Latina, exceto Brasil	329.205	331.483	87.200	5.197	753.085
Brasil	550.216	428.355	142.227	24.558	1.145.356
Outros	596.441	55.874	103.823	4.238	760.376
Total	7.560.655	1.331.916	1.770.114	208.590	10.871.275

43 EVENTOS SUBSEQUENTES

i. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de janeiro de 2012, foi aprovada a alteração dos prazos de aquisição do direito de exercício das opções como segue: prazo I) - de 20% após o primeiro ano para 33% após o terceiro ano, prazo II) de 30% após o segundo ano para 33% após o quarto ano e prazo III) de 50% após o terceiro ano para 34% após o quinto ano, sempre em relação à data da outorga de cada opção.

ii. Em 23 de janeiro de 2012, o Conselho de Administração aprovou a aquisição de ações de sua própria emissão com objetivo de lastrear a terceira e quarta outorgas do Programa para Outorga de Opções de Compra de Ações, previstas para 2012 e 2013, respectivamente, num total de 1.065.000 de ações, equivalente a cerca de 0,15% do total de ações em circulação. O prazo máximo para a realização da operação é de 365 dias a partir da aprovação da matéria, ou seja, até o dia 23 de janeiro de 2013.

iii. Em 13 de março de 2012 a Embraer S.A. por meio de sua subsidiária integral Embraer Netherlands B.V. concluiu a aquisição de 30% do capital da Airholding SGPS S.A. pertencente à EADS - European Aeronautic, Defence and Space pelo valor de EUR 13 milhões. A Airholding SGPS S.A. foi criada em 2005 com o propósito específico de deter 65% de participação na OGMA. Com a aquisição a Embraer passa a deter 100% do capital da Airholding SGPS S.A. e através desta, 65% do capital da OGMA, intensificando a sua presença no mercado de estruturas e serviços aeronáuticos na Europa.

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas

Embraer S.A.

São José dos Campos - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Embraer S.A. (a "Companhia" ou "Controladora") que compreendem o balanço patrimonial em reais em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Examinamos também as demonstrações financeiras consolidadas da Embraer S.A. e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e dessas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Embraer S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Embraer S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2011, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na Nota 2.1, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Embraer S.A., essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Informação suplementar - demonstrações do valor adicionado

Examinamos também as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São José dos Campos, 16 de março de 2012



Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Valdir Augusto de Assunção
Contador CRC 1SP135319/O-9

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Embraer S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e a Destinação do Lucro Líquido da Companhia proposta pela Administração, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011.

Com base nas análises realizadas e nos esclarecimentos prestados pela Administração, o Conselho Fiscal opina no sentido de que os referidos documentos estão em condições adequadas de serem submetidas à Assembleia Geral Ordinária para aprovação pelos acionistas da Companhia.

São José dos Campos, 15 de março de 2012

IVAN MENDES DO CARMO
Presidente do Conselho Fiscal
EDUARDO COUTINHO GUERRA
Vice-Presidente do Conselho Fiscal

Conselheiros
JOSÉ MAURO LAXE VILELA
ADOLPHO GONÇALVES NOGUEIRA
TAIKI HIRASHIMA

Relatório do Comitê de Auditoria e Riscos

Ao Conselho de Administração da **Embraer S.A.**

Relatório para fins do item VI do art. 31-D da Instrução CVM 308, de 14 de maio de 1999, conforme alterada pela Instrução CVM 509, de 16 de novembro de 2011 ("Instrução CVM 308") e parecer em atendimento ao item III do § 1º do art. 9º da Instrução CVM 481

O Comitê de Auditoria e Riscos da Embraer S.A. ("Comitê" e "Companhia"), no exercício das atribuições previstas na Instrução CVM 308, bem como no seu Regimento Interno, apresenta abaixo relatório anual resumido e parecer, a ser encaminhado à Assembleia Geral Ordinária da Companhia, que se realizará em 26 de abril de 2012.

1. Início das atividades Comitê:

Inicialmente, cumpre esclarecer que o Comitê foi instalado em 8 de dezembro de 2011, tendo sido a alteração do seu regimento interno aprovada pelo Conselho de Administração em 23 de janeiro de 2012.

Na estrutura da Companhia até 10 de janeiro de 2012, as competências definidas na ICVM 308 para um comitê de auditoria estatutário estavam distribuídas entre seu Conselho Fiscal, no exercício das funções de comitê de auditoria (*audit committee*) para os fins da legislação norte-americana, e o seu Comitê de Riscos. A partir da referida data, tais competências foram concentradas no Comitê.

2. Avaliação e a descrição das atividades, dos resultados e das conclusões alcançadas e as recomendações feitas pelo Comitê:

Desde o início das atividades do Comitê com suas atuais atribuições, foram realizadas 2 reuniões com a participação dos membros do Conselho Fiscal, visando (i) a transição das funções de *audit committee* para os fins da legislação norte-americana, especialmente o monitoramento da qualidade e integridade dos mecanismos de controles internos; e (ii) a otimização do tempo dos membros do Comitê, do Conselho Fiscal e da Diretoria no que respeita os assuntos relativos às demonstrações financeiras.

Durante o período em comento, todas as informações solicitadas, assim como todas as dúvidas levantadas pelo Comitê foram satisfatoriamente respondidas pela Diretoria da Companhia, pelo Conselho Fiscal e pelos auditores independentes da Companhia, a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes ("PWC").

No mesmo curto período, não houve constatações e recomendações que mereçam destaque, posto que os trabalhos do Comitê foram focados principalmente na transição das atividades que anteriormente estavam a cargo do Conselho Fiscal atuando como *audit committee*.

3. Quaisquer situações nas quais exista divergência significativa entre a administração da Companhia, a PWC e o Comitê em relação às demonstrações financeiras da Companhia
Desde a data de início de atividades deste Comitê com suas atuais atribuições, não foram identificadas quaisquer situações nas quais exista divergência significativa entre a administração da Companhia, a PWC e o Comitê em relação às demonstrações financeiras da Companhia.

Com base (i) nas análises realizadas, (ii) nos esclarecimentos prestados pela Diretoria, (iii) nas discussões com o Conselho Fiscal, (iv) nos Relatórios da PWC, o Comitê opina no sentido de que as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, após apreciação pelo Conselho de Administração, estão em condições adequadas para serem submetidas à Assembleia Geral Ordinária para aprovação dos acionistas da Companhia.

São José dos Campos, 15 de março de 2012

SERGIO ERALDO DE SALLES PINTO

Coordenador do Comitê de Auditoria e Riscos

ISRAEL VAINBOIM

Membro do Comitê de Auditoria e Riscos

SAMIR ZRAICK

Membro do Comitê de Auditoria e Riscos

VITOR PAULO CAMARGO GONÇALVES

Membro do Comitê de Auditoria e Riscos

Deliberação do Conselho de Administração

Considerando as opiniões favoráveis contidas no parecer do Conselho Fiscal e no relatório do Comitê de Auditoria e Riscos, o Conselho de Administração decidiu, por unanimidade, em 15 de março de 2012, que as contas da administração e as demonstrações financeiras estavam em ordem para serem submetidas à Assembleia Geral Ordinária.

ALEXANDRE GONÇALVES SILVA

Presidente do Conselho de Administração

HERMANN H. WEVER

Vice-Presidente do Conselho de Administração

Conselheiros

ARNO HUGO AUGUSTIN FILHO

CLAUDEMIR MARQUES DE ALMEIDA

ISRAEL VAINBOIM

APRÍGIO EDUARDO DE MOURA AZEVEDO

JOÃO COX NETO

SAMIR ZRAICK

SÉRGIO ERALDO DE SALLES PINTO

WILSON CARLOS DUARTE DELFINO

JOSUÉ CHRISTIANO GOMES DA SILVA

SATOSHI YOKOTA

VITOR PAULO CAMARGO GONÇALVES

Diretoria

Em conformidade com o inciso V do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2011.

Em conformidade com o inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2011.

FREDERICO PINHEIRO FLEURY CURADO

Diretor-Presidente

ANTONIO JÚLIO FRANCO

Diretor Vice-Presidente

ARTUR APARECIDO VALÉRIO COUTINHO

Diretor Vice-Presidente

FLÁVIO RÍMOLI

Diretor Vice-Presidente

LUIZ CARLOS SIQUEIRA AGUIAR

Diretor Vice-Presidente

MAURO KERN JUNIOR

Diretor Vice-Presidente

PAULO CESAR DE SOUZA E SILVA

Diretor Vice-Presidente

PAULO PENIDO PINTO MARQUES

Diretor Vice-Presidente Executivo Financeiro e de Relações com Investidores

RODRIGO ALMEIDA ROSA

Diretor de Controladoria

JOÃO FRANCISCO PENZINGER ARANTES

Contador - CRC 1SP177673/O-3



“NOSSO NEGÓCIO É GERAR VALOR PARA NOSSOS
ACIONISTAS, CLIENTES, EMPREGADOS E PARA
A SOCIEDADE, COM INTEGRIDADE DE COMPORTAMENTO
CONSCIÊNCIA SOCIAL E AMBIENTAL.”

